

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO

TEANE MUNDSTOCK JAHNKE

**AS PLANTAS E SEUS USOS NA “GUINÉ DO CABO VERDE”:
ALMADA, DONELHA E LEMOS COELHO (SÉCULOS XV-XVII)**

Porto Alegre
2017

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

TEANE MUNDSTOCK JAHNKE

AS PLANTAS E SEUS USOS NA “GUINÉ DO CABO VERDE”: ALMADA, DONELHA E
LEMONS COELHO (SÉCULO XV-XVII)

PORTO ALEGRE

2017

TEANE MUNDSTOCK JAHNKE

AS PLANTAS E SEUS USOS NA “GUINÉ DO CABO VERDE”: ALMADA, DONELHA E
LEMONS COELHO (SÉCULO XV-XVII)

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção de grau de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em História da Escola de Humanidades da
Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Professor Dra. Luciana Murari

PORTO ALEGRE

2017

Ficha Catalográfica

J25 Jahnke, Teane Mundstock

As plantas e seus usos na "Guiné do Cabo Verde" : Almada,
Donelha e Lemos Coelho (século XV-XVII) / Teane Mundstock Jahnke
. – 2017.

125 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em
História, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Murari.

1. Senegâmbia. 2. Plantas africanas. 3. História Ambiental. 4.
História da África. 5. História Moderna. I. Murari, Luciana. II.
Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

TEANE MUNDSTOCK JAHNKE

**PLANTAS E SEUS USOS NA “GUINÉ DO CABO VERDE”: ALMADA, DONELHA E
LEMO COELHO (SÉCULOS XV-XVII)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção de grau de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em História da Escola de Humanidades da
Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: 17 de Agosto de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Professora Dra. Luciana Murari (Orientadora) - PUCRS

Professor Dr. Marçal Menezes Paredes - PUCRS

Professor Dr. José Rivair Macedo - UFRGS Porto Alegre 2017

PORTO ALEGRE

2017

Ao universo e suas motivações incompreensíveis

BABA NAM KEVALAM

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Jazz, sempre presente, sempre disposto, sempre companheiro.

Agradeço a todos que de alguma forma me motivaram, ajudaram e, inclusive, incomodaram neste período intenso e revolucionário da minha vida.

Em especial agradeço minha mãe, Simone Mundstock Jahnke pelos auxílios práticos com a escrita e pelo auxílio emocional! Também à minha irmã, Maiara Mundstock Jahnke, pela sua paciência e ouvidos!

À minha querida orientadora Luciana Murari, que acompanhou, auxiliou e me fortaleceu neste caminho!

Aos meus amigos! À minha família!

À Mani, Ivy e Liça, sempre dispostas a “lambeijos” e carinhos, não importa a condição!

RESUMO

O presente trabalho busca compreender os diversos usos de plantas entre as populações africanas, luso-africanas e portuguesas na região denominada “Guiné do Cabo Verde”, no período do século XV ao XVII. Para a pesquisa analisou-se as obras de André Alvares de Almada, o “Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde, dês do Rio de Sanagá até os baixos de Santa Ana de todas as nações de negros que há na dita costa e de seus costumes, armas, trajos, juramentos, guerras” de 1594, como fonte historiográfica principal e também as obras de André Donelha, “Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde”, de 1625 e de Francisco Lemos Coelho, “Descrição da costa da Guiné desde o Cabo Verde até Serra Leoa com todas as ilhas e rios que os brancos navegam”, de 1669; e “Descrição da Costa de Guiné, e situação de todos os portos e rios della, e roteyro para se poderem navegar todos seus rios”, de 1684. O conceito “Guiné do Cabo Verde” assumiu caráter oficial para a Coroa portuguesa e definia a região da costa atlântica africana que fica entre o rio Senegal e o sul da atual Serra Leoa em fronteira com a Guiné Conacri. Apresenta-se o contexto histórico das fontes utilizadas, participante das relações comerciais e culturais específicas de “Guiné do Cabo Verde”. Percebe-se o ser humano como agente ativo e sujeito da natureza e defende-se que as trocas, apropriações e circulação dos conhecimentos relacionado a flora tem fluidez multilateral. Analisou-se como as plantas participam das relações comerciais, produtivas e ambientais da região e a forma com que os autores apresentam seus usos e especificidades, utilizando exemplos como o arroz, a noz de cola e o algodão. E por fim busca-se compreender o quando a flora participa das relações sociais, políticas e religiosas na região e como estes conhecimentos circulam entre as diversas populações africanas, luso-africanas e portuguesas, gerando novas formas de interpretar o mundo natural.

Palavras-chaves: Senegâmbia, Plantas africanas, História Ambiental, História da África, História moderna.

ABSTRACT

This dissertation researches the uses of plants among the African, Luso-african and Portuguese populations in the region called "Guinean of Cape Verde" and the social, religious, commercial and political relations involved in these processes, from the XVth to the XVIIth centuries. We studied the works of André Alvares de Almada, the "Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde, dês do Rio de Sanagá até os baixos de Santa Ana de todas as nações de negros que há na dita costa e de seus costumes, armas, trajos, juramentos, guerras" of 1594, as the principal historiographical source, and also the works of André Donelha, " Descrição da Serra Leoa e dos Rios de guiné do cabo verde", 1625 and Francisco Lemos Coelho, "Descrição da costa da Guine desde o Cabo Verde athe Serra Lioa com todas as ilhas e rios que os brancos navegam", of 1669; e "Discripção da Costa de Guiné, e situação de todos os portos e rios della, e roteyro para se poderem navegar todos seus rios", of 1684. The concept "Guinea of Cape Verde" acquired official character for the Portuguese Kingdom and defined the region of the Atlantic African coast between the Senegal river and the south of present-day Sierra Leone on the border of Guine Conakry. The work presents the historical context of the sources, participant in the specific Guinea of Cape Verde's commercial and cultural relations. As the human being is considered an active agent and a subject of the nature, we argued that the exchanges, appropriations and circulation of knowledge related to the flora are multilateral. It was analyzed how the plants take part in the commercial, productive and environmental relations of the region and the way in which the authors present their uses and specificities, using examples such as rice, kola nut and cotton. Lastly, we seek to understand how the flora partakes of social, political and religious relations in the region, and how this knowledge circulates among African, Portuguese-African and Portuguese diverse populations, generating new ways of interpreting the natural world.

Key-words: Senegambia, African plants, Environmental history, African History, Modern history

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 OS PORTUGUESES NA ÁFRICA E O ARQUIPÉLAGO DO CABO VERDE.....	11
1.1 CABO VERDE	11
1.2 “GUINÉ DO CABO VERDE”	17
1.3 ANDRÉ ALVARES DE ALMADA, ANDRÉ DONELHA E FRANCISCO LEMOS COELHO	20
2 AS PLANTAS NAS RELAÇÕES COMERCIAIS NA GUINÉ DO CABO VERDE	34
2.1 AGENTES E RELAÇÕES AMBIENTAIS E COMERCIAIS AFRICANAS	34
2.2 A INFLUÊNCIA PORTUGUESA NAS RELAÇÕES COMERCIAIS AFRICANAS	43
2.3 PLANTAS DA GUINÉ NO COMÉRCIO ULTRAMARINO E LOCAL.....	49
3 AS PLANTAS E AS RELAÇÕES CULTURAIS DA GUINÉ DO CABO VERDE	65
3.1 NATUREZA E AS PRÁTICAS CULTURAIS	65
3.2 PROCESSOS DE “CRIOLIZAÇÃO” SINGULAR	72
3.3 AS PLANTAS NOS ASPECTOS CULTURAIS AFRICANOS	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	110
FONTES PRIMÁRIAS.....	110
BIBLIOGRAFIA.....	110

INTRODUÇÃO

Este trabalho examina aspectos das relações comerciais, sociais e culturais entre populações portuguesas, luso-africanas e africanas, no período dos séculos XVI ao XVII, intermediadas pela flora local e seus diferentes usos e valores culturais e econômicos. Para tal utiliza os tratados de André Alvares de Almada, André Donelha e Francisco Lemos Coelho. A pesquisa se dá através da forma com que estes tratados apresentam as relações estabelecidas, na região da Guiné do Cabo Verde, com os elementos da flora autóctone e, eventualmente, exótica, nos séculos XVI e XVII.

Para o estudo de caso da região denominada “Guiné do Cabo Verde” no período estudado, há diversas fontes históricas, sobretudo de origem portuguesa. São obras que constituem representações dos povos autóctones, produzidas dentro de um universo cultural português. Os tratados de André Alvares de Almada, André Donelha e Francisco Lemos Coelhos estão inseridos no contexto do projeto imperial português, mas não deixam de demonstrar o grande protagonismo africano na região.

Podemos afirmar que, contemporaneamente, é de conhecimento geral que vivemos em um planeta compartilhado por todos os seres humanos e também pelos animais e plantas e que, de certa maneira, todos nós humanos estamos interligados de diversas formas: filosofias, religiões e concepções abstratas do mundo e das coisas foram assimiladas por todos os lados, assim como práticas e conhecimentos materiais, alimentares, medicinais e comerciais. Eric R. Wolf (2005) reforça essas trocas ao exemplificar como doenças se espalharam para todos os cantos do mundo, além das plantas e animais que foram deslocados de suas origens e utilizados em diferentes continentes.

Foi a partir dessa concepção de interligação entre os seres humanos e a natureza que surgiram meus primeiros intuitos de pesquisar a relação direta e sutil dos seres humanos com as plantas. Tal pesquisa teve início no ano de 2013, ao se aproximar o final de minha graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Com o apoio do professor doutor José Rivair Macedo (posteriormente meu orientador no trabalho de conclusão de curso (TCC) de licenciatura em História) que obtive conhecimento e acesso a obra de André Alvares de Almada. Com a leitura da fonte passei a delimitar diversas possibilidades de analisar o documento com um olhar voltado às relações humanos-plantas, que na época optei por utilizar a perspectiva etnobotânica histórica. Assim, no final do ano de 2014, defendi o o TCC denominado “As plantas no Tratado breve dos rios de Guine do Cabo verde: a perspectiva etnobotânica histórica (1594)”.

Com o desejo de continuar a pesquisa criei um projeto, agora voltado para uma análise de história ambiental, e participei do processo de seleção de mestrado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) em 2015. Com a orientação da professora doutora Luciana Murari, dei continuidade na pesquisa das relações entre humanos e plantas em Almada, mas também nas obras de André Donelha e Francisco Lemos Coelho. A presente dissertação busca um olhar diferenciado do processo histórico dos contatos entre portugueses e africanos em correlação com as plantas e as formas de seus usos na região de “Guiné do Cabo Verde”.

De acordo com Clarence J. Glacken (1967), a expansão marítima possibilitou grande variedade de novos contatos: culturas e costumes de uma mesma espécie com diversas características em comum, mas também diferentes, foram se defrontando, compartilhando, trocando e, inclusive, apagando aspectos uns dos outros. Maria Cristina Cortez Wissenbach (2009) afirma que os novos olhares historiográficos têm permitido ampliar as escalas de observação e a repensar a expansão marítima e a formação dos territórios do ultramar. Assim, é possível perceber o quando as formações desses espaços estão intrincadas em amplos circuitos de mercadorias, ideias e saberes resultantes do encontro de sociedades europeias e não-europeias em diferentes partes e continentes. É através dessa possibilidade que se percebem as “trocas culturais, apropriações e reapropriações, aportes de diferentes origens, na direção muitas vezes, e em última instância, de uma experiência coletiva historicamente configurada” (WISSENBACH, 2009, p. 376).

Assim, estudos que enfatizam a importância dessas trocas intracontinentais africanas e seus variados produtos com o mundo, conforme Luiz Felipe de Alencastro (2000), reforçadas principalmente pelas grandes movimentações do sistema e do comércio escravista, são de importância essencial para compreendermos os processos históricos que ajudaram a definir nossa realidade atual, marcada pela grande variedade de conhecimento, práticas culturais e uso materiais. Todos estes fatores são interdependentes e é impossível realmente separá-los como categorias distintas. É de importância primordial estarmos atentos ao fato de que essas trocas e essas inter-relações são explicitamente dinâmicas, em constantes mutações e interligadas de maneiras muitas vezes inesperadas.

As análises presentes nessa dissertação não pretendem demonstrar verdades excludentes e processos fechados, desligados ou estáticos. Busca-se perceber a fluidez das trocas de conhecimento a partir do ambiente africano, no qual estas mostram-se multilaterais, principalmente entre os séculos XV ao XVII, e não apenas a partir de um

conhecimento europeus “salvando”, “melhorando”, “ensinando” e “subjugando” as populações africanas e seus conhecimentos. É importante ressaltar que, de maneira nenhuma busca-se extinguir a consciência dos abusos eurocêntricos das populações europeias dentro do processo a longo prazo, principalmente a partir do final do Século XVII. Mas sim, busca-se demonstrar o papel ativo e determinante das populações africanas no processo inicial dessas trocas, apesar dos intuitos imperiais e coloniais da Coroa Portuguesa.

Neste sentido, fica implícita a importância de buscar conhecer aspectos cada vez mais profundos e muitas vezes ignorados pela história ou pela antropologia. Buscar outros pontos de vista, como as relações entre humanos e as plantas, é uma forma de enriquecer nosso conhecimento sobre os processos históricos e as relações culturais que se desenvolveram no ambiente africano e que se expandiram para diversos outros lugares do mundo.

Conforme Clive Ponting (1995) é impossível almejar compreender processos históricos das sociedades humanas sem, de alguma forma, conceber sua dependência dos complexos processos físicos, químicos e biológicos do ambiente. O meio ambiente, conforme o autor, influenciou e continuará influenciando o desenvolvimento de todas as sociedades humanas, assim como há também o impacto humano sobre o planeta Terra: “Os seres humanos também fazem parte dos ecossistemas terrestres, mesmo nem sempre estando conscientes desse fato e suas implicações” (PONTING, 1995, p. 43).

Conforme Brígida Von Mentz (2012) a grande diversidade de relações que se formaram com o entorno (natureza), produziu muitas riquezas sobre conhecimentos e saberes, os quais são refletidos na língua, nas formas de pensar, nas manifestações econômicas, nos usos de recursos de cada povo, gerando expressões tangíveis nas culturais materiais e também nas religiões, cultos, mitologias e rituais. Conforme Paul Hersch Martínez (2012) pode-se afirmar que o ser humano interpreta o mundo que o rodeia, ou seja, busca explicar e esclarecer seus sentidos.

No presente trabalho assume-se a postura de que os humanos fazem parte deste mundo natural, tal como afirma David Le Breton (2009), pois o corpo é a proliferação dos sentidos, o indivíduo tem consciência de si não somente pelo pensamento, mas também do seu sentir. Martínez (2012) afirma que a relação denominada homem-natureza pode ser percebida, de forma significativa, como uma realidade imediata do mundo tangível, exatamente na forma com que ela se manifesta em meio físico e biológico, assim se

encontra com a realidade das relações entre os seres humanos e o trato com entorno, mas também fazendo parte deste entorno.

Segundo Le Breton (2009), a percepção do mundo natural não corresponde às coisas diretamente, mas sim é uma interpretação do que é visto, sentido e vivido, é um universo simbólico, um mundo de significados. Cada ser humano percebe seu universo sensorial através do vínculo da sua história e educação pessoal. Assim, não é possível determinar uma verdade única e completa em si, mas cada indivíduo a traduz de uma forma, existindo assim, uma multidão de percepções sobre o mesmo mundo, sobre os mesmos assuntos, definidas pelas perspectivas individuais, pelas expectativas e pelos pertencimentos culturais e sociais destes indivíduos.

Da mesma forma que cada indivíduo tem suas percepções próprias, também cada sociedade tem sua própria organização sensorial, indivíduos dentro de uma mesma sociedade tem tendências a interpretar o mundo de formas semelhantes. Neste sentido, os autores dos relatos aqui trabalhados participam de uma mesma forma de perceber o mundo ao seu redor, permitindo que seus escritos se aproximem na forma de organização e “tradução” deste mundo que eles vivenciaram aos seus leitores europeus.

Le Breton (2009) afirma que as percepções sensoriais não se restringem à fisiologia, mas sim seriam também regidas por uma orientação cultural, conforme a chamada “antropologia dos sentidos” as percepções do mundo, regidas pela orientação cultural, entretanto, não excluem a sensibilidade individual. Cada sociedade elabora um “modelo sensorial” particular, pelos pertencimentos de classe, grupos, geração, gênero e pela história individual.

Para Von Mentz (2012) a relação homem-natureza se dá a partir do trabalho social, seja de atividade mental ou manual. O trabalho naturaliza o entorno a partir da própria atuação sobre ele, atuação que está intrincada com sua sociedade, sua consciência e com seu intelecto. O ser humano em sociedade introduz metas de ações frente a esse ambiente, interagindo, consumindo, domesticando plantas e animais, e estudando os ciclos naturais em amplos aspectos, inclusive astronômicos. A partir dessas ações é que nasce o conceito de trabalho, além da ação manual ou corporal é a mesma que transforma o entorno. O trabalho do ser humano, conforme a autora, é determinado e mediado por sua cultura. Tradições e costumes do grupo se somam às suas atividades individuais.

Além da relação humano e natureza na presente dissertação, de forma semelhante ao trabalho de Wolf (2005), busca-se perceber os seres humanos como um gênero formado pela sua multiplicidade, que estão interligados através de processos históricos, políticos e

culturais. Todas as interações, novos contatos e “descobertas” geradas pela expansão marítima, entre diferentes populações humanas, são percebidas como processos de trocas, associações e também apropriações de conhecimentos, práticas, tecnologias que, de certa forma, beneficiaram e enriqueceram culturalmente todos os lados desse contato.

John Kelly Thornton (2004) afirma que há um crescente interesse em pesquisar o mundo atlântico como um espaço de integração de histórias, mas que, por muito tempo, houve uma desvalorização das sociedades africanas e americanas, como se elas estivessem em um “nível inferior de desenvolvimento”, fato justificável para as concepções científicas de algumas décadas atrás, mas que deve ser desconsiderado na nossa atualidade.

Assim, devemos observar os africanos como “participantes ativos do mundo atlântico, tanto no comércio africano (inclusive no comércio de escravos) quanto como escravos no Novo Mundo” (THORNTON, 2004, p. 48), pois há uma interação constante entre África e Europa. Neste sentido, também Wolf (2005), reforça o quanto as populações africanas eram responsáveis por seus comércios, que seriam de responsabilidade quase estrita das populações africanas o fornecimento de escravos para os europeus, fato que transformou as relações comerciais na costa atlântica africana, modificando e reorganizando de forma substancial as regiões da África Ocidental. A crescente demanda de escravos, principalmente a partir do século XVII, atraiu para este comércio muitas pessoas, afetando áreas longínquas do interior do continente africano, possibilitando que indivíduos que nunca sequer tiveram contato com povos europeus participassem do comércio de escravos ultramarino.

Os objetivos de Thornton, ao buscar demonstrar a importância do papel do africano e dos escravos na formação deste novo mundo cultural, se adequam aos intuítos do presente trabalho, que intenta demonstrar o quanto esses conhecimentos endógenos das populações africanas foram essenciais no desenvolvimento do comércio da região, e também do desenvolvimento cultural luso-africano, mostrando marcas de permanências até a contemporaneidade. Entretanto, de forma inversa à Thornton, temos também a visão de Ponting (1995), no qual afirma que a influência europeia sobre as populações indígenas, principalmente ao retratar as Américas, tiveram efeitos destrutivos e subjulgadores, dando ênfase às mortes por doenças, álcool e exploração, além de apontar a destruição de características culturais. O autor indica que, do ponto de vista europeu, não houve interesse real por costumes e práticas dos nativos e suas respectivas culturas.

No presente trabalho, buscaremos abordar de forma intermediária o interesse e o “poder” destrutivo que as populações europeias tiveram sobre as africanas, defendendo sim

uma agência ativa, principalmente entre os séculos XV ao XVII dos contatos entre portugueses e nativos africanos, mas não ignorando ou diminuindo os danos, principalmente a longo prazo, causados pelas influências europeias. Além disso, a necessidade de se adaptar aos mais diferentes locais dentro do universo atlântico exigirá dos portugueses e europeus de forma geral diferentes estratégias para se adaptar aos climas tropicais, deixando margem para a agência das populações e indivíduos africanos. Essas adaptações resultaram na “formação de redes de propagação de conhecimentos que se tornaram marca do universo atlântico luso-afro-americano. E que implicaram, em diferentes níveis, o reconhecimento de competências” (WISSENBACH, 2009, p. 379).

O foco principal da dissertação é feito através da obra de Almada, “Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabe Verde, dês do Rio de Sanagá até os baixos de Santa Ana de todas as nações de negros que há na dita costa e de seus costumes, armas, trajos, juramentos, guerras. Feito pelo capitão André Álvares d’Almada natural da Ilha de Santiago de Cabo Verde prático e versado nas ditas partes” de 1594. Utilizaram-se duas versões transcritas do manuscrito, o “Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabe Verde (...)”. Não há acesso ao seu original. A primeira versão foi publicada por Diogo Köpke¹ em 1841; a segunda é de leitura, introdução e notas de António Brásio, publicada em 1964.

Conforme António Brásio (1964), apesar de datar do final do século XVI, o manuscrito só ficou conhecido após a publicação de Diogo Köpke. A publicação anterior a Köpke, de 1733, editada por António da Costa Vale, teria sido demasiadamente modificada em sua transcrição, incluindo o nome do autor, tornando-a inadequada para usos acadêmicos. Os manuscritos das obras, que demonstram real valor, se encontram atualmente na Biblioteca Nacional de Lisboa e na Biblioteca Pública do Porto (ambas em Portugal). Entretanto, nenhum destes é o original e desconhece-se os caminhos e destinos do manuscrito original².

Para complementações utilizam-se também as obras de André Donelha, “Descrição da Serra Leoa e dos Rios de guiné do cabo verde”, de 1625; e as obras de Francisco Lemos Coelho: “Descrição da costa da Guine desde o Cabo Verde athe Serra Lioa com todas as ilhas e rios que os brancos navegam”, de 1669; e “Discripção da Costa de Guiné, e situação

¹ A versão publicada por Diogo Köpke é facilmente encontrada sua digitalização online, na bibliografia seguirá uma das páginas em que se encontra.

²² Recentemente, Francisco Aimara Carvalho Ribeiro publicou uma tradução própria em apêndice de sua tese de doutorado: “No rastro do viajante: Cabo verde e Senegâmbia no Tratado Breve de André Álvares de Almada (1550-1625)” da Universidade Federal Fluminense, defendida em 2016. Esta foi intitulada “Manuscrito de Lisboa: cópia modernizada” e não foi utilizada na presente dissertação.

de todos os portos e rios della, e roteyro para se poderem navegar todos seus rios”, de 1684.

Utiliza-se a transcrição do manuscrito “Descrição da Serra Leoa e dos Rios de guiné do Cabo Verde”, de 1625, escrito por André Donelha, com introdução, edição, notas e apêndices de Avelino Teixeira da Mota e Notas por P. E. H. Hair, publicada em 1977. O manuscrito da fonte se encontra na biblioteca da Ajuda, em Lisboa, em um conjunto de 38 manuscritos que tratariam de “relações de descobrimento da Costa da Guiné, Mina, Cacheu, Angola, Congo, Bengalla e outros reinos e nações” (MOTA, 1977, p. 20).

Também se utiliza a transcrição das “duas Descrições seiscentistas da Guiné de Francisco de Lemos Coelho”, publicados e anotados por Damião Peres, edição de 1990. Foram publicadas originalmente pelo professor Damião Peres no ano de 1953. Divididas são: “Descrição da costa da Guine desde o Cabo Verde athe Serra Lioa com todas as ilhas e rios que os brancos navegam” (1669) e “Discipção da Costa de Guiné, e situação de todos os portos e rios della, e roteyro para se poderem navegar todos seus rios” (1684). A publicação fez parte das atividades culturais do V centenário do ‘descobrimento’ da Guiné, que foi elaborada e publicada a expensas do ministério do Ultramar, anteriormente denominado de colônias, conforme informação da publicação³, esta reedição foi financiada pela secretaria de estado dos negócios estrangeiros e da cooperação da comissão nacional para a comemoração dos ditos ‘descobrimientos’ portugueses.

Conforme a edição comemorativa, a *Descrição da Costa da Guiné desde Cabo Verde até Serra Lioa*, datada de 1669 é atribuída a Francisco de Azevedo Coelho, e a *Discipção da Costa da Guiné, e situação de todos os portos e rios dela*, feita pelo Capitão Francisco de Lemos Coelho em Santiago de Cabo Verde, no ano de 1684. Por se tratar de uma temporalidade de publicação posterior à de Almada e Donelha, acaba sendo usada de forma comparativa e na busca de uma visão de continuidade de certos conhecimentos.

Em sua introdução à obra, Damião Peres (1990) afirma que tais obras são manuscritos do século XVII, até então nunca publicados, que pertencem à Biblioteca Nacional de Lisboa. Também afirma que, apesar de interpretação comum de que seriam dois autores diferentes para cada manuscrito, por sua análise interpretativa afirmam serem do mesmo indivíduo⁴. Já a versão de 1684, não se conhece o original, apenas as versões de

³ Trata-se da carta introdutória deixada pelo Conselho Acadêmico logo no início da obra, datada de 01 de agosto de 1990, sem numeração de página. Em nota também afirma-se respeitar o texto original publicado por Damião Peres, deixando os códices e a introdução conforme o original de 1953.

⁴ Para comprovarem essa identidade única, Peres (1990) compara trechos de ambos manuscritos, demonstrando as semelhanças e afinidades. Também busca analisar os autógrafos do manuscrito original de

copistas. Peres (1990) também afirma que as descrições geográficas se aproximam bastante da obra “Tratado Breve”, publicado por Diogo Köpke, mas a diferença temporal entre as duas obras deixa bastante clara a diferença das atividades econômicas de portugueses e estrangeiros na região. A obra de Lemos Coelho, conforme José da Silva Horta (2010), é considerada a última descrição de Guiné com um grande conjunto de temas.

Almada, Donelha e Coelho, produziram seus textos em ambientes africanos, mas seu conteúdo era direcionado para a Coroa portuguesa e/ou leitores de origem ou descendência portuguesa. Este fato não traz muita diferenciação em termos de tipo de escrita, linguagem e, inclusive, na forma de pensar o outro, em relação aos textos produzidos em Portugal. Mas no sentido de conteúdo se diferencia, pois, nele há um fenômeno de coprodução textual, pois acredita-se que os sistemas de valores locais interferiram na escrita. Assim, pelas especificidades de suas produções e autores, as fontes aqui trabalhadas serão consideradas não apenas como “relatos de viagem”, mas sim “tratados”, pois ultrapassam seu caráter descritivo e de curiosidade trazendo descrições interpretativas, apresentando olhares únicos sobre as diversas populações africanas e das suas religiões e costumes, das redes de comércio, da geografia, dos aspectos climáticos, da fauna e da flora.

Nos tratados, percebemos que as relações interculturais dadas na região de “Guiné do Cabo-Verde” criaram formas comuns de representar as práticas e aspectos culturais das sociedades locais, das regiões acessadas e das formas comerciais locais. Assim, há muitas semelhanças nas descrições apresentadas nas obras dos três autores. Conforme Horta (2010) há também duas perspectivas nas representações antropológico-geográficas, uma que identificava o cenário por espaços políticos individuais africanos, a partir de suas características culturais – linguística, econômica e religiosa. Mas uma segunda, que projetava as vontades portuguesas em delimitar os territórios de forma estratégica, para controle não só em relação às populações africanas, mas principalmente em relação aos demais estados europeus.

Ao afirmar que os relatos foram, de certa forma, tradução de uma realidade vivida e sentida pelos autores para que outros indivíduos, em outras realidades, possam

1669 e uma certidão lavrada em Cacheu de 1662, que afirma confirmarem serem realmente de Francisco de Lemos Coelho. Portanto, para Damião Peres, Francisco de Lemos Coelho teria redigido primeiro a descrição de 1669 e posteriormente, com alguma ampliação, a Descrição de 1684. A descrição de 1669 possui uma cópia na Biblioteca Nacional, datada do final do século XVIII ou início do XIX, na qual o autor teria cometido um erro na transcrição da abreviatura do nome, que provavelmente gerou o comum engano de identificar as obras com autores diferentes. Nesta dissertação, seguimos a opinião de Damião Peres e consideramos ambas obras de Francisco Lemos Coelho.

compreende-la, nos aproximamos do que Le Breton (2009) chama de sentidos produzidos pelas percepções sensoriais, estes sentidos são categorias de pensamentos compartilhadas por um mesmo grupo social, facilitando sua comunicação. De forma semelhante, para compreender e explicar aquilo que observavam, buscavam adaptar suas vivências para sua própria linguagem, mesmo que o conceito não definisse exatamente o significado das ações, coisas ou indivíduos denominados, como o uso dos termos rei e imperador ou reinos e nações, e também nas descrições da fauna e flora.

É recorrente o aparecimento de plantas e seus usos nos tratados. Muitos destes vegetais estão associados com as necessidades das viagens e navios. Mantimentos de origem animal e vegetal, água, madeiras de qualidades diversas para as embarcações. Frequentemente estes produtos são citados como qualitativos positivos dos portos, povos e regiões que os autores citam e sempre são referenciadas. Além disso são comuns as observações sobre as árvores que identificam as regiões. Há narrativas correntes sobre as condições dos rios, correntezas, dificuldades, profundidades e outros. Os produtos e mantimentos que podem ser negociados, quais mantimentos deve-se levar para as trocas também são fatores comuns da descrição. A descrição dos povos nos seus aspectos mais culturais tende a ser mais do ponto de vista de curiosidade e estranhamento, mas acabam por indicar diversos fatores de conhecimentos endógenos e práticas culturais próprias africanas.

O presente trabalho, a partir das considerações acima colocadas, foi dividido em três capítulos. O primeiro busca trazer uma visão ampla sobre o contexto em que as três fontes primárias foram produzidas nos amplo contexto relacionado à expansão portuguesa para a África, Cabo verde e a região denominada pelos portugueses de “Guiné do Cabo Verde”, além disso, faz-se um aprofundamento sobre as obras e seus respectivos autores. O universo cultural e históricos dos autores das fontes historiográficas aqui utilizadas é fundamental para compreender as formas de tradução “do outro” e também as visões de mundo dos próprios autores. As formas de interpretar o mundo pelos autores dos tratados são marcadas pelas características da sociedade portuguesa, principalmente seu caráter fortemente cristão. A cristandade justificava e apoiava a expansão marítima, o combate ao islamismo, a conversão, mesmo que forçada, de indivíduos não cristãos e, inclusive, a escravização destes indivíduos.

O segundo capítulo se propõe a analisar as formas de comércio africano e europeu e seu desenvolvimento como um conjunto. Percebendo, assim, os intuitos e buscas da Coroa Portuguesa e também as relações e identidades fluidas dos autores dos relatos e dos

comerciantes de origem portuguesa em geral. Para isso, analisa-se as conjunturas ambientais geográficas e as suas relações com as produções de determinadas plantas e as formas com que elas circulam no ambiente de Guiné do Cabo Verde. Especificamente são ponderadas as formas de comércio e produção do arroz africano, o interesse português na produção da cana de açúcar, o papel de intermediários dos portugueses no comércio da noz de cola e a produção, usos e comercialização de tintas e tecidos de algodão.

O terceiro capítulo busca trazer os conceitos da história ambiental em relação às características culturais que são compartilhadas, associadas, trocadas e apropriadas nas relações entre portugueses e africanos. Busca-se discutir a noção de luso-africanismo e o processo de criouliização, além de trazer as problemáticas culturais que perpassam questões sociais, políticas e religiosas que se dão nas relações entre seres humanos e plantas. As plantas são utilizadas de diversas maneiras nas populações africanas, desde alimentação, vestimentas ou materiais de construção, e também na fabricação de venenos e nas práticas da medicina tradicional. Por fim, percebemos que a religiosidade africana está inserida em todos os aspectos da vida dos indivíduos, inclusive nas formas com que se relaciona com o entorno natural, fazendo com que indivíduos como Cacizes, Bixirins e Jabacouces sejam amplamente citados nos Tratados aqui utilizados.

1 OS PORTUGUESES NA ÁFRICA E A “GUINÉ DO CABO VERDE”

O período entre os anos de 1450 a 1630 é visivelmente marcado por uma expansão enorme dos conhecimentos geográficos, mas também, conforme Marian Malowist (2010), pela expansão econômica, política e cultural, tanto do ponto de vista das populações europeias, tendo pioneirismo da Península Ibérica, quanto no Império Otomano e em todas as regiões que serão inseridas nas grandes viagens marítimas. O processo de expansão e circulação marítima, em nível mundial, significou “um crescente fluxo de ideias, bem como de comércio em todo o mundo” (THORNTON, 2004, p.54). Paul Gilroy (2001) afirma que as culturas e as identidades formadas na circulação não só de produtos, mas também de conhecimentos e ideias são indissociáveis dos fluxos e das trocas culturais realizadas através do Atlântico e da experiência da escravidão. Samira Peruchi Moretto (2012) afirma que foi neste contexto das expansões marítimas que África logo se tornou, tanto receptora, quanto fornecedora do intercâmbio entrelaçado de animais, plantas e também de doenças, principalmente relacionado com o tráfico de pessoas escravizadas.

1.1 Arquipélago de Cabo Verde

A influência portuguesa nos territórios africanos teria se iniciado conforme Boxer (2002), com a Tomada de Ceuta em 1415, em que os Portugueses tiveram acesso às novas informações sobre as terras dos negros do Alto Níger e do rio Senegal, espaço conhecido há certo tempo como fonte de ouro. Segundo Thornton (2004), as ações ofensivas e o comércio das Ilhas Canárias⁵ serviram de base e motivação para que os europeus expandissem suas atividades na costa africana. Entretanto, os portugueses só alcançaram o Senegal em 1444 e, antes disso, as embarcações iam apenas até os trechos que já lhes permitiam voltar com lucro econômico. Carlos Veiga e Victor Wladimiro (1983) afirmam que somente na costa de “Guiné do Cabo-Verde” as viagens marítimas tornaram-se realmente lucrativas, fato só possível após superar as dificuldades do Cabo Bojador, em 1434.

Luiz Felipe de Alencastro (2000), enfatiza o quanto algumas regiões africanas favoreceram a penetração europeia, pois grandes rios, como os casos dos rios Senegal,

⁵ Conforme Thornton (2004) as ilhas de Canárias já eram conhecidas na época Clássica e teriam sido redescobertas por Malocello no início do século XIV, em torno de 1312. A colonização das Ilhas efetivou-se por volta de 1335, tornando-se um lugar de grande importância estratégica para a exploração do Atlântico.

Cacheu e Gâmbia, permitiam que as trocas comerciais tivessem acesso ao interior do continente. Havia rotas comerciais que interligavam o golfo da Guiné até a Senegâmbia. Apesar de o objetivo de lucros ser o principal estimulante para as viagens, geógrafos e pensadores das cortes almejavam planos comerciais e geopolíticos de longo prazo, e sonhavam com isso desde o séc. XIV.

Na região de Senegal os lucros foram obtidos do ouro e de escravos (capturados inicialmente em emboscadas, depois comprados). Encontrava-se Ouro em muitos pontos do litoral, e os navegantes logo estenderam suas viagens em direção ao sul até alcançarem a costa da atual Serra Leoa em torno de 1460. (THORNTON, 2004, p. 74)

O até então desabitado arquipélago de Cabo Verde foi crucial para ampliar e expandir os “negócios” da costa africana na região. Cabo Verde foi, de acordo com Boxer (2002) colonizado entre os anos de 1456 a 1460 e mesmo assim levou diversos anos até que se consolidaram as áreas de exploração e o estabelecimento das bases. No decorrer do século XV e no início do século XVI, de acordo com Malowist (2010), os portugueses estabeleceram diversas feitorias na costa ocidental africana, incentivando a participação das populações africanas locais a participar do comércio com os Europeus. Inclusive, no final do século XV, já se considera que os povos europeus tinham completo domínio da circulação no alto mar no oceano atlântico, mas tal controle, conforme Thornton (2004), não foi tão determinante como se pensa para o domínio territorial. O controle marítimo permitia que europeus tivessem acesso fácil e rápido às ilhas atlânticas para reabastecimento de alimentos e tropas, fato determinante para o sucesso de suas empreitadas. Entretanto, na região costeira da África a abordagem até então utilizada de emboscadas e captura de escravos foi repelida, pois as populações africanas possuíam uma cultura marítima bem desenvolvida e com amplo grau de especialização.

Com a dificuldade dos ataques, os portugueses passaram a adotar estratégias mais “tranquilas” no comércio regular, logo percebendo que já existia “uma economia comercial bem desenvolvida na África, a qual o comércio poderia explorar sem hostilidades” (THORNTON, 2004, p. 83). De acordo com Boxer (2002), os portugueses também se viram com dificuldades de estabelecer suas feitorias e fortes no interior do continente, levando-os ao comércio através de intermediários africanos, tanto para o fornecimento de ouro quanto de outros produtos. Dentro dessas novas formas de contato, iniciaram-se práticas de “casamentos” e mestiçagem, que com o decorrer do tempo, levaram ao

desenvolvimento de indivíduos à parte da Coroa Portuguesa, denominados lançados e tangomaos.

Chamavam-se lançados os indivíduos que teriam se “lançado” no continente africano, começando seus negócios particulares e iniciado conexões diretas com as populações africanas. Foram essenciais para a comunicação entre Portugueses e Africanos, principalmente para os acertos comerciais. Conforme Boxer (2002), eram assim chamados pois teriam incorporado os costumes nativos, mudando suas vestimentas, aprendendo dialetos locais e inclusive participando de ritos, celebrações e crenças de origem africana. O segundo termo, tangomaos, conforme Alberto da Costa e Silva (2011), eventualmente designava os mesmos indivíduos, os lançados, mas na maioria das vezes esse indivíduos provinham das culturas africanas ou estavam amplamente enraizados nestas. A palavra tangomao tem origem incerta, visivelmente africana, possivelmente se tratava de um termo que indicava uma linhagem de sacerdotes e curandeiros africanos, provavelmente da região de Serra Leoa, no decorrer do século XVI. Donelha afirma simplesmente: “Chama-se Tangomao Portugueses lançados em Guiné” (DONELHA, 1977, p. 108).

A coroa Portuguesa, de acordo com Boxer (2002) objetava o comércio com esses indivíduos, não pelo caráter mestiço em si, mas sim por não pagarem as taxas e/ou obedecerem às regras determinadas pela Coroa Portuguesa sobre todo o comércio ultramarino. De certa forma, essas diferentes estratégias deixaram brechas para que fosse possível um comércio mais livre, no qual os africanos podiam determinar seus próprios termos, definindo direitos aduaneiros e taxas conforme suas necessidades. Entretanto, tais brechas eram realidades somente no início desse contato e vão diminuindo e sendo derrubadas ao longo do tempo.

O interesse comercial português em África esteve inicialmente focado na busca do ouro, mas logo terá seu foco mudado ao comércio de escravos. Boxer (2002) afirma que é muito difícil analisar o efeito que o comércio de escravos teve na África Ocidental. Estima-se que cerca de 150 mil escravos negros teriam sido capturados na região, entre 1450-1500.

Inicialmente, grande parte da população escravizada foi utilizada para o desenvolvimento e manutenção das Ilhas de Cabo Verde e, em menor escala, Madeira e regiões meridionais de Portugal. Será a partir de meados do século XVI que o fluxo tornar-se-á mais crescente para a região de Antilhas e para o Império Espanhol no continente Americano.

Cabo Verde, durante o séc. XV, em especial a Ilha de Santiago, foi entreposto comercial de suma importância para Portugal, pois sua posição geográfica estratégica,

permitiu afluir e organizar o comércio de escravos e outros produtos. Antônio Correia e Silva (2001) afirma que as Ilhas do arquipélago de Cabo Verde não possuíam disponibilidade real de riquezas materiais: a colonização e a introdução de novas espécies de plantas e animais foram essenciais para que a ilha pudesse desempenhar seu papel central e ativo das redes comerciais desenvolvidas na região, favorecendo, de acordo com Alfred Crosby (1993), sua característica estratégia.

A colonização do arquipélago ocorreu com marcas fortemente africanas, afinal foi o comércio com a costa africana que o tornou importante e viável. Silva (2011) afirma que, além de comerciantes propriamente africanos ou escravos, a maioria dos portugueses, fossem “sangue limpo” ou cristãos-novos, costumavam chegar sem companhia de mulheres. Poucas mulheres saíam de Portugal, e quando o faziam se tratava de mulheres em condições desfavoráveis, como órfãs, enjeitadas, degredadas. Portanto, tornou-se comum trazer mulheres africanas à Cabo Verde, tanto como escravas, mas também como esposas. As uniões entre portugueses e mulheres africanas, conforme Silva (2001) era uma prática comum, que logo gerou uma população amplamente mestiça, como é o caso de Almada.

A sociedade cabo-verdiana, portanto, era composta em sua grande maioria por escravos africanos e alto grau de mestiçagem. Silva (2001) afirma que muitos destes mestiços livres logo tornaram-se comerciantes na Costa da “Guiné do Cabo Verde”, seus lucros e descendência portuguesa permitiram ascender socialmente, criando novas identidades agora não somente portuguesas, mas luso-africana, processo denominado “crioulização”, que ocorreu inclusive nos estratos dominantes de Santiago: Almada é uma prova concreta como veremos a seguir. Assim como no arquipélago, houve também processos singulares de crioulização no continente africano.

Em Cabo Verde, território de ligação entre a costa africana, Portugal e as demais áreas sob “domínio” português, afirma Silva (2001), criaram-se diversos domínios judiciais, fiscais, ideológico-religiosos, que buscavam garantir uma gestão centralizada do comércio, tanto de escravos quanto de outros produtos. Horta (2010) afirma que o arquipélago foi base comercial para todas as atividades na região, fossem legais ou ilegais ao menos até os anos 60 do século XVI. Os habitantes das ilhas, de acordo com José Pina Delgado (2012), apesar da pequena produção local, dependiam grandemente dos rendimentos gerados pelo comércio transatlântico, principalmente de escravos. Essa dependência se relacionava diretamente com a metrópole portuguesa, trazendo diversas tensões entre leis e obrigatoriedades impostas pela Coroa.

Inicialmente, conforme Alencastro (2000), a Coroa portuguesa costumava ceder amplos poderes aos seus súditos e até mesmo à estrangeiros, desde que tivessem disponíveis recursos capitais para seus intentos no ultramar. Essa tendência começou a ser desfeita rapidamente, crescendo cada vez mais as exigências sobre os cabo-verdianos. De forma semelhante, inicialmente havia diversas concessões comerciais, para evitar o abandono das ilhas, que não era atrativa do ponto de vista da agricultura. Alencastro (2000), afirma que durante o século XIV e XV, em situação de “quase-monopólio” comercial português, os diversos dispositivos mantinham uma situação normalmente favorável nos comércios com a costa africana. No entanto, conforme os lucros aumentavam e mais indivíduos se inseriam neste meio, a concorrência de outras nações europeias começava a ficar “perigosa”.

Com o aumento de influências externas e ilegais, a Coroa Portuguesa aumentava as proibições comerciais e cobranças fiscais, desagradando moradores das Ilhas e do continente africano, pois somente a “intervenção permanente e sistemática do poder político pode assegurar e sustentar, por um tempo longo, o monopólio” (SILVA, 2001, p. 6). Segundo Horta (2010), a cidade de Ribeira, da Ilha de Santiago, era considerada o centro administrativo, militar e missionário de toda a Costa ocidental do continente Africano, principalmente na lida com novos escravos, que eram reunidos na cidade para serem taxados e só posteriormente encaminhados para seus destinos finais. Entretanto, Alencastro (2000) demonstra que este sistema teve diversas falhas, causadas tanto pelas condições climáticas e biológicas, principalmente relacionadas às doenças e “febres” e também pela facilidade que comerciantes de outros Estados europeus tinham de adentrar no continente, devido à falta de contingente português na defesa das entradas dos rios e suas esparsas feitorias e fortes.

Além disso, a lei régia era violada constantemente, “aproveitando os vazios ou incongruências legais e, em especial, a crônica debilidade de fiscalização da própria Coroa portuguesa” (DELGADO, 2012, p. 101), processo reforçado pela participação e omissão dos funcionários e comerciantes régios. Assim, conforme Silva (2001), a circulação no arquipélago de pessoas de diversas categorias, nem sempre bem-vindas pelos moradores de Cabo Verde e, especialmente, pela Coroa, como comerciantes ilegais, piratas, comerciantes africanos e muitos outros, deixava a situação ainda mais problemática.

Boxer (2002) chama atenção para o fato de que as trocas feitas nas regiões africanas utilizavam produtos estrangeiros, e não de origem portuguesa. O trigo era essencialmente vindo da região de Marrocos e os tecidos e fibras de Estados europeus, como Inglaterra,

França, Flandres e Irlanda. Grande parte dos produtos adquiridos em África e Ásia eram reencaminhados para outras regiões. Escravos iam principalmente para as colônias americanas e até as especiarias e malaguetas acabavam em Flanders. Assim, indiretamente, Portugal a longo prazo diminuirá seu poder devido suas inúmeras interdependências comerciais ultramarinas.

Em concordância com Delgado (2012) o crescente interesse de outros Estados sobre as “possessões” portuguesas em África afetou diretamente Cabo Verde (e as demais regiões). Principalmente Inglaterra e Províncias Unidas passaram a intensificar ataques de corsários aos navios das Ilhas e a desrespeitar os limites reivindicados pela Coroa Portuguesa. Malowist (2010) reforça que estes Estados rivais, de forma geral, estavam mais avançados economicamente do que Portugal, dando-lhes vantagens, pois seus mercadores tinham meios suficientes para realizar trocas comerciais de maior escala e, portanto, revender seus produtos com melhores preços. O autor também demonstra o impacto significativo que a presença francesa teve na região de Guiné do Cabo Verde, normalmente buscando o lucro através de pilhagens dos navios europeus já carregados de ouro africano e mercadorias da Índia e comercializando diretamente com lançados e tangomaos.

A concorrência com comerciantes estrangeiros, de acordo com Francisco Aimara Carvalho Ribeiro (2013), que não respondiam as fiscalizações e regras portuguesas, inclusive contrabandistas de origem portuguesa, deixava os moradores das Ilhas de Cabo Verde em situação de desvantagem. Não é à toa que a obra de Almada tenha um cunho tão “propagandista” e exaltador das qualidades do continente ao qual teve acesso, pedindo abertamente para que a Coroa Portuguesa se empenhasse mais em proteger estas terras dos estrangeiros, catequizar as populações locais e investir na colonização tal qual se fizera no Brasil.

Esta terra é tão abundante de tudo que nada lhe falta; abastada de muitos mantimentos, muito fresca de ribeiras de água, laranjeiras, cidreiras, limoeiros, canas de açúcar, muitos palmares, muita madeira excelente. Povoando-se viria a ser de maior trato que o Brasil; porque no Brasil não há mais que açúcar e o pau e algodão; nesta terra há algodão e o pau que há no Brasil, e marfim, cera, ouro, âmbar, malagueta, e podem-se fazer muitos engenhos de açúcar; há ferro, muita madeira para os engenhos, escravos para eles. (ALMADA, 1964, p. 148)

No decorrer dos séculos XV-XVIII, a costa ocidental africana constituiu uma zona com imenso contato com o mundo exterior. De qualquer forma, reitera Malowist (2010),

na região não houve, no período tratado, uma efetiva colonização ou domínio, e sim um caráter fortemente comercial. Este comércio intenso, de forma geral, dependia do arquipélago de Cabo Verde para atingir dimensões ultramarinas, que por um bom período manteve-se sobre o controle da Coroa Portuguesa, mas ao longo do século XVI começara a diminuir seu poderio.

1.2 “Guiné do Cabo Verde”

Originalmente, de acordo com Horta (2010) o termo “Guiné”, assim como “Etiópia”, representava ao pensamento europeu um espaço geográfico ao sul do Cabo do Bojador, visão caracteristicamente medieval que teve seu ápice no início da expansão marítima no século XIV. Em outro sentido, o conceito identificaria uma “terra dos Negros”, correspondendo ao sul dos territórios conhecidos de dominância Árabe. Este espaço territorial gigantesco e já experienciado era unido pela característica comum da cor de pele de seus habitantes originais, associando-se também as características ambientais. Essa guiné de sentido amplo não reconhecia as fronteiras, fossem em relação às populações africanas, fossem no sentido geográfico. Ao referenciar parte dessa Guiné geral a Cabo Verde, busca-se delimitar o território amplo e, a longo prazo, começara a demarcar mais profundamente as divisões africanas de populações e, principalmente, dividindo os espaços a partir do curso dos seus rios.

A “Guiné do Cabo Verde”, conforme Horta (2010), corresponde a uma noção de apropriação deste espaço africano pelos portugueses e cabo-verdianos. Este “espaço” geográfico simula os intentos de domínio sobre determinada área, portanto, se torna um “espaço” produzido de forma escrita, nas fontes. De forma geral este conceito permite uma homogeneidade relativa, pelo menos desejada, dos espaços que representa, tanto no sentido de determinar fronteiras, quanto de definir as relações sociais que foram estabelecidas na costa africana com o arquipélago de Cabo Verde e Portugal.

A denominação “Guiné do Cabo Verde”, de acordo com Beatriz Carvalho dos Santos (2013), era a forma como viajantes e população local de descendência portuguesa chamavam a costa africana com certa proximidade e maior domínio comercial de Cabo Verde. Era delimitada pelos seus rios e expressava sua natureza comercial, por isso também chamada de “Rios da Guiné”. Estes conceitos, com algumas variações, acabaram por constituir uma categoria de representação oficial portuguesa, utilizada não somente nos tratados aqui utilizados, mas também na documentação administrativa. Além disso, Horta

(2010) afirma que pelo seu caráter geográfico natural também está diretamente relacionado com a natureza comercial entre portugueses, cabo-verdianos e africanos. Este conceito teve seus primeiros indícios no texto de Valentim Fernandes, em 1502.

Francisco Lemos Coelho, no manuscrito de 1669, identifica:

He a Costa de Guine de que pretendo dar noticia, toda aquella terra que se estende de Cabo Verde, o qual fica em altura de 14 graos até o focinho da Serra Lioa que fica em 7., que esta he a terra que he navegação dos portugueses, assim moradores que vivem por todos os rios que estão neste districto, como os que passam a estas partes a negociar, em o qual districto ha os reinos, porto, gentes, e commercio que aqui se verá. (LEMOS COELHO, 1990, p. 5)

Entretanto, a definição “Guiné do Cabo Verde” só representa este espaço no período do século XV até início do XVII. Este território foi construído por todos aqueles indivíduos cabo-verdianos que mantinham relações entre Cabo Verde e a Costa africana das proximidades. Horta (2010) afirma que, com algumas variações, este conceito delimita o território da Costa atlântica que fica entre o rio Senegal e o sul da atual Serra Leoa em fronteira com a Guiné Conacri. O autor ainda ressalta que essas delimitações não eram reconhecidas pelas populações africanas originárias. De forma geral, o conceito delimitava tanto o espaço a partir dessas sociedades e seus espaços políticos individuais, mas também, e principalmente, uma projeção das expectativas portuguesas de domínio desses territórios, principalmente frente às demais potências europeias.

O termo “Guine do Cabo Verde” pode ser substituído por outras denominações. É o caso do termo “O mundo cabo-verdiano-Guineense”, expressão proposta por José da Silva Horta (2012), mas ambas denominações apenas fazem sentido para os séculos XV ao XVII, pois essa expressão sugere um domínio cabo-verdiano sobre os povos africanos da região, frequentemente denominados por Guinéus. Outro termo proposto por pesquisadores africanos é Senegâmbia ou Grande Senegâmbia, que seria de acordo com Horta (2010), uma expressão de cunho mais geográfico, mas que exclui o arquipélago de Cabo Verde, pois engloba somente as populações nos entornos dos rios Gâmbia e Senegal. Além disso “Grande Senegâmbia”, designa um território que não inclui a “Serra Leoa” comentada pelas fontes aqui utilizadas, pois iria do vale do rio Senegal, ao norte, até o rio Kolente, ao sul.

Horta afirma que Serra Leoa, para os autores dos Tratados aqui utilizados, mas também para a documentação administrativa do Império ultramarino, tornou-se a

denominação de uma subcategoria geográfica que determina a parte sul da “Guiné do Cabo Verde”: “A verdadeira Serra Lioa, que se pode povoar e aproveitar, são uas montanhas que estão antre o rio Tagarim, que fica ao norte e a angra de Bagarabomba, que fica ao sudeste e sul” (DONELHA, 1977, p. 27). Horta (2013) afirma, entretanto, que este desejo de domínio, junto com a produção dessas fontes escritas que reforçam esses domínios devem ser compreendidos como a expressão de uma crescente e nova identidade luso-africana, que se iniciou tanto em cabo-verde como na costa africana a partir dos contatos entre as populações africanas e os portugueses, e principalmente, seus descendentes mestiços.

O domínio luso sobre a “Guiné do Cabo Verde” sempre foi confuso e não teve efetividade real no controle de mercadorias que circulavam na região. A região, mesmo na época de Almada e Donelha, já era constantemente percorrida pelos Franceses e Ingleses, que costumavam comerciar com lançados e tangomaos, ou com contatos próprios e diretos com as populações africanas; e terá ainda menos controle português no período de escrita de Lemos Coelho. Alencastro (2000) afirma que o constante ataque de corsários, a falta de contingentes e as condições climáticas desfavoráveis, levou a um desinteresse cada vez maior da Coroa Portuguesa sobre a região, processo acelerado nas primeiras décadas do século XVI.

Este processo de construção do espaço “Guiné do Cabo Verde”, conforme Horta (2010) foi muito complexo e lidava com diversas características, povos e formas de interações sociais, políticas, religiosas e principalmente comerciais. Estas interações, a longo prazo, estão associadas com construções de novas identidades e suas práticas. As sociedades africanas da região, apesar de alguns traços em comum, possuíam grande heterogeneidade, inclusive na forma com que se relacionavam com os Portugueses e demais europeus. Assim, o termo não designa somente a divisão territorial e os contatos comerciais, representa também o desejo de domínio sobre a área e as complexas relações sociais entre africanos e portugueses. Na presente dissertação utilizaremos o título de “Guiné do Cabo Verde”, estando atentos à problemática de ser um espaço de domínio mais imaginário do que de efetivo de Cabo Verde sobre a costa atlântica africana.

Cabe ressaltar que Guiné do Cabo Verde, apesar de sua denominação comum no espaço português, é provável que não fosse uma categorização geográfica utilizada e/ou aceita pelas populações africanas que possuíam suas próprias formas de pensar e determinar fronteiras, domínios territoriais e aspectos geográficos próprios. Além disso, a Coroa portuguesa nunca conseguiu efetivamente estabelecer monopólio sobre o comércio local. Suas tentativas nunca foram acolhidas plenamente pelas populações africanas que

continuavam diversificando seus parceiros ao longo do século XVI e XVII, negociando com Franceses, Ingleses e Holandeses, impossibilitando os objetivos de monopólio português e conseguindo vantagens comerciais nessa variação.

1.3 André Alvares de Almada, André Donelha e Francisco Lemos Coelho

As três obras analisadas na presente dissertação estão inseridas no contexto até agora explicitado. Trata-se, como referido anteriormente, dos Tratados de André Alvares de Almada, André Donelha e Francisco Lemos Coelho. Estas obras nos propiciam detalhes da região denominada Guiné do Cabo Verde, termo historicamente datável.

As informações sobre André Alvares Almada não são muitas. De acordo com Antônio Brásio (1964), o autor da Biblioteca Lusitana, Barbosa Machado, teria indicado que Almada, impellido por curiosidade, penetrara o continente africano através de seus rios e descreve suas observações em sua obra.

Álvares de Almada, por serviços de seu pai, que fora capitão e defensor da Ilha de Santiago e dele próprio, foi proposto para cavaleiro do hábito de Cristo, proposta que a Mesa da Consciência houve por Boa, aprovando-a, em 19 de Agosto de 1598, não obstante as disposições estatutárias em contrário, facto que dá especial relevo à sua personalidade de mestiço e ao seu Tratado. (BRÁSIO, 1964, p. XIII e XIV)

Conforme o trecho acima, Almada se diferencia pela sua origem não só portuguesa, por descendência do pai, mas também africana, por sua mãe. Por lado paterno, era filho de Cipriano Álvares de Almada e neto de João Álvares de Almada. Delgado (2012) afirma que Almada participou da governança local da Ilha de Santiago, ocupou durante sua vida posições importantes nos órgãos de poder local, principalmente na Câmara municipal.

Apesar das notícias sobre Almada comentarem sobre sua “curiosidade” para conhecer o continente africano, Diogo Köpke (1841) demonstra que é muito provável que estas viagens tivessem interesse comercial e fossem ligadas ao tráfico de escravos, fato que fica evidente no texto, logo em seu prólogo, quando Almada afirma:

(...) porque destas partes eu sei honestamente, e das cousas em que tive dúvida me informei de algumas pessoas práticas e nas ditas partes versadas; quis, como digo, escrever deste Guiné, não porque muitos não tivessem dele dito, mas já pode ser que dele não tiveram tão verdadeira notícia como eu, porque vi a maior parte dele, e tratei em muitos Rios, metendo-me por eles muitas léguas (...). (ALMADA, 1964, p. 2)

Deste trecho, primeiramente, fica evidente o fato de Almada logo admite seu conhecimento através, além da experiência pessoal, dos seus contatos com indivíduos que conheceriam mais profundamente tais histórias, fatos e práticas da região da Guiné do Cabo Verde. Tratavam-se possivelmente de contatos comerciais no continente, muito provavelmente de origem africana e de populações próprias das regiões no período; ou também mestiços, tal qual Almada, que por sua origem dupla teria acesso a vários lados das negociações, das culturas e das relações interpessoais.

Por segundo, as viagens de Almada indicam muito mais interesses econômicos e comerciais do que curiosidade, pois ele próprio afirma que ‘tratou em muitos rios’: a palavra “trato” dentro deste contexto, indica comércio, principalmente de escravos. Almada fora capitão de terra e de mar e, portanto, participava do “resgate” de escravos e fora essa sua experiência que permitiu a escrita do *Tratado Breve*.

No âmbito mais político de análise, pode-se dizer que o seu tratado, no fundo, fazia a descrição de uma realidade política e jurídica externa, chamando atenção para algumas características dos povos com os quais os ‘portugueses’ e luso-cabo-verdianos negociavam, as dificuldades comerciais, a competição com outras potências, fazendo a propósito recomendações sobre os procedimentos mais adequados e eficazes para a defesa dos interesses locais. Por este motivo é mais facilmente classificável como uma obra de estratégia política. (DELGADO, 2012, p. 115)

Mas Almada estava perpassado com outras características além dos interesses comerciais (locais e individuais), e/ou dos interesses da Coroa portuguesa. Delgado (2012) aponta suas preocupações com algumas condições de captura de cativos⁶ e na sua vontade religiosa de catequizar e expandir a palavra de Cristo. Um desses exemplos é ao comentar sobre as práticas de captura de escravos entre os Fulos:

Os escravos que hão e vendem cativam em guerras e em juízos e furtos, porque vão furto de uma parte a outra. E são grandes ladrões, e vendem muitos escravos; desta maneira defende-se que se não comprem escravos furtados a estes negros. Viu-se já em Guiné trazerem a vender alguns escravos destes aos nossos, e eles por respeito de os defenderem os não compraram. E os que os traziam e vinham vender, por não serem descobertos, os mataram em terra; não sei se fora bom compra-los,

⁶ Delgado (2012) afirma que Almada, em suas entrelinhas, mostrava-se preocupado de como algumas capturas de escravos eram feitas e que, de certa forma, mostravam-se muitas vezes injustas. Mas também afirma que, apesar desse incomodo, Almada não deixará de participar do resgate, mostrando-se numa postura de acomodação frente a essas problemáticas.

porque resultava disso receberem o batismo e serem cristão; não me meto mais largo nesta matéria, porque são casos que eu não sei determinar. (ALMADA, 1964, p. 46 e 47)

Sobre André Donelha, também pouco se sabe, além daquilo que fora inferido nos seus próprios escritos. Donelha teria passado sua infância na Ilha de Santiago, fato que indica ter nascido lá, portanto é comum ser considerado cabo-verdiano e presume-se seu nascimento entre 1550 e 1560. Seu pai, de acordo com Avelino Teixeira da Mota (1997), apesar de não saber seu nome, esteve na Serra Leoa em 1560 a comprar escravos manes. Tem-se registro de pelo menos três viagens à Guiné do Cabo Verde feitas por Donelha, mas possivelmente fora outras diversas vezes: destas uma esteve embarcado na armada de António Velho Tinoco⁷, do qual gravou seu “letreiro”.

Donelha, em seu prólogo, afirma ter sido curioso em sua mocidade sobre os costumes e sobre as terras da região do Guiné do Cabo Verde. Afirma que seus escritos são obra de suas experiências e memórias da mocidade, a pedido da “Vossa Senhoria”. Essa dedicatória foi feita para o então governador e capitão-geral de Cabo Verde, Francisco de Vasconcelos da Cunha.

A obra de Donelha, devido ao fato de ser um pedido de agente oficial, mas à Coroa portuguesa diretamente, tem o teor mais leve e menos preocupado com julgamentos. Donelha não tem pudores ao falar sobre seus relacionamentos com tangomaos, lançados ou grumetes e não esconde o fato das outras nações europeias estarem invadindo as regiões e é frequente seus comentários sobre perdas de mercado a outros europeus. Além disso, faz grande esforço em detalhar as condições geográficas dos rios e caminhos, inclusive as formas com que se deve manobrar os barcos em determinadas regiões. Na obra de Donelha consta uma ampla documentação a respeito das invasões manes na Serra Leoa (período entre 1545 a 1560), que Almada desenvolve de forma ainda mais aprimorada. Donelha também cita a visita de seu pai à Serra Leoa em 1560. Outra característica marcante em Donelha é um número consideravelmente maior de “etnônimos”: mais e diferentes populações africanas são citadas no decorrer de sua obra.

Sobre Francisco Lemos Coelho, a partir de sua obra e também das observações feitas por Damião Peres (1990), indica longos anos de convívio e circulação nas regiões descritas. O detalhamento de suas descrições, assim como referências a familiares e indivíduos que viviam nos ambientes confirmam essa convivência. Assim como as obras

⁷ António Velho Tinoco, de acordo com Mota (1977) fora regedor e provedor da Fazenda Real das Ilhas de Cabo Verde e capitão da cidade da Ribeira Grande.

de Donelha e Almada, traz nas suas entrelinhas rico conhecimento das populações africanas a que teve acesso. Talvez pelo seu foco econômico e político mais acerbadado e as próprias condições do seu contexto temporal, os detalhamentos das relações portuguesas e outros europeus é mais forte do que sobre as populações locais em si, pois como já vimos, as iniciativas europeias sobre a região no período eram cada vez mais fortes e comuns. Damião Peres (1990) afirma que Lemos Coelho fora encarregado em 1669, pelo governador geral de Cabo Verde, Manuel da Costa Pessoa, para escrita do seu tratado de 1669. Teve contato com a região por vinte e três anos e sua descrição remonta a 1646. Assim como Almada e Donelha, também fora comerciante.

Logo no início da descrição, Coelho afirma que seu motivo para escrever foi o pedido do então Governador Manoel da Costa Pessoa. Justifica que a maior parte da sua experiência foi a partir de comércio e que aquilo que trará na sua obra é derivado de suas lembranças. Por serem tantos rios, inúmeros portos e “gentios” tão diversos e tão variados os seus negócios, crenças e costumes extraordinários, afirma ser impossível cumprir a promessa de descrevê-los completamente. Afirma também que buscou mostrar a variedades de reinos, ilhas e rios que há nessa região e trazendo seus diversos nomes dos portos e dos gentios que comerciou, mas de forma resumida. Na obra de Lemos Coelho, por mais que haja um olhar voltado à descrição de portos, eventualmente, quase em forma de curiosidade, aparecem alguns aspectos tanto da paisagem quanto das populações africanas, como, por exemplo, a descrição e exaltação de algumas árvores, como é o caso das grandes árvores com copas frondosas que abrigariam, sem que o sol incomodasse, cem homens.

O “Tratado Breve”, assim como as “Duas descrições Seiscentistas da Guiné” e a “Descrição da Serra Leoa e dos Rios da Guiné (...)”, podem ser definidos como literatura de viagem. Entretanto, tal conceituação se mostra frouxa, por não as identificar ou descrevê-las de forma concreta. Poder-se-ia também identificá-las como fonte narrativa associada com deslocamentos geográficos, ou com o termo “relatos de viagem”, que indica a narrativa dos resultados da experiência de pessoas (portuguesas ou não) em suas viagens a outras terras, descrevendo-as. Relatos de viagem, conforme Mary Louise Pratt (1999), podem ser definido como documentos históricos que são fontes de informação a respeito dos lugares, povos e épocas, mas a autora também comenta que dentro dessa categoria há uma variação imensa na heterogeneidade de suas interações com estes lugares descritos e suas diferente formas de expressão.

Poderíamos também utilizar o termo “narrativas locais”, pois, André Alvares de Almada, assim como André Donelha, são nativo de Cabo-Verde⁸. Na perspectiva de narrativas locais, fica adequado afirmar que estes escritos possuem conhecimento mais profundo, pois resultam de experiências pessoais. Neste sentido, se adequa a afirmação de Michel de Certeau (1982), em que o documento usado pelo historiador é percebido como um sintoma daquilo que o produziu; assim, as obras aqui utilizadas são caminhos para a realidade destes indivíduos. Mesmo que nos escritos encontre-se problemas de extroversão, de acordo com Horta (2010), nos quais se pensa e se fala como português e se vê os africanos como ‘os outros’, o elemento da mestiçagem e convivência traz influências e trocas – deixando a diferença essencial, que, principalmente nas entrelinhas dos seus textos, traz traços de africanidade. Levando em conta os diversos conceitos, decidiu-se que, no presente trabalho, utilizar-se-á o conceito do próprio título de Almada, “tratado”, termo que, dentro dos contextos de influência portuguesa, era bastante usado e indicava erudição, e de forma geral pode adequar as especificidades das fontes utilizadas.

Assim, obras diversas dos séculos XV ao XVIII, ligadas à expansão marítima e as diversas relações dinâmicas do Atlântico, conforme Wissenbach (2009) terão características próprias que se distinguem bastante de obras de outros períodos. Dentre suas características temos sua essência utilitarista e pragmática, frequentemente com trechos resultantes de plágios e autorias coletiva, com conjuntos de informações que constantemente são apropriados e transmitidas por gerações de diferentes viajantes.

Estes tratados representam as formas com que os autores se relacionavam com as populações locais, assim como as populações locais lidavam com as novas informações culturais advindas da Europa. Para compreender tais relações é utilizado o conceito de transculturação, retomada por Pratt (1999), em que, apesar de haver um domínio cultural português em relação às populações africanas, frequentemente subordinadas ou dominadas, aquilo que é absorvido e as formas como é utilizado os aspectos da cultura do outro é determinado pelas próprias populações e indivíduos.

Nestes espaços variados, também cabe utilizar o conceito de “Zonas de Contato”, trazido por Pratt (1999). Zonas de contato são pensados como espaços coloniais em que diversas populações, de diferentes origens, entram em contato umas com as outras. O caso da costa africana, denominada de Guiné do Cabo Verde, antes mesmo dos contatos europeus, já pode ser considerada uma zona de contato pois, tratava-se de uma região com

⁸ Não há como confirmar a origem de Lemos Coelhos.

fluxo comercial elevado e com grande variedade de populações distintas compartilhando um mesmo espaço territorial. Com a chegada e introdução dos portugueses nestes espaços, há uma readaptação das redes comerciais, fortalecendo ainda mais a noção de zonas de contato.

O conceito se aplica também pois, conforme Pratt (1999), o termo contato está relacionado com a linguística: nestas regiões há uma tendência, principalmente comercial, de criar novas formas de comunicação, mesclando diversas línguas. Quando há uma criação de uma linguagem do gênero, na qual há falantes nativos, costuma-se denominar como língua Crioula. Thornton (2004) reforça a questão da linguagem crioula pois diversas delas teriam surgido no Atlântico durante o século XV e se expandiram no século XVI. Essas línguas inicialmente são denominadas *pidgin*, sua característica é o número diminuto de expressões linguísticas e falta de complexidade gramatical. Sua função primordial era garantir que indivíduos falantes de diferentes idiomas conseguissem se comunicar de forma simplificada. Ao se tornarem mais complexas, passa-se a denominá-las como crioulo. Há o desenvolvimento de uma linguagem crioula, inicialmente muito semelhante, na costa africana delimitada pelo termo Guiné do Cabo Verde e no próprio arquipélago de Cabo Verde, mas conforme Thornton (2004) com o tempo vão se tornar diferenciadas. Essas línguas foram amplamente utilizadas principalmente para a comunicação comercial entre africanos e portugueses ao longo da costa africana. De qualquer maneira, línguas crioulas derivadas desses primeiros contatos permanecem em uso na contemporaneidade em diversas regiões de África.

De forma semelhante, utilizamos no presente trabalho o conceito de zona de contatos como uma forma de pensar as “fronteiras coloniais”, pois, apesar de durante o século XVI ainda não haver uma colonização efetiva, podemos considerá-la, afinal há o intento e a busca constante desse domínio. A preferência pelo termo contato se dá pelo motivo de deixar sua ênfase nas relações de forma geral: são relações mais casuais, normalmente buscando lucro e contatos comerciais que não necessariamente são guiadas pelo tino colonial e a representação da Coroa Portuguesa.

Para a análise dos documentos escritos cabe reforçar a noção de representação. As representações seriam uma forma de identificar e classificar aquilo que se vê, se escuta, se sente e se aprende, “sendo através das representações que os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo em que vivem” (HORTA, 2010, p.5). Este processo de descrever, traduzir, aproximar, valorar e diferenciar provavelmente e, na maioria das vezes, era inconsciente. Horta (2010) e Santos (2013) apresentam a possibilidade de que

interpretações pessoais dos autores não tinham caráter de compreensão pessoal sobre o que descreviam, mas sim era um reflexo de suas próprias formas de traduzir e compreender aquilo que vivenciaram no contato com diferentes culturas. Neste sentido, é importante conhecer o universo cultural e histórico em que os autores estavam inseridos, pois estes contextos permitem as chaves para compreender essas traduções e visões sobre o outro.

Ao descrever os cenários africanos ao público europeu, de acordo com Santos (2013) seja diretamente da Coroa e funcionários, sejam curiosos (que muitas vezes só o conheciam por mitos e falas extraordinárias), os autores necessitavam traduzir os contextos, paisagem, povos e formas numa linguagem que fosse compreensível ao público europeu. Assim, era possível aproximar características parecidas do universo linguístico europeu ao mundo tangível africano. O uso de termo como reis e imperadores: “Este reino dos Jalofos era muito grande, e estava de baixo da obediência de um Rei muito poderoso e grande, o qual era entre esta nação como imperador” (ALMADA, 1964, p. 6); ou de descrições que indicam semelhanças com frutos conhecidos: “Tem esta fruta, que será como amexas, um caroço por dentro como avelã, mas muito duro(...)” (DONELHA, 1977, p. 80) representam estas relações de tradução. E, ao mesmo tempo que há certa aproximação, volta-se a diferenciar e afastar estes aspectos através dos juízos de valores sobre aquilo que é descrito, colocando as populações africanas e as paisagem, objetos, plantas e animais em um nível inferior aos de origem europeia.

Ao observar e descrever o outro, um dos aspectos mais marcantes para os autores é o fator religioso. Gilberto Mazzoleni (1992) afirma que a partir da mentalidade cristã, o “outro” não-cristão seria regido pelo diabólico, portanto inferiorizado frente aos pertencentes da verdadeira e legítima religião cristã. O fato destas populações africanas não pertencerem ao cristianismo instantaneamente colocava-as, inseridas no islamismo ou não, num grau de inferioridade. Não somente no aspecto religioso, conforme Santos (2013) mas em basicamente todos os aspectos culturais, políticos e sociais, os portugueses tendiam a ver certas populações africanas em tal grau de ignorância que estariam aguardando a salvação do cristianismo e da sociedade europeia. Essa tendência de inferiorizar o outro justificava guerra, submissões, escravização e conversão ao cristianismo (frequentemente forçada).

Entretanto, pela origem cabo-verdiana dos autores, pelos seus contatos diretos e contínuos com essas diferentes populações, Santos (2013) defende que diversas vezes há uma amenização deste processo de inferiorização, reconhecendo aspectos positivos e favoráveis nestes, diminuindo o grau de julgamentos de valor. Um dos exemplos é

Donelha ao relatar sobre o filho do “rei” Beca Bore, que fora mandado pelo pai à Ilha de Santiago e lá “(...) se fez cristão e foi meu condecípolo na escola de ler e escrever e saio mui bom escrivão, porque são os Sapes de grande engenho e habilidade pera todo o que aprendem.” (DONELHA, 1977, p. 110)

Ao analisar os aspectos destes Tratados, cabe ressaltar sua origem “semioficial”, de acordo com Santos (2013), por mais que descrevessem à Coroa portuguesa, a pedido ou em intenção de propaganda, não tinham um caráter burocrático oficial. Este certo distanciamento frente à Coroa Portuguesa permitiu que as descrições pudessem retratar uma “realidade” aproximada. Estes observadores, em suas posições diferenciadas, permitiram apresentar aspectos das sociedades africanas de uma forma mais sincera e menos valorativa.

Este relacionamento direto dos autores com o continente africano, seus nascimentos fora da península Ibérica, seu caráter mestiço ou de convivência contínua e profunda com indivíduos africanos, ou seja, seus relacionamentos misturados, cria novas formas de “ser portugueses”, diferente daqueles de Portugal. São portugueses africanizados. Luís Filipe Barreto (2008) afirma as experiências únicas de vida destes indivíduos acabam criando novas ideias e novas visões sobre o Mundo, Portugal, Europa e África. Essas novas visões mudaram suas formas de perceber sua função e seu lugar como portugueses. Também lentamente cria-se uma diferenciação dos demais Portugueses e Europeus de forma geral, mas principalmente, gera-se uma nova percepção sobre as populações africanas.

Estes indivíduos, normalmente impulsionados por interesses pessoais de enriquecimento e sobrevivência nestes espaços, logo se adaptam a novos e diferentes costumes, maneiras de conseguir melhores contatos comerciais e gerar lucro no comércio ultramarino. Barretos (2008) demonstra que, mesmo indiretamente, os próprios gostos culturais se transformam, as formas de sentir e vivenciar o mundo modificam suas vestimentas, alimentação, percepção da natureza, do belo e do divino. Mas não somente nestes indivíduos africanizados, também os Europeus de forma geral, com o constante contato com novas culturas, com os novos produtos de diversas origens que desaguam no continente europeu têm transmutados os padrões sensoriais, as formas de conhecimento, os gostos individuais, etc.

De qualquer forma, conforme Horta (2010), os autores dos Tratados se identificam como portugueses: este “ser português” não era definido apenas pela cor da pele ou por origem geográfica, tratava-se, para os autores, de uma questão de origem e práticas culturais. Por mais que para a contemporaneidade se saiba que Almada nasceu em Cabo-

verde, Donelha e Lemos Coelho provavelmente também, os autores se denominam e se sentem portugueses. Inclusive, o uso do termo “nossos” normalmente identifica demais indivíduos (personagens) de origem portuguesas, práticas e modos portugueses.

De acordo com Peter Mark (2002), o que significa denominar “português” no período de 1500-1600 é muito diferente do seu significado para após 1850. Português para o período aqui determinado identifica não somente indivíduos que nasceram em Portugal, mas também seus descendentes fossem mestiços ou não. Mark (2002) usa a denominação de “lusso-africanos” para englobar todos estes indivíduos considerados portugueses. Conforme Ilmar Rohloff de Mattos (2014), a auto identificação como “português” permanece marcante ao menos até os primórdios do século XIX: “para a monarquia tornava-se fundamental que o ‘português nascido nas Quatro Partes do Mundo se julgue somente português’, conforme destacava Dom Rodrigo de Souza Coutinho em uma *Memória* redigida em 1797, por ter como referência ‘este inviolável e sacrossanto princípio de Unidade, primeira base da Monarquia’” (MATTOS, 2014, p. 22). Entretanto, quando não associado às necessidades burocráticas da Coroa portuguesas, era muito disseminado discriminações entre os portugueses ibéricos e os portugueses que nasciam em outros locais.

De acordo com Horta (2010) por mais que os autores se identificassem como portugueses, independentemente de serem mulatos ou não, provavelmente essa denominação não era sempre reconhecida pelos portugueses de Portugal, mas eventualmente era desconsiderada. Ao identificar aspectos desses indivíduos caboverdianos, percebe-se certo afastamento da cultura portuguesa originária. Peter Mark (2002) dá alguns exemplos como: a linguagem crioula, uma religião católica mais aberta e que fora, a longo prazo, adequando-se e adaptando aspectos do judaísmo e das religiões africanas e uma cultura material das comunidades, tanto do continente quanto da Ilha que se assemelhavam, desde a forma de vestimentas até as formas de construções de moradias. Assim, conforme Santos (2013), Cabo Verde e Guiné do Cabo Verde devem ser consideradas zonas de simbiose que não possuía caráter totalmente excludente às demais religiões e culturas.

Entretanto, há permanências fortíssimas da cultura portuguesa nestes indivíduos, principalmente pela importância de se afirmarem portugueses. Essa afirmação trazia benefícios nos espaços oficiais da burocracia régia, permitindo títulos e influência política. A auto diferenciação em relação ao outro (o africano ou demais europeus) é fortemente marcada nos Tratados. De acordo com Ponting (1995), a religião católica

permanecia como característica principal destes indivíduos e ditava diversos aspectos das vidas dos portugueses e cabo-verdianos nas formas de pensar, negociar se expressar e inclusive nas formas com que se relacionavam com o meio ambiente. Possivelmente o mesmo ocorria em relação as religiões africanas, sua religiosidade ditava suas formas de relações diversas, pois as relações religiosas não permitiam uma divisão de diferentes categorias, sobrepondo-se conhecimentos e crenças, seja sobre meio ambiente, ou em questões sociais, econômicas-mercantis e políticas.

Mark (2002) afirma que muito dos indivíduos denominados “Portugueses” não eram reconhecidos pelas suas características físicas e fenotípicas, fossem mestiços ou não, mas sim pelas suas características e práticas culturais e socioeconômicas. Além disso, muitas dessas características poderiam ser facilmente compartilhadas pelos membros adjacentes dessas pequenas comunidades luso-africanas, no qual estavam estabelecidos lançados, tangomaos e comerciantes cabo-verdianos, portugueses e europeus, mas que circulavam e conviviam indivíduos propriamente africanos, entre eles as mulheres e esposas, comerciantes, grumetes e outros.

Ao falar sobre as populações que viviam na região de Guiné do Cabo verde é comum os autores dos Tratados utilizarem o termo “Nação”. Conforme Horta (2013) é o termo nações nas fontes portuguesas dos séculos XVI e XVII é muito comum. Esse termo é utilizado para diferenciar as populações habitantes da Região de Guiné do Cabo Verde. As formas com que é utilizada apresenta-se pela diferenciação de características identitárias bastante complexas. Almada separa essas características por alguns tópicos como “leis”, “costumes”, “guerras” nos seus títulos de capítulo, diferenciando as diversas nações por suas características únicas em suas formas de vestir, alimentar e “guerrear”, também pelas suas religiões, formas de justiça, organização política, língua e outros⁹.

Jean-loup Amsele (2014) demonstra que o uso do termo “nação”, muito comum nos séculos XVI e XVII, foram substituídos pelos conceitos de tribo e, posteriormente, de etnias. Estes conceitos, usados de forma maciça, seriam formas de classificar à parte sociedades no sentido da privação de uma ou mais qualidades específicas. Era conveniente, portanto, definir as sociedades ameríndias, africanas e asiáticas como diferente da europeia, tendendo a separá-las de uma humanidade comum. Ao defini-las com estes

⁹ O autor também afirma que, apesar de parecer estranhos para a contemporaneidade, no período dos séculos XVI e XVII não era comum as características somáticas, como no caso da cor da pele, serem cruciais para definir e diferenciar as “nações” africanas, mesmo que eventualmente fosse levantando nas discussões. Fatores como a religião, vestuário, armamento e as formas de fazer guerra e a língua possuíam muito mais importância.

estranhamentos, nação, tribo, etnia, tornavam-se dissemelhantes ou inferiores. Conforme Hair (1977) o conceito de nação do século XVI é bem diferente do contemporâneo, poderíamos traduzi-lo medianamente por “povo” ou “tribo”, entretanto marca a unidade cultural e linguística mais do que a noção de identidade ou região política, não é à toa que se dizia que a Espanha possuía muitas nações.

A grande diversidade de populações africanas deve ser analisada com cuidado. Wolf (2005) ao analisar como há uma separação nos estudos históricos e antropológicos, identifica que a especialização que ficou conhecida como etno-história, que talvez de início tenha servido para separar uma história supostamente verdadeira (ocidental) em contraposição à história dos outros. Mas esses estudos demonstram as mesmas características, sejam apenas históricos ou etno-históricos. O interessante do autor é sua afirmação de que, quanto mais estudos etno-históricos temos acesso, mais evidente fica o quando essa história dos “outros” e a história ocidental, a bem da verdade, fazem parte de uma mesma história, impossibilitando essa separação, pois os processos fazem parte “de uma história comum, suprimida ou omitida dos estudos convencionais por motivos econômicos, políticos ou ideológicos” (WOLF, 2005, p. 43). Assim, todos os povos ignorados ou excluídos de uma concepção e “história” a partir da visão europeia, passam a participar de uma mesma trajetória histórica.

Neste sentido, dentro do contexto da Guiné do Cabo Verde, fica evidente a impossibilidade de querer separar história por “grupos étnicos” ou qualquer separação do gênero. Antes mesmo da introdução de novos agentes europeus, portugueses ou não, já se trata de um local de grande diversidade cultural, com linhas comerciais de longa distância e diversas populações convivendo e disputando espaço e privilégios numa região relativamente pequena. Ao introduzir os portugueses (e europeus de forma geral) não há um impacto tão grande quanto se imagina, é apenas mais uma cultura diferente entre tantas outras. Cabe a nós pesquisadores cada vez mais buscar compreender como “as formas culturais operam para mediar os relacionamentos sociais entre determinados povos” (WOLF, 2005, p. 44).

Além da questão da diversidade cultural, no presente trabalho buscamos não utilizar o termo “etnia”, pois, conforme Amselle (2014) este conceito está associado a noções próprias do colonialismo e neocolonialismo, assim como o conceito “tribo”. O conceito etnia era conveniente para definir determinadas sociedades, em especial ameríndias, africanas e asiáticas, como sociedade diferente dos ocidentais, colocando-as num “lugar” menos humano, não civilizadas – ponto de vista aqui refutado. Grupos étnicos seriam,

portanto, divididos pelas suas características próprias e especiais e uma etnia só seria possível a partir de uma unidade social relativamente fechada e duradoura, com características próprias como língua, costumes, valores, descendência, etc. A origem das etnias, conforme Amselle (2014) pode ser vista através da ação dos colonizadores, que ao buscar a territorialização do continente africano, dividiu, de forma arbitrária, as entidades étnicas que, a longo prazo, foram apropriadas pelas próprias populações africanas:

A “etnia” constitui uma criação pré-colonial no sentido em que corresponde a um modo de reagrupamento ideológico de um determinado conjunto de actores, numa consonância perfeita com as unidades sociais mais reduzidas, ou seja, os “clãs” e as “linhagens”. (AMSELLE, 2014, p. 46)

Neste sentido, estes grupos africanos no período pré-colonial não devem ser vistos como fechados e imutáveis. Amselle (2014) afirma que as sociedades locais devem ser pensadas como resultado de redes de relações, nos quais suas características culturais, políticas e de produção devem ser entendidas através de constantes mudanças e apropriações resultantes de contatos comuns entre outros grupos. Essas trocas se davam pelos contatos de motivações e espaços sociais diversos, entre eles de troca (de natureza mercantil ou outra), espaços políticos e de guerra, comunidades linguísticas e espaços culturais e religiosos. De certa forma, conforme Amselle (2014), os Estados Coloniais utilizaram-se da separação étnica como forma de reagrupar populações a fim de ter um controle mais eficaz sobre as populações africanas. Assim, o principal fenômeno da colonização conforme o autor, seria justamente a fragmentação da economia geral que configurava os espaços africanos, no qual diversos grupos e populações estavam interligados e interdependentes numa espécie de “cadeia de sociedade”, que com a pressão europeia irão cada vez mais se desarticulando.

Para Mark (2002) o conceito de etnia se torna problemático por ser impreciso, pois está associado às noções identitárias do período colonial na região, estas identidades possuem grande distinção para do período pré-colonial, como veremos adiante, pois suas fronteiras eram fluidas e pouco definidas, diversas populações compartilhavam e associavam de forma contínua e dinâmica aspectos sociais de seus vizinhos e contatos comerciais. Devido esta grande complexidade, ao invés de utilizarmos o conceito de etnia, apenas consideraremos as separações de identidade fornecida pelos próprios autores dos Tratados e de forma geral serão referidas apenas como “populações”.

Outro aspecto de suma importância, de acordo com Delgado (2012), é que os autores dos Tratados e demais indivíduos de origem portuguesa residentes das Ilhas do Cabo Verde ou transeuntes, estavam inseridos no contexto do comércio intercontinental de seres humanos e, mesmo que de forma indireta, ligados com o tráfico de escravos. Estão inseridos num contexto jurídico que não se desprendia da noção medieval cruzadista, fortemente ligada aos primeiros anos do contato e que legitimava a ocupação dos territórios ultramarinos. Além da ocupação, Delgado (2012) afirma que se legitimava implicitamente a licitude da guerra e de tornar cativos e escravos aqueles que se opusessem. Assim, a influência religiosa no processo de expansão marítima é de suma importância, pois, além de legitimar os aspectos referidos,

[e]xigia, por um lado, que as potências cristãs se empenhassem na promoção da fé nos novos territórios habitados por gentios, e, por outro, que se continuasse a dar combate aos infiéis maometanos, com os quais se considerava haver guerra permanente. (DELGADO, 2012, p. 86)

A escravatura tornou-se um aspecto considerado natural nas relações inter-religiosas do período. Delgado (2012) demonstra que, todavia, com a ocupação física no decorrer dos séculos XVI e XVII, esta ‘guerra’ assumiu caráter de conversão religiosa e promoção da palavra de Cristo e diminuiu seu aspecto físico e de gládio. De qualquer forma o cativo continuará ativo e de suma importância para o comércio local e ultramarino. Através da reminiscência do direito romano, as instituições portuguesas asseguravam a legitimidade do escravo através da indagação de legitimidade no momento da privação da liberdade daqueles indivíduos escravizados.

Tais noções acabavam por encontrar semelhanças nas noções jurídicas de algumas tradições africanas, fortalecendo e estimulando ainda mais o tráfico de escravos na região. E, nesse contexto, entram táticas de acesso aos escravos, como por exemplo o estímulo às guerras entre as populações africanas. Mas, além do estímulo a violência, foi essencial o estabelecimento de relações diplomáticas e de amizade com as lideranças locais, permitindo maior influência comercial com diversos produtos e, principalmente, na aquisição de escravos. Neste sentido, a religiosidade e a conversão assumiram papel principal nas estratégias comercial e de cunho colonizador. A conversão e as relações diplomáticas tiveram maior efeito nas áreas mais ao sul, nas quais diminuía-se a presença e influência islâmica nas populações autóctones africanas.

As formas de ver e pensar o mundo determinam os conteúdos e as formas com que foram apresentados os conteúdos trazidos nos Tratados. Percebemos que estes indivíduos têm especificidades marcantes, as quais transparecem nos seus Tratados e permitem estudos diferenciados sobre as relações portuguesas-africanas, suas trocas comerciais e também suas trocas culturais.

2 AS PLANTAS NAS RELAÇÕES COMERCIAIS NA GUINÉ DO CABO VERDE

A área de Guiné do Cabo Verde, de acordo com Philip D. Curtin (1975), participou de dois desenvolvimentos historicamente distintos, um deles, relacionado a costa marítima e a incursão de portugueses e demais europeus, o outro, principalmente na região do Sahal, relacionado com o comércio de longa distância com populações islamizadas. Conforme Thornton (2004), os portugueses só alcançaram a região no ano de 1444 e levaram vários anos para estabelecer comércio e moradias no continente africano, inclusive, por longos anos o intento de monopólio comercial nunca seria efetivado.

Guiné do Cabo Verde é uma região, até hoje, com grande variedade de populações, com diferentes características identitárias, línguas, religiões, interesses comerciais e políticos. Segundo Ibrahima Thiaw (2012), as condições encontradas pelos portugueses e demais europeus eram dessa grande mistura de povos e interesses, marcada pela diversidade. As relações entre as populações africanas foram resultadas de longos anos de interações, negociações, guerras, disputas e acordos. De certa forma, podemos dizer que a introdução dos Portugueses (e do catolicismo) não teve um efeito tão grande, ao menos no decorrer do século XV e XVI, quanto comumente é considerado.

Este capítulo pretende aproximar o entendimento das relações comerciais entre as diversas populações africanas e os portugueses (e demais europeus) e demonstrar como a flora é parte ativa e importante dentro do comércio africano e ultramarino. Trar-se-ão exemplos demonstrados nos Tratados e as formas com que os autores se relacionam com o comércio e produção das diversas plantas citadas, trazendo alguns exemplos importantes tanto no âmbito europeu quanto africano.

2.1 Agentes e relações ambientais e comerciais africanas

A geografia da região de Guiné do Cabo Verde é bastante diversa. Wilson Trajano Filho (2003) indica seus limites ao oeste, com a costa atlântica e ao leste, que não tem limites exatos, no interior do continente aproximando-se com as zonas montanhosas do Futa-Jalom. Seu limite ao norte é a foz do rio Senegal e se estende, ao sul, até a atual Serra Leoa. Trajano Filho (2003) identifica que a área possui relevo pouco acentuado e com poucos locais que ultrapassam 1500 metros do nível do mar, os quais ocorrem nos limites lestes da região e também na zona montanhosa de N'Zérékoré. A região é predominantemente formada por planície costeira e por planaltos de baixa altitude. Há

cinco zonas ecológicas dividindo Guiné do Cabo Verde: O sahel¹⁰, a área de savana rala e a de savana densa, a zona de floresta tropical e a zona costeira. A maioria dos povos do litoral provém do interior do continente em movimentos migratórios anteriores aos contatos europeus.

Elikia M'Bokolo (2009) afirma que há um caráter nitidamente endógeno na origem e evolução de muitas plantas cultivadas na África. Essas adaptações biológicas estavam associadas ao desenvolvimento e criação de utensílios materiais, culturais e intelectuais com grande rapidez de transformação. Conforme o autor, os ecossistemas atuais do continente africano teriam se formado entre doze e três mil anos antes do presente (ap.), mas são acompanhadas até a atualidade de alterações incessantes. Na região de Guiné do Cabo Verde, participativa do centro oeste-africano, há o domínio do nicho ecológico, desenvolvido pela coleta intensiva e posteriormente pela agricultura, desde nove mil anos ap.. A região, portanto, é dominada pelo arroz africano (provavelmente da espécie *Oryza glaberrima* Steudel), sorgos (derivados da espécie *Sorghum arundinaceum* Stapf), milhos penicilares e grande variedade de tubérculos e oleaginosas.

Além disso, Trajano Filho (2003) reforça a importância das condições ecológicas e climáticas sobre as formas do desenvolvimento cultural e produtivo das populações que vivem em determinadas áreas. Portanto, as populações que vivem na região do sahel são majoritariamente pastoreias, com alguns poucos focos de agricultura nas áreas com mais chuvas. Devido à pouca incidência de chuva, o sahel e a área de savana baixa se tornaram o limite da influência da mosca Tsé-tsé, transmissora da doença do sono¹¹, possibilitando portanto a criação de gado bovino e equino, além de permitir o uso militar do cavalo em larga escala, como podemos verificar na observação de Almada, ao falar sobre as populações africanas residentes do “sertão”:

Estes Jalofos¹² do sertão são grandes criadores de gado vacum e cabrum, e são dados a isso por confinarem com os Fulos, os quais, cingem os

¹⁰ Faixa intermediária entre o deserto do Saara e a zona de savanas.

¹¹ De acordo com a Organização Médicos sem fronteiras (Doença..., 2013), a Doença do Sono, também chamada Tripanossomiase Humana Africana (HAT, sigla em inglês) pode acometer tanto humanos como outros animais. É transmitida pela mosca tsé-tsé, gênero *Glossina* Wiedemann (causada por *Trypanosoma brucei gambiense*) e a infecção ataca o sistema nervoso central, resultando em graves distúrbios neurológicos, com alto grau de mortalidade.

¹² A confederação dos Jalofos, (também denominados wolof, ou apenas jalofos) teriam sido a primeira população com que os portugueses tiveram contato em Guiné do Cabo Verde. Riberio (2013) afirma que esta região era dominada pelos jalofos e que os povos da costa eram em sua grande maioria tributários desta confederação, suas fronteiras eram, ao norte, Rio Senegal, ao sul, rio Gâmbia, e à leste faziam fronteira com as terras dominadas pelos fulos, com o Futa Toro senegalês. Esta população era islamizada e controlava o fluxo das caravanas que vinham do Saara

Jalofos e ás mais nações dos negros por cima. E o Gran-Fulo, que é Rei dos Fulos, tem muita gente de cavalo, e nas suas terras há muitos cavalos¹³. E destes provêm todos os Jalofos, Barbacins¹⁴ e Mandingas, assim os do sertão como os beira-mares. E pelos muitos cavalos que tem este Gran-fulo e andam sempre na sua côrte, não está o Rei em um lugar mais de três dias. E assim anda continuamente no seu Reino, de lugar em lugar, por amor da palha, como pela água de que carece muito a sua terra e a dos Jalofos, e a dos Fulos mais, porque não há nela fontes nadas nem rios caudais, senão poços de que se tira com muito trabalho, por serem muito altos. (ALMADA, 1964, p. 15 e 16)

As áreas de Savana, conforme M'Bokolo (2009), teriam sido os primeiros lugares com o desenvolvimento da agricultura, pois, diferente das zonas de florestas, tinham menos recursos disponíveis. Interessante notar que justamente pelo desenvolvimento da agricultura, acelerou-se o processo de diminuição de florestas, pois aumentavam as práticas de queimadas e aberturas de espaços para o cultivo, acelerando, também o processo de savanização. Nas áreas de Savanas, naturais ou “produzidas”, os cereais ocupavam o principal cultivo, com grandes variedades, incluindo o arroz e as diversas variedades de sorgo. Assim, mesmo nas áreas mais secas, havia certos cultivos agrícolas na Guiné do Cabo Verde:

E o de Sanagá [rio], pelo contrário [em relação ao rio de Gâmbia], não chove nele senão muito pouca água, e há muito poucas árvores. É verdade que também tem no inverno suas venidas e crescentes, pela muita água que lhe chove no seu nascimento; das quais crescente deu Nosso Senhor indústria e saber a estes Fulos brutos, para usarem nas suas searas e lavouras, como usam os do Egipto com as crescentes do Rio Nilo; porque este também cresce, e depois de recolhido na sua madre, nos campos donde chegou a crescente, fazem as suas searas, as quais com os vapores e humidades vêm a frutificar e dar mantimentos; e nisto não há dúvida. (ALMADA, 1964, p. 17 e 18)

Na região específica de Serra Leoa, de acordo com Hair (1977), zona de florestas densas, predominam a caça, a pesca e a coleta, mas também o desenvolvimento pré-

¹³ Os cavalos foram inseridos na Região do Cabo Verde através das caravanas transaarianas séculos antes da chegada dos portugueses. Conforme Ribeiro (2013), os cavalos possuíam grande valor comercial e eram muito importantes nas relações sociais e nas guerras, até mesmo as crinas de cavalos eram consideradas bens de prestígio entre diversas populações africanas. Com a Tripanossomíase (doença do sono) necessitava-se a entrada constante de cavalos nas redes de comércio através da importação. Tal necessidade incentivou a criação de cavalos nas ilhas do arquipélago de Cabo Verde e os portugueses assumiram número significativo desse comércio a partir do século XV.

¹⁴ No final do século XVI, os Barbacins são um grupo linguístico divididos, conforme Ribeiro (2013), metade da população de Barbacins eram súditos ao rei de Caior, denominado Gudumel, na parte norte; e os demais estavam submetidos ao reino dos Borçalos, ao sul. Não eram islamizados e possuíam suas próprias características religiosas e culturais. Através do relato de Almada, sabemos que cultivavam milho, arroz, feijões, produziam e consumiam vinho de palma e milho. Faziam cultos e rituais à lua nova, e utilizavam de grandes árvores para rituais e sacrifício de animais.

agrícola da cultura do arroz. As lavouras de arroz são descritas desde o começo do século XVI na região da Serra Leoa.

A situação e dificuldades do Sahel e da Savana dependia grandemente das redes de comércio de longa distância que ligavam as cinco áreas ecológicas distintas da região. Somente com a difusão das redes comerciais é que se tornou possível o desenvolvimento de exércitos e o surgimento das estruturas estatais. Havia, de acordo com Trajano Filho (2003), duas rotas relativamente fixas; uma costeira, principalmente através da navegação na costa marítima, e a outra no interior, através dos cursos de rios.

O ferro era fundido e as armas e implementos agrícolas fabricados nas áreas de savana densa, os cereais vinham das áreas mais favoráveis para a agricultura, como os vales férteis dos rios e a zona costeira, o índigo para tingir os tecidos de algodão eram produzidos na parte meridional da Senegâmbia e a noz de cola tão apreciada pelas populações de toda a porção da África vinham da zona de florestas.” (TRAJANO FILHO, 2003, p. 6)

Segundo Jean-loup Amselle (2014), todo o continente africano era perpassado por redes comerciais que possuíam dimensões e estruturas muito variadas. No golfo da Guiné as redes comerciais já eram bem estruturadas muito antes da incursão dos portugueses no século XV. Esta zona, inclusive, possuía uma ascendência árabe e um desenvolvimento comercial bastante complexo com aspectos de hierarquias e desnivelamentos, os quais produziram grande multiplicidade migracional. Havia migrações que buscavam bens econômicos, como a cola¹⁵, uma noz muito consumida em Guiné do Cabo Verde, principalmente pelas populações islamizadas, e o ouro; mas também migrações causadas pelas mudanças de estruturas políticas e militares, como a formação e o declínio de organizações estatais.

As redes comerciais e as diversas trocas ocorridas foram essenciais para a determinação das estruturas que haviam na região. De acordo com Amselle (2014), estas se manifestaram das mais diversas formas e eram muito marcadas pelas suas características de produção de bens materiais. Como apontado anteriormente, Guiné do Cabo Verde era marcada por diferentes espaços ambientais, o que acabava impossibilitando a natureza autossuficiente das sociedades africanas individualmente. As especializações, divisões sociais do trabalho e o comércio de longa distância atestam as especializações locais de

¹⁵ Uma espécie de noz, comestível.

determinados produtos. Percorriam por estas redes bens preciosos como a cola, o sal¹⁶, o ouro, tecidos e escravos, mas também outros produtos de demasiada importância de gênero alimentício, como o arroz, inhame e sorgo. A maioria do comércio de alimentos era encaminhada para os centros urbanos, mas também se inseria no tráfico de diferentes zonas agrícolas.

Segundo Amselle (2014), os espaços de trocas muitas vezes coincidiam com as zonas comerciais e produtivas, mas ao mesmo tempo transcendiam os locais de produção e poderiam percorrer milhares de quilômetros a partir de sua origem. As trocas comerciais podiam se dar de diferentes formas, marcadamente três usais: pela transferência (doação e retorno), pela troca de produtos e pelo intercâmbio monetário. Alberto da Costa e Silva (2011) afirma que, principalmente no âmbito mais local, basicamente todo o comércio e trocas era efetuado e dominado pelas mulheres. As mulheres dominavam e circulavam por todas as feiras da região, trazendo, trocando e levando produtos entre as feiras que mudavam de local diariamente. Circulavam, principalmente, bens de consumo pessoal, como alimentos e tecidos. Donelha nos fornece um exemplo ao falar sobre a Aldeia próxima ao Porto de Casão:

A par do porto, uas árvores altas, e por baixo limpas, como barridas, onde as negras fazem feira quando há navios no porto, trazem a vender arroz, milho, cuscus, galinhas, ovos, leite, manteiga e frutas da terra e outras cousas. (DONELHA, 1977, p. 148)

As relações familiares, normalmente matrilineares, permitiam também a circulação das mulheres entre ambientes diferenciados e com distâncias relativamente grandes, de forma geral não eram impedidas de comercializar mesmo em tempos de disputas ou guerras locais. Foi essencial aos portugueses seus relacionamentos com as mulheres locais pra compreender e participar das complexas redes comerciais africanas¹⁷.

De acordo com Santos (2013) o comércio na Guiné do Cabo Verde era perpassado por trocas complexas entre produtos, relacionando seus pesos e medidas. Através do trecho

¹⁶ Segundo Hair (1977) a fabricação e consumo de sal foi referenciada desde os primeiros anos do século XV. O autor afirma que a fabricação do sal podia ser considerada uma indústria tradicional na Costa da Guiné do Cabo Verde e era transportado pelas redes comerciais africanas para o interior do continente, local onde o sal assumia valores altos pela sua raridade. A partir do século XVI o suprimento do sal será complementado pelos europeus, principalmente das Ilhas de Cabo Verde.

¹⁷ Era comum nas populações africanas locais cederem aos comerciantes portugueses, que buscavam relações comerciais, uma esposa. Costa e Silva (2011) traz o exemplo entre chefes beafadas, que promoviam casamentos entre suas mulheres e lançados, conseguindo uma forma de controlar os movimentos e o comércio do estrangeiro, ao mesmo tempo que o português, pelo casamento, adquiria maior segurança e acesso novos espaços comerciais.

de Almada percebemos esta complexidade e afirma-se amplos conhecimentos africanos relacionados ao comércio e ao raciocínio matemático.

(...) num porto que se chama Jagrançura, na aldeia chamada Sutuco, há trato de ouro, que trazem ali mercadores Mandingas, que também são religiosos; este ouro, que aqui trazem, vem o mais dele em pó, e dele em peças, e muito fino; estes mercadores são mui entendidos, assim nos pesos como no mais; trazem balanças mui subtis (...) (ALMADA, 1964, p. 48)

Além disso, havia também grande circulação de moedas nos ambientes africanos, Amselle (2014) exemplifica algumas como o *caurim*, *sompe*, *gwinzin*, manilhas, pérolas de *aigris* e outros. Almada traz um exemplo de moedas que circulam entre os Jalofos:

Vale também reales de Deus, os quais chamam tostões, e os desfazem para fazerem aneis e cadeias de prata; estimam também o ouro; compram algumas peças feitas, vinta-quatreño vermelho, grão, margerideta, continha de Veneza, papel, coral miúdo, búzio miúdo, o qual corre como dinheiro para gastos. (ALMADA, 1964, p. 26).

Outro fator importante, de acordo com Amselle (2014), era o amplo intercâmbio de mulheres, seja restrito ou geral, que acabavam determinando áreas matrimoniais e criando laços de parentesco conforme as necessidades e interesses locais. Havia, também, grande comércio de prisioneiros e escravos de forma geral. Conforme Malowist (2010), mesmo que as relações africanas com a escravidão fossem diferentes das que foram geradas pelos europeus, já havia tradição de exportar escravos para os países árabes: Guiné do Cabo verde era parceira comercial com o Magreb de longa data. Essa prática comercial pareceu ter facilitado aos portugueses a obtenção de escravos na região.

Conforme Amselle (2015), os processos econômicos e produtivos, representados por estes espaços de circulação, consumo e produção representam uma das principais matrizes do continente africano e que não pode ser ignorado, pois assinala sua estrutura englobante sobre as diferentes sociedades africanas. As formas com que se estabeleciam o comércio e as relações por casamentos e parentesco tendiam a aceitar e introduzir os estrangeiros facilmente, fossem de outras populações africanas, ou de origem europeia ou cabo-verdiana. Essa introdução exigia dos estrangeiros que se seguissem as regras comerciais determinadas pelos dignitários africanos, além de adequarem-se aos costumes e condutas locais.

De acordo com Wolf (2005), em muitas regiões africanas, havia uma certa semelhança com as bases e práticas ecológicas europeias. O autor realça as práticas das queimadas, cultivos de tubérculos e demais plantas relativamente semelhantes como o painço e o sorgo, além da criação de animais (nas localidades em que as condições geográficas e climáticas permitiam). Havia em África sistemas de hierarquia de poder muito complexos e não completamente diferente aos europeus. De forma geral o controle social, comercial e militar, assim como o acesso à terra e a mão-de-obra era controladas por linhagens, que formavam espécies de corporações baseadas na ancestralidade dos grupos familiares e seus descendentes.

Conforme Wolf (2005) as linhagens africanas tendiam a ser grupos autônomos econômica e socialmente, mas que em diversas regiões ocorreu o desenvolvimento de organizações estatais. Estas estruturas agrupavam grande quantidade de indivíduos, com linhagens e origens culturais diferenciadas através de uma consolidação política ou militar. Estes “Estados” podiam ser gerados tanto pelas guerras quanto pelo crescimento comercial de longas distância. Por sua forte centralidade, asseguravam desenvolvimento de grupos guerreiros especializados¹⁸ e uma base agrícola relativamente autossustentável. Amselle (2014) indica o surgimento e o fortalecimento de grandes Estados pela sua ligação às complexas redes comerciais de longa distância¹⁹ e também ao florescimento e fortalecimento da escravatura africana que seria instituição representativa do substrato econômico das organizações estatais.

Outro aspecto interessante, anunciado por Wolf (2005), são as formas de lidar com a terra. De forma geral, não havia entre as comunidades africanas a mesma noção de propriedade de terras, entretanto, as condições e forma de acesso a elas ocorria de maneiras semelhantes aos Europeus. Segundo P. Diagne (2010), a terra, nestes contextos, significava apenas uma fonte de ganhos, apenas lugar para usufruto. A posse destas, como propriedade privada, não demonstrava importância nem assim era considerada - o que realmente importava era a produção de excedentes geradas pela força de trabalho. Assim, as condições favoráveis nos quesitos econômicos e sociais estavam necessariamente dependentes da mão de obra escrava. Neste sentido que, possuir escravos, tornava-se de

¹⁸ Wolf (2005) demonstra que os grupos guerreiros dessas nações tendiam a ser formados por inúmeras linhagens diferentes, mas sempre organizadas a partir dos laços de parentesco e centralizadas num ancestral divinizado e em comum.

¹⁹ Conforme Amselle (2014), os processos de fortalecimento e declínio destes Impérios Estatais estavam plenamente intrincados pelas migrações locais, anteriores e posteriores à chegada dos europeus, no continente africano. Essa relação é bastante complexa e a longo prazo tenderá a modificar e diversificar cada vez mais as convivências culturais, religiosas, políticas e econômicas.

suma importância para estas sociedades, pois eram estes que permitiam mais força de trabalho e produção, portanto, maior distinção social. Além disso, os escravos eram muito importantes para a manutenção de exércitos e grupos comerciais de longa distância.

As relações entre os governantes locais e o comércio, de modo geral, se assemelhava muito, também, às relações europeias. O comércio de longas distâncias não era executado por transações simples e dependia de muitas variáveis. Thornton (2004) afirma que os governantes africanos e europeus percebiam os riscos desse comércio, portanto colocavam-nos nas mãos de terceiros, fossem assalariados ou comissionados, envolvendo-se no comércio de uma forma mais segura, vendendo produtos obtidos através de sua própria produção ou rendimentos de suas taxas, tributos e “presentes”.

De forma semelhante, era comum esses grupos africanos buscarem monopólios comerciais, tais como eram muitas vezes tentados pelos portugueses e europeus. Por mais que buscassem, nenhuma organização estatal africana realmente conseguiu domínio comercial em qualquer parte de sua costa, “a soberania africana era tão fragmentada quanto a teórica soberania que os europeus tentaram manter sobre o comércio” (THORNTON, 2004, p. 115). Essa fragmentação e a grande variedade de participantes no comércio africano ajudavam, de certa maneira, a equilibrar as relações econômicas entre africanos e europeus. Entretanto, Thornton (2004) revela que, pelo mesmo motivo, haviam diversas exigências estatais que se tornavam obstáculos legais e técnicos neste comércio ultramarino, mas de certa forma, garantiam a participação estatal no comércio.

As negociações com os grupos africanos tendiam a ser demoradas e complexas e era essencialmente uma exigência das autoridades africanas, serem eles os primeiros beneficiados nestas atividades comerciais, assim, insistiam nos preços especiais com suas próprias mercadorias antes de liberar o comércio para as demais redes. Thornton (2004) supõe que essa prática poderia garantir privilégios nas escolhas dos melhores produtos e preços, podendo ser vistos como um segundo imposto pago junto aos habituais presentes. Depois dessas primeiras trocas comerciais, permitia-se livre comércio a partir das determinações locais do que e com quem era permitido comercializar. Caso fosse conveniente, como Thornton (2004) menciona, estes governantes africanos tinham total controle em iniciar ou cessar essas relações comerciais.

Um dos exemplos dessa situação é o caso de Gaspar Vaz citado por Donelha, escravo, alfaiate e intérprete mandinga que tinha uma boa relação com o governante de Cassanga, o qual conseguia obter preços vantajosos em relação ao que normalmente era cobrado frente as mercadorias europeias:

Achei um negro mancebo Mandinga, por nome Gaspar Vaz, que fora escravo nesta ilha de um vizinho meu em São Pedro, alfaiate, por nome de Francisco Vaz. Era o negro bom alfaiate e botoeiro. (...) Não me aproveitou pouco acha-lo em Gambea, porque me servia em tudo, e o que comprava era pelo preço que corria entre eles, mui diferente do preço que vendiam aos tangomaos. E me servia de intérpete e língoa, que lá chamam chalona. (DONELHA, 1977, p. 148)

Na região de Serra Leoa havia menos centralidade política e, conseqüentemente, menos controle estatal sobre o comércio. Thornton (2004) afirma que na região as populações africanas acabavam, constantemente, sem conseguir os tributos dos navios e sem haver negociações especiais no comércio. A falta desse controle africano na área aumentava os riscos comerciais. O autor traz os exemplos de portugueses que capturavam os comerciantes africanos como escravos, ou comerciantes africanos que abandonavam as mercadorias antes de completar os pagamentos. A cautela necessária nestas regiões com menos controle estatal africano era maior, normalmente tendo problemas de “má-fé” de ambos os lados e diminuindo seus lucros.

As trocas comerciais no ambiente africano exigiam complexas negociações anteriores ao definir um fluxo contínuo de mercadorias. Essas transações eram imprecisas e diversas, variando para cada população, eram exigidos tributos, visitas ou presentes de cortesia, trocavam-se servidores, podiam exigir a permanência dos comerciantes, cobra-se taxas e havia controle sobre rotas e itinerários, determinava-se quais produtos podiam ou não ser negociados, e etc. Além disso, principalmente no caso dos comerciantes fulas²⁰ e no comércio de ouro, não havia hesitação em buscar outros mercados que proporcionassem melhores rendimentos caso as negociações com portugueses não estivesse de acordo com os intentos africanos. Thornton (2004) afirma que muitas vezes esse comércio era mudado de região para conseguir melhores preços e, inclusive, evitar o monopólio europeu e das companhias de comércio sobre determinadas regiões.

Entretanto, Ribeiro (2013) enfatiza as mudanças de configurações políticas e econômicas na Confederação dos Jalofos, no decorrer dos séculos XV e XVI, que por fim os levará ao seu desmembramento. Os abalos políticos, econômicos e demográfico dos jalofos foram motivados pela mudança dos eixos econômicos causado pelos portugueses e

²⁰ De acordo com Livonildo Francisco Mendes (2010), os Fulas são um grupo cultural e linguístico da região e inicialmente eram nômades (fator que ajudará na sua grande expansão territorial e domínio sobre diversas redes comerciais), eram fortemente islamizados. Atualmente estão disseminados por quase todo o continente africano. Possuíam redes de comércio bem estruturadas na costa e interior de Guiné do Cabo Verde, e foram uma das primeiras populações africanas a comercializar com os portugueses.

o reforço e criação de novas rotas comerciais nas áreas litorâneas, fortalecendo dignitários locais de diferentes populações. Esta diversificação causada pelo desmembramento dos Jalofos foi, de certa forma, prejudicial também aos portugueses, pois abriu espaço para as concorrências europeias, como o caso do rei de Cantor que expulsou os comerciantes portugueses e passou a dar preferência ao comércio com ingleses e franceses.

Thornton (2004) aponta que a antiga manufatura africana muitas vezes era capaz de satisfazer todas as necessidades do continente e aquilo que não era produzido localmente, podia ser obtido através de suas próprias e complexas redes comerciais. Além disso, por mais que houvesse o intento de domínio comercial e muitas vezes o controle das transações fossem bem-sucedidas, a presença de comerciantes particulares, as interconexões e a diversidade africana, além das rivalidades políticas e militares entre África e Europa, acabaram por reduzir o impacto potencial do controle Estatal, tanto europeu quanto africano. Tratava-se de uma região de comércio amplamente competitivo e instável.

2.2 A influência portuguesa nas relações comerciais africanas

De acordo com Wolf (2005) a busca do ouro e de especiarias foi, desde o século XIV, o motivo inicial das viagens Portuguesas à África. Dentro desse comércio, os principais resgates seriam, conforme Wolf (2005), ouro, escravos, pimentas, marfim, tinturas, resinas, cera de abelha²¹, madeira, couros e peles – grande parte desses bens eram redistribuídos e vendidos para os demais Estados europeus ou encaminhado para as colônias Americanas. Thornton (2004) reforça que na região de Guiné do Cabo Verde os principais lucros eram obtidos através do comércio de escravos e ouro. Havia diversas fontes comerciais de ouro no litoral, fazendo com que se buscassem novos locais, com mais vantagens comerciais, em direção à Serra Leoa. Como já referido, o arquipélago de Cabo Verde era essencial para este comércio.

Thornton (2004) aponta que, entre os portugueses, nos séculos XIV e XV havia uma grande segurança sobre suas capacidades e habilidades militares e marítimas, pois por vários anos demonstrara-se muito efetiva. Entretanto, ao alcançar a costa ocidental africana, foram fortemente rechaçados pois a cultura marítima africana era muito bem desenvolvida. Nesta região havia amplo desenvolvimento de circulação por água, tanto

²¹ De acordo com Hair (1977) a cera era pouco utilizada pelas populações africanas, mas começou a ser comercializada grandemente com os portugueses, o autor presume que grande parte dessa cera era encaminhada para a Europa e utilizada principalmente na fabricação de velas. Por mais que a cera fosse pouco valorizada nas populações africanas o mel era um alimento tradicional.

através dos rios como também pela costa atlântica, e era efetiva tanto em termos comerciais quanto em termos militares²². Sem demora, os portugueses deixaram sua estratégia de ataque e pilhagem para simplesmente participar confortavelmente de uma economia comercial muito bem desenvolvida da região, na qual o comércio marítimo não tinha grandes hostilidades ou muita concorrência.

Thornton (2004) sustenta que havia circulação aquática do comércio anterior aos europeus, que ligavam pontos distantes do interior do continente, através dos rios, com as áreas costeiras e algumas ilhas habitadas, como é o caso das ilhas dos Bijagós²³. Mesmo depois de certo estabelecimento das rotas comerciais aquáticas europeias, ainda havia grande dependência de indivíduos de origem africana: grumetes²⁴, escravos, lançados e tangomaos, como veremos a seguir, eram indispensáveis para a circulação efetiva dos navios e suas mercadorias. Assim, pelos menos durante os séculos XV e XVI, o comércio pacífico tornou-se uma norma na região, fator que permitiu com que as populações africanas pudessem determinar seus próprios acordos comerciais, buscando e garantindo-lhes diversas vantagens, coletavam seus direitos aduaneiros e escolhendo livremente seus parceiros comerciais.

De acordo com Malowist (2010), no início do século XVI o comércio de diversas regiões, incluindo o estuário de Gâmbia e a região de Serra Leoa, trouxeram benefícios satisfatórios no comércio de ouro e, em menor escala, no comércio de escravos. Conforme o autor, o interesse cada vez maior no comércio de escravos foi fortalecido a partir da metade do século XVI, causando uma tendência de buscar as trocas comerciais cada vez

²² Thornton (2004) reforça que, apesar dos navios africanos não terem estrutura e tecnologia para viagens em alto mar, ainda assim eram capazes de enfrentar e rechaçar os navios portugueses nas regiões costeiras. Suas embarcações de forma geral eram projetadas para situações semelhantes na costa e nos rios. Grande maioria dessas embarcações eram feitas com um só tronco de árvore, tinha estrutura longa e baixa, movidas por remos e pás, capaz de manobrar com a força dos ventos e carregavam entre cinquenta a cem homens, fato observável no Tratado de Almada: “delas [árvores polões] fazem os negros suas embarcações, a que chamam almadias, em que se embarcam mais de cem pessoas de guerra, e atravessam de um rio ao outro pela Costa, levando velas metidas.” (ALMADA, 1964, p. 40). De qualquer forma, mesmo que os ataques de navios europeus ao continente tivessem pouco sucesso, as populações africanas também não tinham sucesso e muitas vezes não possuíam capacidade técnica de tomar os navios europeus por assalto.

²³ Conforme Thornton (2004) Bijagós eram uma população que vivem no arquipélago que leva seu nome. Possuíam grandes habilidades de navegação e eram responsáveis pela pilhagem ostensiva de toda a costa da região de “Guiné do Cabo Verde”. As tentativas portuguesas de subjugar-los foram amplamente frustradas por um longo período de tempo.

²⁴ De acordo com Hildo Honório Couto (2003) é bastante incomum as fontes trazerem o conceito de Grumetes, pois estes seriam indivíduos que não interessavam aos documentos régios e fontes oficiais. Normalmente se tratavam de africanos que assumiam características marcantes da cultura portuguesa, principalmente relacionado ao cristianismo e também a língua, ou até mesmo portugueses lançados. Eram essenciais na ajuda prática do deslocamento comercial, tanto para portugueses quanto para os demais europeus. Vemos o termo apenas em Donelha: “(...) tomei a maior barca que aí havia, com meu escrivão e bons grumetes, com mosquetes, pólvora e munição (...)” (DONELHA, 1977, p. 154)

mais adentro do continente africano. De qualquer forma, nesta época a penetração europeia não teve um caráter colonial, tal como ocorreu nas Ilhas atlânticas e em algumas áreas do continente americano, mas sim um caráter fortemente comercial com a participação ativa das populações africanas.

Em diversas regiões africanas havia, como já referido, grandes redes comerciais nos quais circulavam produtos artesanais, produtos de ferro e cobre, sal, artigos derivados das palmeiras, entre outros. Wolf (2005) alega que, de forma geral, as introduções europeias nestas redes comerciais não eram de todo estranhas ou demasiadamente diferenciais em qualidade e utilidade, apenas adentraram nas estruturas básicas e preexistentes desse comércio adicionando mais uma fonte de produtos. Em concordância com Wolf (2005), os principais artigos introduzidos pelos europeus eram utensílios diversos de metais e outros materiais, armas de fogo e pólvora, produtos têxteis, rum e fumo. Esses materiais tinham um efeito significativo na circulação de bens de prestígio e no consumo da elite africana.

No desejo português, havia a busca constante de controle do comércio e o sonho do monopólio comercial. Thornton (2004) reforça a grande insistência de potências europeias que buscavam suplantam os preços fixados pela coroa portuguesa na busca de melhorar seus rendimentos e, indiretamente, aumentavam as competições. A coroa Portuguesa sempre buscou reconhecimento do seu poderio e domínio territorial e comercial na costa atlântica africana frente aos demais Estados Europeus, entretanto, seu domínio era bastante utópico e tornou-se cada vez mais comum a intromissão dos agentes de outras origens comercializando na região. Conforme Maria Manuel Ferraz Torrão (1995), a presença dos franceses e ingleses, e posteriormente os holandeses, vai se intensificar e alargar geograficamente ao longo dos séculos XVI e XVII. De certa forma, essa competição abria maior espaço para a agência africana na busca de seus próprios benefícios neste comércio.

Um aspecto de extrema importância para a funcionalidade real do comércio entre portugueses (e demais europeus) com a população local foi o estabelecimento de diversos indivíduos, como colonizadores independentes, comumente chamados de lançados e tangomaos. No século XVI, conforme Hair (1977), na região de Serra Leoa e com alguns poucos casos da área costeira de Guiné do Cabo Verde, não houveram estabelecimentos populacionais oficiais da Coroa Portuguesa. Serra Leoa, inclusive, não era considerado como território pertencente à administração das autoridades de Cabo Verde. Os únicos habitantes de origem portuguesa que viveram em Serra Leoa “lançaram-se” por conta própria e sem autorização ou proteção real. Ribeiro (2013) afirma que originalmente os lançados seriam indivíduos que buscavam comércio nos locais mais distante do litoral,

muitas vezes sem auxílio e sem permissão da Coroa Portuguesa. Foram os pioneiros do comércio e da colonização do interior do continente africano.

Consoante a Thornton (2004), estes indivíduos se estabeleciam próximos as comunidades africanas, muitas vezes inserindo-se completamente nas suas práticas, casando-se com mulheres locais e fazendo acordos de permanência com os dignitários africanos locais²⁵. Conforme Horta (2013), os *turgimãos*, também denominados de *tangomaos*, serviam principalmente como tradutores das línguas locais, normalmente se tratava de marinheiros africanos ou de descendentes mestiços de portugueses lançados. Torrão (1995) destaca os lançados como intermediários essenciais pois aceleravam as negociações: evitavam a necessidade dos mercadores estabelecerem contatos diretamente com os dignitários africanos, oferecendo o rápido abastecimento dos navios.

As relações entre lançados, tangomaos e cabo-verdianos com as populações africanas tinham papel fundamental para a funcionalidade do comércio. Na região de Guiné do Cabo Verde essa prática era muito comum. Eventualmente, estes indivíduos conseguiam permissões de estabelecer comunidades de origem e características culturais portuguesas nos territórios africanos. As comunidades logo floresceram por toda costa marítima e de rios, dominando o comércio local com os europeus, possuíam posições estratégicas na mediação comercial e também nas trocas culturais. Mas há também, principalmente em Almada, um grande desgosto com os lançados, pois em algumas regiões, principalmente nos Rios de Sanagá até o Rio de Gambia, não davam preferência aos Portugueses, mas sim a qualquer europeu que pudesse lhes oferecer melhores vantagens:

E andam estes nossos Portugueses lançados muito mimosos destes imigos [Franceses e Ingleses]. E o dia de eles receberem as pagas e entregarem as suas mercadorias, lhes dão os Ingleses em terra banquetes, com muita música de violas de arco e outros instrumentos músicos. E por esta causa estão estes resgates de toda esta costa do Cabo Verde até o Rio de Gâmbia perdidos. E não tratam neles senão estes lançados com os imigos, os quais têm companhias no Rio de S. Domingos e no Rio Grande, com os que neles habitam, para onde mandam o ferro e o mais que hão, e deles lhe vêm os despachos para despacharem os imigos. (ALMADA, 1964, p. 23 e 24)

²⁵ Muitos destes indivíduos eram identificados pelos autores dos Tratados como cristãos-novos, explicando sua permanência como uma forma de fuga e/ou busca de melhorar suas condições frente às exigências do cristianismo em Portugal. Torrão (1995) comenta que é muito difícil definir se todos os lançados eram realmente cristãos-novos (judeus), mas provavelmente tratava-se de uma maioria. Entretanto, muitas vezes, tal denominação pode se tratar de mais uma forma de buscar difamar a imagem desses comerciantes que prejudicavam as atividades dos cabo-verdianos.

As frequentes tentativas da Coroa Portuguesa em estabelecer acordos, fixar preços sobre mercadorias e produtos africanos não eram bem-sucedidas. Entretanto, Thornton (2004) alega que por mais que não tivessem conseguido estabelecer os monopólios, puderam garantir certa segurança comercial e física para seus navios atingirem alguns mercados e organizações estatais africanas, permitindo que o fluxo de mercadorias não cessasse, diminuindo os riscos comerciais.

Thornton (2004) chama atenção para a ampla variedade de produtos, de distintas categorias, que eram exportados para a África no período. Em termos de volume, o autor aponta o comércio de tecidos²⁶, seguido de mercadorias de metais, principalmente ferro²⁷ e cobre como matéria prima, mas também peças trabalhadas para uso diário. Além disso, havia muitos itens relacionados com o comércio de não utilitários, como joias²⁸, brinquedos mecânicos, curiosidades e bebidas alcoólicas. Almada nos demonstra alguns exemplos ao falar das mercadorias que levavam para o comércio na região de predominância dos Jalofos:

As mercadorias que levam os nossos a estas partes são cavalos, vinhos, bretanhas, contaria da Índia chamada fêmea, que é do tamanho e feição dos bagos de romã, limpa e boa, o cano de pata, que é a mesma contaria comprida, outra da mesma contaria redonda, do tamanho de uma avelã e maior; toda esta contaria é estimada entre ele e é o tesouro e jóias que eles têm. (ALMADA, 1964, p. 26)

Como afirmamos anteriormente, na região não havia insuficiência de produtos essenciais, portanto as novas exportações europeias serviam apenas para diversificar alguns produtos, principalmente sobre símbolos de prestígio social.

Wolf (2005) assegura que para os Portugueses realizarem essas trocas comerciais, precisavam encaminhar para a África produtos têxteis, trigo, utensílios de latão, miçangas de vidro, etc., mas basicamente todos estes produtos tinham origem de outros Estados e localidades europeias. De forma geral, os produtos utilizados nas negociações, tanto de

²⁶ O comércio de tecidos logo se tornou de ampla importância aos comerciantes europeus para adquirir ouro e escravos pois os diferentes padrões e qualidades também participavam no contexto de prestígio social.

²⁷ Thornton (2004) defende que o ferro europeu não tinha grande importância para o continente africano como comumente é defendido. Para o autor, o aço africano equivalia, em qualidade e quantidade, aos demais produzidos em quaisquer outras localidades do século XV. Além disso, o ferro europeu era uma pequena soma dentro de um comércio muito ativo, e que não ultrapassava a quantidade de 10 a 15% das necessidades reais africanas. O ferro, de acordo com Hair (1977), teria sido minerado e trabalhado no Norte da região da Serra Leoa alguns séculos anteriores ao contato com os europeus.

²⁸ Thornton (2005) abona que as joias, principalmente contas, eram valorizadas quase exclusivamente pelo seu valor de prestígio. Seu comércio era baseado pelas preferências dos seus consumidores, variando muito entre as diversas regiões africanas e, normalmente, possuíam preços exorbitantes.

obtenção de escravos ou demais produtos, tinham que ser produzidos ou pagos pelos estados de origem dos mercadores, fato que irá afetar as produções comerciais europeias significativamente. Assim, os portugueses se tornaram reexportadores de bens produzidos por outros povos.

Independentemente da grande variedade comercial, Wolf (2005) argumenta que o comércio de escravos, desde seu princípio, gerava lucros satisfatórios²⁹. O comércio de escravos não se tratava de um fenômeno novo nem sequer limitante às fronteiras africanas e europeias. Houve comércio de escravos por muito tempo na península europeia³⁰ e também em África. Segundo Wolf (2005), os portugueses foram durante os séculos XV e XVI os principais fornecedores de escravos e, a partir do século XVII, as Companhias Holandesas penetraram nos domínios portugueses assumindo a primazia comercial de escravos.

É importante reforçar que havia maneiras bastante distintas tanto para a obtenção de escravos quanto para as formas com que estes eram utilizados nos ambientes africanos e, posteriormente a forma desenvolvida pelo comércio europeu. Wolf (2005) indica que a obtenção de escravos antes do contato e nas primeiras décadas de contato entre africanos e europeus se dava através de três principais maneiras: da instituição de penhor de dívidas, muitas vezes com certo prazo a ser cumprido; pelos sistemas judiciais locais, em que ao ser culpado perdia seu direito de liberdade (resultados que eventualmente podiam afetar não só os indivíduos, mas todo sua linhagem); e, principalmente, como resultado de captura de cativos em guerras. Wolf (2005) reforça que, conforme crescia a influência europeia e a demanda do número de escravos, houve a tendência de subversão destas formas de captura de escravos. Em relação às utilizações da mão-de-obra escrava em África, em determinadas situações era possível estes indivíduos escravizados encontrarem-se em situações benignas, tornando-se membro operante dentro de determinadas linhagens. Mas nem sempre as situações eram tão tranquilas, havia trabalhos compulsórios em plantações, minas e transporte de mercadorias nas redes comerciais de longa distância.

Assim como há a substituição dos agentes europeus encabeçando o trato de escravos, ocorreu também uma mudança geográfica de local de obtenção desses: a região

²⁹ Wolf (2005) atesta que, apesar dos lucros, o comércio de escravos exigia investimentos consideráveis, pois necessitavam pagar taxas e impostos estabelecidos pelas autoridades africanas locais, necessitavam de mão-de-obra local, considerar os custos dos atrasos e complicações comuns de carregamentos de embarcações e também as possíveis baixas e perdas desses escravos durante as viagens. De forma geral, portanto, era mais comum empresas autônomas encabeçarem o comércio de escravos, enquanto os Estados, tanto europeus quanto africanos, deixavam os riscos nas mãos de terceiros e obtinham sua parte através das taxas e impostos.

³⁰ Wolf (2005) relata que havia circulação de escravos pelas regiões islâmicas, em toda a extensão do Mediterrâneo, em direção à Bizâncio e outras localidades.

de Guiné do Cabo Verde ao longo do século XVI e, principalmente, século XVII passará ao segundo plano desse movimento comercial. No decorrer do século XVI, consoante a Wolf (2005), há uma crescente demanda de trabalhadores escravos africanos, comumente relacionado ao estabelecimento de grandes plantações de cana-de-açúcar impulsionados pela Coroa Portuguesa. Após o século XVI, quase toda a demanda de escravos vinha do continente Americano, enquanto a principal fonte tornou-se o continente africano.

Apesar da introdução dos europeus e portugueses no comércio africano, tal como Thornton (2004) reforça, as populações africanas tiveram o papel ativo no desenvolvimento comercial costeiro, muitas vezes com iniciativas próprias. Cabe reforçar que para as populações africanas este comércio atlântico não era essencial para suas vivências, desenvolvimento e muito menos sobrevivência. De forma geral, os artigos africanos manufaturados possuíam qualidade e complexidade capaz de concorrer em igual nível com os produtos europeus do período. As trocas de produtos, fossem para prestígio social ou para consumo geral, conforme Wolf (2005), aconteciam em longas distâncias e atravessam diversos grupos e sociedades tributárias, comumente ordenadas pelo parentesco. Com a introdução dos interesses e produtos europeus nessas redes, gerou-se alcance global das redes comerciais africanas e seus produtos, incorporando redes preexistentes a novos itinerários entre os continentes. Além disso, a longo prazo, a intromissão europeia no comércio africano será responsável por uma maior especialização regional de produtos específicos, localidades que normalmente possuíam uma variedade muito maior e geral de produtos artesanais ou primários. Entretanto, de acordo com Amselle (2014), a influência portuguesa e europeia, a longo prazo tenderá a desarticular as relações africanas locais que anteriormente possuía amplas relações interdependentes.

2.3 Plantas da Guiné no comércio ultramarino e local

Thornton (2004) demonstra a importância dos produtos africanos, tanto manufaturados como de matérias primas, que começaram a circular no universo europeu e atlântico. Eram muitas e variadas as mercadorias exportadas para a Europa, incluindo artigos têxteis e produtos feitos de marfim. Além disso, no caso de Guiné do Cabo Verde, tornaram-se muito famosas as esteiras de palha³¹. As plantas, de forma geral, fazem parte

³¹ O comércio de esteiras de palha, conforme Thornton (2004) está amplamente citado em diversas fontes antigas, seriam frequentemente utilizadas como cobertas para as camas. O autor ainda cita o caso de um

desse comércio, tanto na importação quanto na exportação africana. Santos (2013) afirma que as possibilidades de comércio e de extração de plantas como cana de açúcar, o algodão e a malagueta conferiram, aos olhos da Coroa Portuguesa, grande importância à região da Guiné do Cabo Verde.

Basicamente todos os gêneros alimentícios participavam, de uma forma ou de outra, das redes comerciais africanas, mas nem todos assumiram papéis importantes aos olhos portugueses, tanto pelas suas dificuldades comerciais quanto pelo não costume português de consumo semelhante, ou pelas dificuldades de produção e lucro. Dentro dos desejos coloniais e comerciais dos autores, é possível indicar a produção e comércio do arroz e da cana de açúcar.

De acordo com Wolf (2005), muitas das plantas comercializadas desde o período da expansão ultramarina eram fortemente marcadas pelas suas características de estimulantes físicos. Entre eles circulavam pelas mais diversas e longínquas regiões o chá, café³², cacau, açúcar, fumo e, inclusive, o ópio. A cola pode ser considerada também uma planta estimulante, rica em cafeína e com amplas propriedades medicinais. A cola e também os tecidos, algodão e tintas participaram ativamente no comércio português com as populações africanas, entretanto era um comércio voltado, com algumas exceções, para o próprio continente africano, no qual os portugueses assumem papel de produtores de algodão e tecidos em Cabo Verde e de transportadores intermediários no comércio da cola.

2.3.1 O arroz e a cana de açúcar como desejo colonial

Percebemos facilmente o conteúdo propagandista do Tratado de Almada. Para Almada parecia essencial investimentos da Coroa Portuguesa sobre a região de Guiné de Cabo Verde, principalmente Serra Leoa. Donelha também demonstra o mesmo interesse e necessidade. Tais terras, ótimas para colonizar, teriam abundância em alimentos, terras para cultivo, espaços para construir cidades e fortes. Donelha ao descrever a região de Serra Leoa já no início de sua obra chama atenção para as potencialidades que a região tem para a colonização portuguesa. Reforça seus lados positivos da geografia e as

inglês do século XVIII que fora instruído a comprar, na Serra Leoa, um milhão de esteiras, indicando a importância e o costume deste comércio.

³² De acordo com Judith Carney e Rosa Acevedo Marín (2003), o café é planta de origem africana, domesticado na Etiópia. Entretanto, a forma de preparo e consumo conhecido é atribuído aos Iemenitas. Por seu valor estimulante terá grande propagação no mundo muçulmano, e através dos muçulmanos é que os europeus terão contato com o café pela primeira vez. O café será introduzido na América posteriormente, sendo um dos exemplos de plantas africanas apropriados e valorados na cultura ocidental-europeia.

potencialidades comerciais, do clima e da terra favoráveis ao cultivo. Sugere cultivo de canaviais de açúcar, mas também de arroz, milho, trigo, além de hortas e pomares. Ao descrever os dois principais lugares com potencialidade de povoação portuguesa, que seriam na “Augoadá” e no “Varadoiro”, ambos com necessidade de forte para se defender dos piratas³³ e, eventualmente, dos “negros da terra”:

Sendo esta terra povoada de cristãos, será a mais abastada e de maior trato e comércio de toda a Etiópia, porque em frescura nenhua lhe igoala e com as ribeiras se pode regar a maior parte das montanhas e terras chãs e fazer muitos açucares, arroz, funde, milho, e, se samearem, trigo e cevada se dará, e todos os mais géneros de mantimentos, e se pode fazer grandes pomares e hortas e criar muito gado. A terra é grossa, fértil, mais dela massape³⁴. O inverno dura desd’o primeiro d’Abril até todo Oitubro, por cuja causa se colhe duas novidades d’arroz cada ano. Há muitos e bons inhames. O arroz, melhor que de todo o nosso guiné, tão formoso como o de Valença e mui alvo. (DONELHA, 1977, p. 80)

De acordo com Hair (1977) a fertilidade da Serra Leoa não era uma realidade, exceto em alguns poucos locais muito favorecidos, como é o caso nas planícies que ocorrem inundações³⁵. A existência da vegetação densa na região pode ter sido um fator dessa crença, entretanto, sua densidade é causada mais pelas altas temperaturas e grande quantidade de chuvas, enquanto os solos em si não são muito férteis. Quando há a retirada dessa vegetação densa, sua camada superficial laterítica é rapidamente arrastada com as fortes chuvas e facilmente esgotada pelas culturas agrícolas. Conforme Hair (1977) a península da Serra Leoa tem alta pluviosidade que variam entre 2800 até 8000 milímetros, dependendo das áreas. Outro ponto apresentado pelos autores é o fato de Donelha identificar o inverno de acordo com os períodos de maior intensidade das chuvas.

Também Coelho se refere a Serra Leoa de forma elogiosa:

(...) ela [Serra Liôa] he a terra taõ fértil que com pouco beneficio que lhe fazem seus habitadores lhe tributa duas novidades no anno, sendo taõ abundante de arroz e o melhor que ha em toda a costa de Guiné, que podemos dizer o compramos lá de graça, e trazemos quanto podemos nos

³³ Donelha reforça o título de pirata aos comerciantes holandeses, apesar de sempre colocar a possibilidade para outras nações.

³⁴ Conforme Hair (1977), *massape* seria um termo de origem africana que indica terreno fértil e/ou pantanoso. A obra de Donelha é considerado o mais antigo registro do termo na Ilha de Santiago.

³⁵ Um desses exemplos é uma localidade que Donelha sugere possível desenvolvimento de uma cidade: “A par desta alagoa (...) é tudo terra chã como ua mesa, em que se pode fazer ua fermosa cidade e muitos pomares, hortas e canaviais d’açúcar” (DONELHA, 1977, p. 76), está mesma localidade, conforme Hair (1977), fará parte da cidade capital de Freetown, que tinha à sua época população superior a 150 000 habitantes, fundada em 1792.

navios; ella cria em si tão viçoso tudo que sem fabrico vi canas de assucar de incrível grossura, e de 18 palmos de comprido, seus matos são de arvores de espinho produzidas somente pela bondade da mesma terra, e seus frutos tão perfeitos que lhe não levão vantagem os de Portugal (...) (COELHO, 1990, p. 66)

Percebe-se, no trecho, que os portugueses participavam, normalmente como intermediários, no comércio de arroz, como veremos também em Almada: “no Rio da Furna há muita quantidade de arroz que ali vão comprar os nossos navios e o levam a vender às partes donde o não há” (ALMADA, 1964, p. 117).

O arroz é mantimento comum da alimentação africana, assim como é comum seu uso nos rituais junto com outros mantimentos (alimentos). Donelha ao descrever a qualidade do arroz plantado na região e comparando-o com o de Valença, portanto muito branco, sugere, de acordo com Hair (1977), de se tratar da espécie *Oryza sativa* L., que teria sido introduzido pelos próprios portugueses na região, pois o preferiam em relação às variedades propriamente africana.

Conforme Olga F. Linares (2002), há apenas duas espécies de arroz cultivadas no mundo, a *O. glaberrima*, nativa da região subsaariana na África; e o *O. sativa*, que possui duas variedades, a *O. sativa japônica* e *O. sativa indica*, ambas domesticadas de forma independente, provavelmente na China. Atualmente as variedades de *O. sativa* tem maior valor de mercado e são preferidas ao arroz africano, inclusive nas regiões em que *O. glaberrima* é endógeno. A autora observa que não há muitas evidências arqueológicas para determinar a origem correta do arroz africano e sua origem tem duas teorias. A primeira teoria sugere que *O. glaberrima* teria sido domesticada inicialmente no delta do Alto Rio Níger, no atual Mali, entre 2 e 3mil anos atrás. Após essa domesticação teria se propagado por dois centros secundários, para a costa de Gambia, Casamansa e Guiné Bissau; e outro para a região entre a Serra Leoa e a Costa do Marfim. A teoria alternativa propõe que *O. glaberrima* foi selecionada em locais diferentes das vastas zonas florestas e áreas das savanas. O seu ancestral *Oryza barthii* A. Chev., crescia de forma espontânea e era colhido por populações de caçadores-coletores, enquanto em outros locais era cultivado por populações agrícolas.

Independentemente de sua origem correta, Linares (2002) confirma que o arroz africano era cultivado muitos séculos antes da chegada dos Europeus na costa Africana. A primeira vez que o arroz africano é citado, como mantimento, mas também como cultivo, foi em Gomes Eanes de Azurara em 1446. Vemos em Almada também a especificação da forma de cultivo de arroz na área em torno do rio de Gâmbia:

Começa o inverno nestas partes no fim de Abril, entrada de Maio por diante; fazem os negros as searas dos arrozés naquelas lalas, e fazem valados de terra por amor da venida do Rio, mas nem por isso deixa o Rio muitas vezes de os romper e alagar as searas; depois deste arros nado, o arracam e transpõem em outras lalas mais enxutas, donde dá logo o mantimento. (ALMADA, 1964, p. 57)

De acordo com Projecto GBS/97/G31/1G/9... (2000), *lalas* é um termo crioulo que identifica solos hidromórficos continentais, com depressões aluviais que ficam em hidromorfia temporárias, sendo gradualmente inundados por chuvas, local apto para a cultura do arroz nas zonas baixas e de plantas perenes nas zonas de vertentes. Conforme o documento, a prática de orizicultura, também chamada de *bolanhas* é comum na região das *lalas*, entretanto exige interferência antrópica intensa, como construção de diques e implantação de sistemas de gestão da água, desmatamento e desenraizamento do mangal e cultivos retenção para que a produção seja efetiva. Essas práticas são milenares e com alguns focos contemporaneamente de orizicultura semelhantes às citadas por Almada. Os autores dos tratados citam o arroz em suas obras com muita frequência, relacionando seu consumo e comércio na maioria das regiões descritas e pela maioria das populações citadas, tanto no seu consumo alimentar, quanto a sua relação com as crenças e ritos religiosos.

Nos trechos acima, em que o desejo de colonizar Serra Leoa fica evidente, há referência à cana de açúcar. De acordo com J. H. Galloway (1977), a cana de açúcar é originada no pacífico sul e ocorre de forma espontânea no norte e oriente africano e pode ter sido espalhada através do oriente médio para a Índia, China, Taiwan e Malásia, e também para a Oceania. A cana de açúcar apenas se desenvolve nas regiões tropicais, nas quais as condições climáticas e do solo são favoráveis. Conforme Peter Sharpe (1998), há registros históricos do conhecimento e uso da cana de açúcar de até 2200 anos. Os árabes teriam sido os principais envolvidos na propagação da planta, tornando o seu cultivo comum em diversas regiões no entorno do Mar Mediterrâneo, com focos significativos inclusive na península Ibérica.

A cana de açúcar, normalmente mencionada apenas como possibilidade, está diretamente associado com os desejos coloniais portugueses. Apesar disso, vemos em Donelha, ao descrever Serra Leoa, que “Há muita cana d’açucar da natureza” (DONELHA, 1977, p. 86). A partir de 1420 os portugueses começaram a propagar as canas de açúcar pelas ilhas atlânticas, na costa ocidental africana e por fim, junto aos espanhóis, levarão

seu cultivo para às Américas. Joaquim Romero Magalhães (2009) demonstra que, apesar de inicialmente o cultivo de trigo fosse preferencial nas Ilhas, o açúcar, antes artigo de luxo, começara se tornar mais lucrativo, mudando inclusive o mercado de consumo. Hair (1977) defende que a cana de açúcar citada pelos tratados foi levada pelos próprios europeus. Os portugueses teriam inserido a cana de açúcar em Cabo Verde³⁶ desde o início do século XVI, mas não há registros de quando a planta teria sido levada para o continente, entretanto é citada sua presença pelo menos desde 1582, em fontes inglesas.

Sharpe (1998) afirma que há seis espécies comuns da cana de açúcar do gênero *Saccharum* L, com duas espécies selvagens *S. spontaneum* L. e *S. robustum* e quatro cultivadas: *S. officinarum* L., *S. barberi* Jeswiet, *S. sinense* Roxb, e *S. edule* Hassk. As canas são facilmente cruzadas, podendo gerar variedades híbridas, e inclusive cruzar com espécies diferentes como as do milho e do sorgo. De acordo com o autor, os primeiros usos registrados açúcar desta planta era através da mastigação do caule no sudeste asiático e Pacífico. Enquanto a produção do açúcar por ferver o suco da cana fora primeiramente registrado na Índia aproximadamente a três mil anos ap.

A produção da cana de açúcar, principalmente nas Ilhas atlânticas e no continente americano, conforme Poting (1995), tem sua base na utilização de escravos, normalmente africanos, pois exigia grande quantidade de mão-de-obra para as plantações. Como vimos anteriormente, Boxer (2002) chama atenção ao fato de que a maioria dos escravos adquiridos na costa africana eram transferidos para as Ilhas atlântica, como próprio Cabo Verde, mas também para Madeira e regiões meridionais de Portugal. O fluxo de escravos para as Antilhas e o Novo Mundo (continente americano) crescerá a partir de meados do século XVI e, em ambos os casos, os escravos eram utilizados principalmente nas grandes plantações de cana e nos processos produtivos de extração e preparo do açúcar. Além da mão de obra escrava, a produção exigia grande disponibilidade de madeiras, fato também realçado pelos autores dos tratados, associando, portanto, as grandes possibilidades de sucesso de colonização e produções lucrativas nas áreas de Serra Leoa.

Assim, o desejo de colonização e produção de artigos comerciais na costa atlântica africana acabavam trazendo à tona a cana de açúcar, produção bem-sucedida em tantos outros lugares e o arroz, alimento adaptado e com suposta boa produção na região, podendo ser utilizado nas trocas com as populações africanas. Não há registro de comércio

³⁶ Conforme Magalhães (2009) as Ilhas do arquipélago de Cabo Verde não puderam cultivar a cana de forma extensiva, devido sua pouca disponibilidade de água e terrenos apropriados para o cultivo. A produção local era apenas suficiente para o abastecimento da própria ilha de açúcar e aguardente.

do arroz para além do território africano, assim como não há registros do comércio da cana de açúcar, ou apenas açúcar, feito pelos portugueses na região de Guiné do Cabo Verde nos Tratados aqui trabalhados.

2.3.2 A intromissão portuguesa no comércio da Cola

As árvores de Cola são endógenas de toda a área de florestas tropicais do oeste africano, de acordo com Dah-nouvlessounon Durand et al. (2015) pertence à família Sterculiaceae³⁷. São árvores vistosas, com flores amarelas e cujos frutos do gênero *Sterculia* spp., ficaram conhecidos a partir do século XV como “noz de cola”. Seu consumo é apreciado até a contemporaneidade e, conforme Maria do Rosário Pimentel (2014), provavelmente é a única árvore de fruto que fora cultivada antes da chegada dos europeus na região. A noz de cola é carregada de aspectos simbólicos, religiosos e culturais, das sociedades africanas. O consumo e comércio de cola em Guiné do Cabo Verde estão associados principalmente com as populações islamizadas.

Conforme Pimentel (2014), a primeira referência sobre a cola foi feita numa carta do Padre Antônio Mendes, em maio de 1563. No século XVI há a referência comum a este fruto, como vemos também nos Tratados aqui trabalhados. A cola só tomou importância nos relatos e documento oficiais após os portugueses começarem a participar do comércio desta. Fica bastante claro a importância social e ritualística da cola nos ambientes africanos, participando de todas as relações sociais dos indivíduos, como vemos na descrição de Coelho:

(...) e somente direi aqui que tem os negros Mandingas tanta fé com esta fruta amarga, que tem para si que não pode haver cousa bem feita, nem cazamento nem juizo donde à cola não vá diante, nem em suas doenças podem sarar sem ella, e sobre tudo dizem os perzerva do pecado, dizendo, que assim como huma fruta trouxe a nossos pais a culpa, assim huma fruta nos livre da culpa, dizendo que esta fruta he a cola; quis Deos que tivessem esta segueira para que os brancos destas partes tirassem os interesses que tirão dela (...) (COELHO, 1990, p. 38)

As colas comestíveis, conforme Hair (1977), e participantes do comércio na Guiné do Cabo Verde são principalmente da espécie *Cola nitida* (Vent.), mas também duas

³⁷ Mesma família que pertence o cacau (*Theobroma cacao* L.) e do cupuaçu (*Theobroma grandiflorum* Schum.).

variedades da espécie *Cola acuminata* (Beauv.)³⁸. Conforme Paul E. Lovejoy (1980), não há registros antigos da cola ser cozida ou preparada em bebidas, era apenas mastigada: “A cola, de que já tratámos, vale em todo o Guiné, mas neste Rio [de Gâmbia] é mais estimada que em todos os outros; usam estes negros dela como na nossa Índia do betele (...)” (ALMADA, 1964, p. 55).

De maneira geral, não houve uso difundido da cola entre europeus e portugueses, ao menos não um consumo assumido, mas provavelmente fora utilizado entre cabo-verdianos, lançados e descendentes. O betele, ou betel³⁹, sugerido como comparação no consumo indiano com o consumo da cola em África, sugere uma semelhança na forma de perceber e descrever o outro. Conforme Pimentel (2014) a prática da mastigação era vista de forma depreciativa, pois era comparada com o mastigar dos ruminantes, como cabras e gado bovino. A forma com que a cola era utilizada provavelmente dificultou, e em alguns casos impossibilitou, a absorção das práticas pelos portugueses e europeus, pois a mastigação era vista como fator que animalizava os indivíduos. Portanto, não interessava ampliar o comércio da cola para os ambientes europeus, apenas utilizá-la como forma de obtenção de ganhos comerciais no ambiente africano.

As colas são descritas por Donelha também de forma bastante detalhada:

As coleiras dá colas em ouriço, como castanhas. As colas são como castanhas, outras muito maiores; as grandes, chama de utos. O sabor amargoso, como velotas verdes. É boa fruta pera quem a costuma comer e pera beber ágoa sobre ela. Também trazidas na boca com a casca d’ua árvore pequena, que chama rosa, sustenta e faz não sentir fome nem sede tão prestes. (DONELHA, 1977, p. 84)

Os portugueses e cabo-verdianos assumiram o papel de intermediários no comércio da cola na Guiné do Cabo Verde, apenas adquiriam as mercadorias com os produtores e revendiam aos consumidores africanos. O transporte marinho facilitou, acelerou e ampliou a distribuição da cola em Guiné do Cabo-Verde. Hair (1977) afirmam ser o comércio desta fruta um dos poucos casos em que as relações portuguesas e africanas possuíam benefício mútuo, de forma plenamente positiva. Era interessante participar desse comércio principalmente pelo alto valor de troca que a cola assumia nos ambientes africanos:

³⁸ Além destas, Lovejoy (1980) afirma que duas outras variedades são comuns na região de Guiné do Cabo Verde e podem ser consumidas oralmente, são elas *Cola verticillata* e *C. anomala*.

³⁹ De acordo com Dutta Promeet (2008), Piper betle é uma planta da família Piperaceae. Sua folha, junto com fatias da noz de Betel (*Areca catechu*) e limão, é comumente mastigada no Oriente e tem efeitos estimulantes.

É boa mercadoria, corre por todo nosso Guiné, e polo sertão no rio de Gambea vale corenta colas um cruzado da nossa moeda, porque é deferente o cruzado de Gambea, o cruzado do rio Grande e de São Domingos, porque quer que se pague em panos, algodão, cera e outras cousas, vale um cruzado d'oro. Pera durar, as colas se enfolham com folhas de cabopa, árvore altíssima e mui direitas de que fazem mastros e vergas de grandes navios; as folhas são largas, de case dous palmos, muito frias. Com estas folhas se enfolham as colas em raposas, as quais chamam gudenhos. (DONELHA, 1977, p. 84)

O comércio através de navios era facilitado pela durabilidade das colas e um vasto conhecimento africano de como aumentar essa durabilidade e armazená-las de forma segura. Este armazenamento era feito com a utilização das folhas de Cabopas⁴⁰, como vimos no exemplo de Donelha, além de processos longos de seleção e separação das nozes próprias para o consumo. Nos três Tratados há a referência da utilização das folhas de Cabopas: Donelha trata também das Cabopas na descrição do Rio Gambia, ao falar de uma Ilha que leva o nome de *cabopa* pela grande quantidade destas árvores que há nela, as quais são utilizadas para fazer mastros de navios e também “entolhar” as colas.

O uso da palavra godenhos ou gudenhos, conforme Hair (1977) identifica uma espécie de cesto grande utilizado para transportar as colas e outros produtos nas redes de comércio de longas distâncias africanas. Almada, em trecho que fala sobre o uso das *cabopas* e da participação dos portugueses neste comércio, cita o uso de cestos compridos, chamados *colequas*, os quais, provavelmente eram os mesmo que Donelha identificou como *godenhos*:

(...) tem-se [as colas] de um ano para o outro e mais tempo, se as quiserem ter, enfolhadas com as folhas largas de umas árvores que chamam cabopas, metidos e hus sestos compridos que la chamão colequas, q leva cada hum duas mil colas e menos; quer Deus que não haja desta fruta noutra Guiné senão no limite da Serra Leoa, e que tivesse a valia que tem para remédio de muitos. E foram semeadas nos outros Rios, mas jamais frutificam. (ALMADA, 1964, p. 55 e 56)

As Cabopas também são citadas por Lemos Coelho, junto com uma descrição mais detalhada sobre como são feitos os processos de seleção e armazenamento das colas, citando os mesmos *godenhos* e o uso das folhas de Cabopas:

Neste rio de Depomga he o primeiro porto de que os brancos trazem colla a qual he huma fruta de arvore como nogueiras, e nasce assim como as

⁴⁰ Conforme Hair (1977), “cabopas” é um termo do crioulo da guiné e referencia a espécie *Mitragyna stipulosa* (DC.) Kuntze.

nozes em capulho fechado, em que estão oito, e dez em cada capulho, a côr branca, e vermelha, os negros estando de vez cortão estes capulhos, e os enterrão em parte senagoza, e os deixão estar até apodrecerem, e então os tirão, e os lavão muito bem, e tirão a colla limpa, e assim a vendem ao branco, (...) esta colla assim fresca em o branco a comprando ao negro tem feito huns ceitoens redondos (que chamaõ godenhos) de hua cana fina (que chamaõ tára) mais compridos que largos que cada hu leva cinco mil colla, e aqui a vaõ pondo emfolhandos os ceitoens, ou godenhos, com humas folhas como de figueira, maz mais grandes, de humas arvores que chamaõ Cabópa de que se faz o taboado, e assim muy bem emfolhada com as cabeças muy bem amarradas, escolhida a colla primeiro muito bem, que não leve bicho nenhum a que he muy atreita esta fruta, nem picada delle, se mete debaixo do navio apraõ, a qual a quentura do navio e a folha, que também he muy quente deita toda a velhacaria do bicho que tem fora, e os oito dias se torna a vazar no convés e se torna a escolher de novo, e toda a que tem alguma roimdade se deita ao mar, e assim se lhe faz trez vezes, e então fica segura, e pede vir para a balravento, e ordinariamente quando não se perde mais que a terça parte he bom anno que não há muito bicho (...) (COELHO, 1990, p. 62 e 63).

O comércio é amplamente citado e descrito pelos três autores. Lemos Coelho descreve aspectos bem profundos sobre as formas de trocas para adquirir as colas e relata que este comércio seria o maior negócio de toda a Guiné do Cabo Verde, reforçando a alta lucratividade do comércio como intermediários. O trato da cola é feito principalmente pela troca de tecidos:

(...) que esta fruta he a cola quis Deos que tivessem esta segueira para que os brancos destas partes tirassem os interesses que tirão dela, que todos os anos vem doze navios para cima, e eu conheci já virem dezoito todos carregados desta fruta que he menos que nozes, e se mede por hum barril de páo de quatro em pipa, e sucedeu ás vezes de viram cinco mil barris, e se vendem aos 100 sendo ordinário darem hum cento por hum panno, que de nossa moeda val hum cruzado; (...) e o principal negocio he a roupa que se faz com a colla a qual vende por toda a costa de Guine. (COELHO, 1990, p. 38)

A serra Leoa é descrita, pelos três autores, como a região onde a cola é produzida e na qual as melhores negociações podem ser feitas, aumentando os lucros portugueses: “(...) ella [Serra Leoa] he a que cria em si esta fruta, principal negocio de todo Guine, e que se correra por mão de hum Principe rendera muitos mil cruzados.” (COELHO, 1990, p. 64). Coelho também descreve a importância do comércio realizado no rio de *Depomga*, entretanto suas características podem ser consideradas de forma relativamente homogênea por toda a Serra Leoa.

(...) e tirão a colla limpa, e assim a vendem ao branco, a qual vendem por hum medida que chamaõ molla feita de palha que leva quinhentas, ou

seiscentas conforme a novidade, e destas trez mallas, ou medidas por huma panoo branco, e assim vaõ subindo se o panno he melhor, e há panno que daõ déz medidas; os brancos costumã vendella huns aos outros por huma medida de páo que chamaõ barril, que leva trez mil colas, e ordinariamente val de branco a branco vinte panos. (COELHO, 1990, p. 62)

Depois de adquirida, em troca de tecidos, na região de Serra Leoa, a cola era transportada e comercializada mais ao norte e no interior do continente, principalmente para os mandingas, fulos, berbecins, beafares e demais populações que possuíam grande influência islâmica, trocando-a principalmente por roupas, ouro e escravos:

(...) e entre todas a mais estimada é a cola, fruto que se dá na Serra Leoa e seus limites; e vale tanto neste Rio, que dão tudo a troco dela, assim mantimentos como roupa, escravos, ouro. E é tão estimada que a levam até o Reino do Gran-Fulo, donde vale muito, e assim nos mais Rios do nosso Guiné. (ALMADA, 1964, p. 48)

Há também o consumo de cola entre os sosos e conchos, mas com rota comercial própria que iam do Sertão à Serra Leoa, conforme Donelha relata que seu amigo e vizinho, Luís Lopes Rabelo, tangomaos que vivia a muitos anos no Rio Nuno, contou:

(...) me disse que os Sosos vinham do sertão ao rio Nuno a comprar sal, colas e outras cousas a troco de ouro e panos. E que os ditos diziam que levavam o sal e colas muito pola terra dentro, a vender a ua gente branca que viviam além de um mar d'agoa doce, os quais vinham em almadias, mas que os ditos não falavam e que compravam e vendiam por acenos, e todo o que traziam pera comprar sal e colas era ouro. (DONELHA, 1977, p. 162)

Este último trecho demonstra o comércio de cola acontecendo sem a influência portuguesa, fator que comprova a incapacidade dos portugueses e cabo-verdianos de monopolizar este comércio. Além disso, atesta o fato de ser uma intromissão nas redes comerciais africanas que já existiam ativamente antes do contato com os portugueses.

2.3.3 Formas de emprego dos algodões e tintas

Nos tratados há a referência constante de produtos de algodão, possibilidades de resgate deste e de tecidos, além de constantemente se referirem às roupas das populações africanas que, quando não andavam nus, costumavam vestir roupas de algodão, preta ou branca. Desde os primeiros contatos, os tecidos africanos eram amplamente elogiados

pelos europeus. Thornton (2004) reforça o fato de que, muitas vezes, o comércio e a produção têxtil circulavam tanto da Europa para a África quanto da África para a Europa, movimento muitas vezes feitos nas mesmas transações. Entretanto, os tecidos e vestimentas trazidos da Ásia e Europa não representavam mais do que 2% do consumo total, em relação às vestimentas da população africana de forma geral. Os produtos Europeus e Asiáticos atendiam basicamente a demanda de produtos de bens de prestígio na região de Cabo Verde, setor que estava em constante mutação, sempre buscando por novidades e novos padrões estéticos.

Thornton (2004) afirma que a maioria do comércio de tecidos exercidos pelos europeus eram apenas o deslocamento de tecidos propriamente africanos para outras áreas do continente. Por longos anos os portugueses praticavam essas trocas, adquirindo tecidos na região do Congo e exportando-os para a Angola. Os mais procurados e com maior valor, conforme Thornton (2004), eram os de origem mandinga importado das regiões da Costa do Ouro. Na região de Cabo Verde, o papel de comerciantes intermediários é percebido em Almada: “Nesta terra de Borçalo há muita roupa de algodão, branca e preta, mui boa; a qual se compra a troco de contaria da Índia, e daqui a levam para os outros Rios donde a não há” (ALMADA, 1964, p. 42).

Coelho raramente chega a explicar de que produtos os panos ou tecidos africanos são feitos e muitas vezes fala sobre tecidos ou panos feitos de Lã. É possível supor que a grande maioria, pelas referências de Donelha e Almada eram também de algodão: “Tambem há muita roupa da terra [do Rio de Gambia], que não só se pode comprar para gastar no dito rio, se não para os resgates de todo o Guine” (COELHO, 1990, p. 26).

Além de usado para as trocas pelas colas, os tecidos eram, conforme Torrão (1995), o principal produto utilizado para a compra de escravos pelos cabo-verdianos. O alto valor de troca e a importância destes tecidos e pano influenciaram a produção do algodão no arquipélago de Cabo Verde. Torrão (1995) afirma que o desenvolvimento das produções agropecuárias das Ilhas foi orientado pelas necessidades mercantis que se tinha no continente africano. Assim, o cultivo de algodão e a fabricação de tecidos foi o principal produto das ilhas, pois seu cultivo foi adaptável às condições geoclimáticas do arquipélago.

Thornton (2004) afirma que os tecidos produzidos em Cabo Verde possuíam novos padrões e formas de utilizar cores que se tornaram muito populares, não somente nas Ilhas, mas em diversos locais na Senegâmbia e na África central, para onde normalmente estava direcionado sua exportação. Interessante notar que estes tecidos eram feitos majoritariamente por tecelões especializados de origem mande, levados ao arquipélago

como escravos, mas também como empregados. A qualidade dos produtos mandigas foi o estímulo para buscar os artesões africanos para serem levados à Cabo Verde. Essa produção irá alimentar o comércio de Guiné do Cabo Verde por vários séculos. Entretanto, com o crescimento da concorrência dos demais europeus, o algodão rapidamente foi perdendo o valor por sua alta disponibilidade, decrescendo os rendimentos e a capacidade mercantil dos cabo-verdianos.

Associadas diretamente com os algodões e a produção de tecidos africanos estavam as tintas. Essas, com ampla variedade de cores, foram utilizadas tanto no comércio local quanto para o comércio ultramarino. Almada faz descrições bastante detalhadas sobre a forma com que eram produzidas essas tintas e as formas com que os tecidos eram tingidos.

J. Espírito Santo (1947) afirma que Almada foi o primeiro autor a falar sobre as formas de extração e aplicação do índigo pelas populações africanas, detalhando grandemente todo o processo, desde a quantidade que é extraída das plantas, às formas de preparo das folhas para deixar a tinta, propriamente dita, para o uso posterior. Também descreve a forma com que esta tinta é usada no processo de tingimento dos tecidos, as lavagens e fervuras que influenciam nas tonalidades finais do produto:

A tinta com que se tingē esta roupa, é a mesma com que se faz o verdadeiro anil na nossa Índia Oriental, mas estes negros o fazem por diferente maneira, e não em taboletas. Recolhem as folhas desta arvorezinha, que são pequenas, de altura até quatro palmos. E hão-de recolher estas folhas antes destas arvorezinhas darem as sementes, que se dão em baginhas pequenas. E recolhidas as folhas as pisam muito bem, e depois de pisadas fazem uns pelouros tamanhos como de um falcão pedreiro. E hão-de entender que não recolhem muita quantidade destas folhas e fazem montes delas, para depois daí a alguns dias fazerem estes pelouros; não se faz assim. Recolhe-se somente aquela quantidade que se há-de fazer naquele dia, por-que tanto que secam as folhas não prestam mais para isso. E daqueles pelouros feitos fazem a tinta com que tingem os seus panos, os quais, como fica dito, são mui formosos e tão tintos, que ficam parecendo setins. (ALMADA, 1964, p. 20)

E depois de feitos estes pelouros se põem a enxugar ao sol ate que se sequem, e quando quere fazer tinta para tingirem os seus panos tomão haquelles pelouros e os quebra e pedasos e os deitão de molho e allgua couza demtro nagua por espasso de hum dia e tirada ha tinta da agoa a cobre cõ algu pano ou folha de árvores por sima e a deixão estar ate que apodresse e cri hus bichos brancos como de carne, e estando desta maneira a põem a exugar ao sol depois de lauada outra ves nagoa, e depois de bem sequa a deitão e hun pote gramde e lhe deitão de coada dentro, e tonão há cobrir o pote, e esta asi por espasso de algus dias ate que se faça muito fremozza co muito bom lustro; e nesta timta nos potes por esta maneira tengem os seus panos e os faze muito pretos como siti e

azues, e todas as vezes que tirão estes panos dos potes os lauão em agoa quente, e bolle estas tintas estando nos potes cõ hus paos, até que alleuantão asima huas escumas grandes cõ hus olhos e cor fremozza (ALMADA, 1964, p. 20)

O índigo, da espécie *Indigofera* spp., conforme o Santos (1947), parece ter sido introduzido na região da Guiné do Cabo Verde através das redes de comércio transaarianas e pela cultural islâmica, juntamente com os conhecimentos relacionados a sua extração e aplicação. As técnicas do seu uso, conforme o autor, foram levadas para as Ilhas de Cabo verde e participava da produção local. Os portugueses assumiam, assim como com o algodão e seus tecidos, papel de intermediários do comércio africano, trocando inclusive por escravos:

Esta tinta que dele [Rio Nuno] se tira leva-se para o Rio de São Domingos, e nele se gasta na própria terra dos Buramos e Banhuns, e se leva a Casamança, e é muito bom resgate, porque dela se fazem escravos e mantimentos, e todo o mais resgate. E as vendem inteiras e em pedaços, e correm como moeda entre nós, para os gastos. (ALMADA, 1964, p. 114)

Pelo valor e potencialidade das tintas, Almada chega a detalhar a qualidades destas e quais valeriam mais a pena buscar para o comércio:

Adiante está o Rio da Furna, que é destes mesmo Bagas, no qual há também tintas, mas não são tão grandes como as do Nuno; as melhores são as que trazem os Sousos, que confinam pelo sertão com os Bagas (ALMADA, 1964, p. 116)

Apesar do papel de intermediários no comércio das tintas, os portugueses eventualmente também as encaminhavam para o comércio ultramarino, inclusive para a Coroa portuguesa. Além disso, buscou-se a produção dessas tintas, juntamente com a produção de tecidos de algodão, no próprio arquipélago de Cabo Verde:

(...) mas sei que da Ilha de Santiago se levou [para Portugal] por muitas vezes a tinta que se nela faz a Sevilha e a Cadiz e a acharam boa, porque é da erva que se faz o verdadeiro anil. E já faz na mesma Ilha. E o ano de 92, vindo dela uma caravela nossa, a qual foi tomada dos Ingleses, e nela acharam um barril de anil em tabuletas, ao qual festejaram muito. E nas Ilhas de Cabo Verde se pode fazer muito anil, por haver nelas muita quantidade da erva de que se faz. E a boa é a mais chegada ao mar (...). (ALMADA, 1964, p. 114)

Conforme Judith Carney e Rosa Acevedo Marín (2003), há relatos de produção de tintas de anil tanto na Índia quanto na África, mas não eram, necessariamente, da mesma espécie. As referências de Almada sobre “o verdadeiro anil” pode indicar a presença de mais de uma espécie na região, podendo confirma a sugestão de Santos (1947) em que se tratava sim de *Indigofera* spp. e que fora trazida com o comércio transaariano. Esse fator é reforçado por Almada ao descrever outra espécie de tinta, com coloração parecida:

O principal resgata deste Rio [Rio do Nuno, terra dos Bagas e Cocolins] são tintas, não como as da Costa, de que já tratamos no Primeiro Capítulo, que se fazem dos mesmo do que se faz o verdadeiro anil; estas deste Rio são diferentes, porque são árvores como hera, e vão trepando pelas outras árvores, e têm as folhas largas. E os negros, no tempo, apanham estas folhas e as pisam, e fazem uns pães como de açúcar, assim grandes, enfolhados com as folhas de cabopa, e vêm os nossos navios a carregarem-se destas tintas, que é um grande trato, para o Rio de São Domingos. E já nos outros anos, governando a Rainha Dona Catarina que Deus haja, se mandou carregar e trazer à cidade de Lisboa uma caravela destas tintas; não sei de que modo a acharam (...). (ALMADA, 1964, p. 114)

De acordo com Santo (1947), esta foi a primeira referência portuguesa sobre a planta *Lonchocarpus cyanesce* (LC), a qual, apesar de ser um anil de outra espécie, a tinta também foi valorizada e comercializada além África. Há a referências nos autores de outras plantas utilizadas como tintas e pigmentos, desde o fruto da palmeira, que conforme Donelha tingia como açafão.

Outra tinta é identificada como *camo*: “Há uas árvores que dão pao do Brazil vermelho e amarelo e dele de ágoas e manchas amarelas e vermelhas e doutras cores, e tudo se chama camo, de que se faz tinta vermelha, carregação dos inimigos holandeses” (DONELHA, 1977, p. 84). O *camo*, conforme Hair (1977), é possivelmente planta da espécie *Baphia nitida* Lodd., o termo tem origem temnè. É referenciado por Coelho apenas como produto que é carregado por muitas naos estrangeiras, provavelmente também holandesas, enquanto Almada referencia como “pau do Brasil”:

E há nestas partes [Rios de tanglecu, Batibum e Alianças] o pau Brasil, de que fazem as tintas, e chama-se a cama. E dizem que é tão fino, que dá sete tintas, e que é parda a derradeira. (ALMADA, 1964, p. 126)

Um último exemplo dado apenas por Almada, é o caso da tinta *maroque*, que reforça a existências de rotas comerciais que vão além do acesso aos portugueses e que

funcionam apesar da presença europeia, comercializando tanto tintas quanto tecidos e algodão:

A este Rio [das Pedras] descia da serra, que fica sobre os portos do mar, uma nação de negros chamados Putazes, e outros Sousos, a resgatar sal com tinta e panos de algodão e vestidos feitos, que traziam dos Fulos, que ficam cingindo todas as nações dos negros por cima. E trazem mais uma palha que serve de tinta, chamada pela língua da terra maroque. E os nossos e os negros da terra a compram e levam a vender aos Rios de Bagaroabomba, e Toto, e Bala, e mais Rios que vão da Serra Leoa para o Sul. (ALMADA, 1964, p. 119)

Além das tintas e do algodão e seus produtos, Almada faz referência a um algodão especial, tirado dos frutos de uma árvore chamada Polões, a qual Köpke (1841) identificou como *bombax*, provavelmente se trata da espécie *Bombax ceiba* L., utilizada também para a construção e reparos de navios e embarcações.

Há outras árvores muito grandes e altas, a que chamam polões; não dão fruto nenhum; dão umas cabaças pequenas compridas cheias de algodão por dentro, o qual tem a cor de seda. É em si brando este algodão, e misturado com o verdadeiro algodão, fiando-se, fazem uns panos como rajados, que parecem de seda. (ALMADA, 1964, p. 40)

Donelha apenas a cita como uma espécie de árvore sem nenhuma especificação. Essas árvores, conforme Almada, são utilizadas também dos julgamentos e rituais religiosos, como o exemplo dos Beafares. Coelho chega a referenciar os polões brevemente, associando seu o comércio com os estrangeiros:

Tambem no dito rio [de Gambea] há huma laã que deita a fruta de huma arvore que chamão poulões, que os estrangeiros estimão muito, he mais fina que seda, e ha tanta quantidade que os colchoens todos são desta laã, e dela se podem fazer chapeos ricos, que para isso dizem que eles a levão. (COELHO, 1990, p. 26)

A utilização dessas plantas, fossem o algodão, as tintas e os polões são brevemente citadas, mas certamente possuíam características que ultrapassavam o âmbito comercial. As formas de vestimenta, padrões e cores variavam entre as diferentes populações africanas e também entre as diferentes posições sociais. Essa variedade de usos culturais é o principal fator que movimentava o comércio destas plantas, principalmente relacionado aos artigos de luxo, trocando-os por outras diversas plantas, produtos e escravos.

3 AS PLANTAS E AS RELAÇÕES CULTURAIS DA GUINÉ DO CABO VERDE

Como visto no capítulo anterior, as relações comerciais e produtivas africanas e portuguesas estavam amplamente relacionadas com as condições climáticas e geográficas em que se encontravam. Podemos afirmar que não somente no aspecto econômico, mas também em diversos outros elementos culturais das populações, o meio ambiente é determinante para o estabelecimento de práticas e costumes. Neste capítulo buscaremos compreender como se dão as relações entre as populações humanas e outros elementos do ambiente físico, com especial atenção às plantas, utilizando exemplos e resquícios historiográficos que os Tratados possibilitam. Estes versam sobre as populações endógenas africanas e também nas relações de trocas de conhecimentos, práticas e aspectos culturais que se desenrolam na região de Guiné do Cabo Verde.

3.1 Natureza e as práticas culturais

O termo “natureza” constitui um conceito bastante complexo e, conforme Brígida Von Mentz (2012), há duas formas de defini-lo. A primeira forma separa o ser humano e a natureza, sendo esta tudo aquilo que rodeia o ser humano e que não seja produto de sua criação, manufatura ou indústria. Essa visão é considerada antropocêntrica, na qual o humano, seja como agente ativo ou como sujeito, se posiciona frente ao mundo natural que o rodeia. O segundo conceito de natureza é muito mais amplo, e abarca tudo o que faz parte da realidade. Engloba o universo, o tempo, tudo o que é vivo (plantas, animais, microrganismos e humanos), todos os minerais, rochas, elementos químicos, além de incluir todos os planetas, os sistemas solares e as galáxias. Conforme a autora, neste segundo conceito de natureza, é possível explicar a dupla (e simultânea) participação do ser humano no cosmo: primeiro como espécie *Homo sapiens sapiens*, determinado pelas forças da natureza e pela evolução e, em segundo, por sua capacidade de trabalho criativo e sua evolução histórica e cultural distintas, até onde se tem conhecimento, das demais espécies planetárias.

Essa dualidade da relação humano-natureza pode ser percebida, conforme Paul Hersch Martínez (2012), como a realidade imediata do mundo tangível, exatamente nas suas formas manifestadas pelo meio físico e biológico, nesta realidade os seres humanos lidam com o entorno e ao mesmo tempo fazem parte dele. Assim, aqui reforçamos que o

homem faz parte do mundo, em que o corpo prolifera seus sentidos, a consciência não é determinada apenas pelo pensamento, mas também pelo sentir: “Entre la carne del hombre y la carne del mundo no existe ninguna ruptura, sino una continuidad sensorial siempre presente” (LE BRETON, 2009, p. 11).

É nesta dupla posição que os humanos produziram conhecimentos e saberes riquíssimos, que são refletidos, conforme Von Mentz (2012), nas formas de pensar e se comunicar, incluindo as línguas, as práticas alimentares e manifestações econômicas, os usos dos recursos naturais, que no seu conjunto geram expressões tangíveis nas culturas materiais e também nas religiões, cultos, mitologias e rituais. Conforme Moretto (2012), as migrações humanas modificaram de forma constante o meio natural durante os processos de adaptações aos novos ambientes, alterando e domesticando paisagens. Essa domesticação da paisagem é um processo tanto consciente quanto inconsciente, que geram mudanças em todo o complexo ecológico local, mudando a demografia das plantas e animais e tornando aquela paisagem mais produtiva e segura para os humanos.

As mudanças geradas no entorno, conforme Von Mentz (2012), são atingidas através do trabalho social, seja a partir da atividade mental ou manual. O trabalho naturaliza o entorno a partir de sua própria atuação sobre ele, atuação que está intrincada com sua sociedade, sua consciência e com seu intelecto. O ser humano em sociedade introduz metas de ações frente aos ambientes, interagindo, consumindo, domesticando plantas e animais, estudando os ciclos naturais em amplos aspectos, inclusive astronômicos. A partir dessas ações que nasce o conceito de trabalho, além da ação manual ou corporal é a mesma que transforma o entorno. O trabalho do ser humano, conforme a autora, é determinado e mediado por sua cultura. Tradições e costumes do grupo se somam às suas atividades individuais.

De forma inversa, assim como a migração humana irá influenciar o ambiente de sua ocupação, de acordo com Ponting (1995), o clima e a geografia dos ambientes têm força significativa no desenvolvimento das características específicas de determinada população humana e sua cultura. A geografia e condições físicas determinam os tipos e espécies de plantas e animais que vivem e podem se adaptar àquele ambiente, enquanto as variações climáticas influenciam as práticas relacionadas à produção e os períodos de plantio ou colheita, além de determinarem possibilidades e até impossibilidades de lidar com o entorno de formas específicas.

Assim, qualquer tipo de ação ou trabalho frente ao ambiente, está acompanhado da necessidade de interpretação e esclarecimentos dos significados e sentidos do entorno

natural. Conforme Von Mentz (2012) a observação da natureza seria feita de forma sistemática e repetida, determinando comportamentos sociais de acordo com os conhecimentos gerados a partir da observação dos fenômenos naturais. “Es decir, esta actividad contiene una serie de elementos científicos. La observación de la naturaleza influye en la construcción de la cosmovisión mezclando con elementos místicos, es decir, religiosos” (VON MENTZ, 2012, p. 107). Cosmovisão, portanto, seria uma visão estruturada na qual que se combinam coerentemente noções sobre o ambiente em que determinada cultura vive e a forma como esta traduz o cosmos em que se situa a vida desses indivíduos.

Segundo Le Breton (2009) a percepção do mundo natural não corresponde às coisas diretamente, mas sim é uma interpretação do que é visto, sentido e vivido, é um universo simbólico, um mundo de significados. Cada ser humano percebe o universo sensorial através do seu vínculo da sua história e educação pessoal. Assim, não é possível determinar uma verdade única e completa em si, mas cada indivíduo a traduz de uma forma, existe assim uma multidão de percepções sobre o mesmo mundo, sobre os mesmos assuntos, definidas pelas perspectivas individuais, pelas expectativas e pelos pertencimentos culturais e sociais destes indivíduos.

Le Breton (2009) afirma que a Antropologia dos sentidos apoia a ideia de que as percepções sensoriais não se restringem à fisiologia, mas sim, seriam também regidas por uma orientação cultural. As percepções do mundo, regidas pela orientação cultural, entretanto, não excluem a sensibilidade individual. Cada sociedade elabora um “modelo sensorial” particular, pelos pertencimentos de classe, grupos, geração, gênero e pela história individual de cada um. Assim, cada sociedade tem sua própria organização sensorial e os indivíduos, dentro de uma mesma sociedade, tem tendências de interpretar o mundo de formas semelhantes. Neste sentido, os autores dos Tratados aqui trabalhados participam de uma mesma forma de perceber o mundo ao seu redor, permitindo que seus escritos se aproximem na forma de organização e “tradução” deste mundo que eles vivenciaram.

A língua, falada ou escrita de acordo com Le Breton (2009), assim como o corpo e os sentidos, percebem o entorno a partir de percepções simbólicas. Ao descrever determinados aspectos de uma planta, por exemplo, Almada trabalha diretamente com símbolos de aproximação e, inclusive, conceitos aproximados para explicar ao leitor o mundo que ele vivenciou nas suas viagens ao continente africano. Utilizar determinadas palavras ao escrever é o que permite dar significado àquilo que escreve, pois somente o

que tem sentido é capaz de penetrar o campo da consciência e fornecer atenção ao que seria lido, dito, ouvido. As palavras cristalizam as ideias e os símbolos, convocam os sentidos. Para Le Breton (2009), toda sensação experimentada pelos humanos é preenchida pela língua; mas mesmo que o sistema perceptível se encontre estreitamente ligado com a linguagem, ele não está inteiramente subordinado a ela.

Conforme Kwame Anthony Appiah (1997), as palavras que determinam certos símbolos são puramente convencionais, pois ao expressar ideias é necessário utilizar palavras que fazem parte de uma linguagem comum e é nessa origem comum que se compartilham as interações entre crenças e intensões perceptível apenas para falantes desta mesma língua. Neste sentido, a tradução escrita do que é visto e vivido na realidade africana é essencial para a compreensão dos leitores. É interessante reforçar que Appiah (1997) afirma que não são apenas as palavras que são símbolos convencionais, mas também o são os gestos, as contingências, as vestimentas, etc.

Além da sensorialidade humana, para compreender e explicar o entorno, cada sociedade, conforme Roger Chartier (1990) tem suas próprias formas de representar seu universo cultural. Essas representações, por mais que possam aspirar um diagnóstico racional e verdadeiro, não podem ser separadas e esquecidas em relação àqueles que as criaram. As percepções e representações sociais não são discursos neutros e tendem a marcar certa hierarquia no discurso, indicando as autoridades e indivíduos ou, no nosso caso, populações inteiras, subjugados (mesmo que em nível de desejo, vontade não concretizada). Compreender os limites dessas representações permite também compreender aspectos das lutas econômicas e os mecanismos de imposição (ou tentativas de imposição) das concepções do mundo social, dos valores e dos domínios daquele que discursa. Para Chartier (1990), as representações sociais são determinadas pelos seus contextos históricos próprios, e não apenas pelas condições intelectuais e psicológicas dos autores dos textos.

Para compreender a forma com que os autores portugueses percebem e descrevem o mundo, cabe tomar as palavras de Le Breton (2009) que identifica uma hegemonia da visão e da audição na cultura ocidental, fato que tem raízes muito antigas e que se mostram úteis também ao período do século XVI. Nas tradições judaicas-cristãs, a audição tem marca muito forte, pois repetir, falar e ouvir palavras dos livros sagrados seria uma das formas mais eficiente de se manter e espalhar o universo divino. Da mesma forma, o escutar esteve sempre presente nas formas de aprendizagem, escuta-se o que os mestres

têm a ensinar. A visão também tem muita força no universo judaico-cristão⁴¹, no sentido de que, desde a antiguidade, abrir os olhos seria sinônimo de nascer para o mundo. Ver determinados fatos é considerado prova real de sua veracidade e existência.

Além disso, ao pensar as formas com que os autores dos Tratados concebiam suas relações com a natureza, cabe utilizar os apontamentos de Ponting (1995), nos quais afirma que até o século XVII, mesmo com algumas exceções, o pensamento europeu geral sobre a natureza era definido pelas lentes da Igreja Católica: o 'homem' era visto como um filho especial de Deus e todo o restante da criação divina estaria a disposição e ao bel prazer dos homens. Importante relatar também que, assim como para os cristãos, para os quais a religiosidade acabava ditando diversos aspectos de suas vidas, inclusive a forma com que se relacionavam com o meio, o mesmo ocorria para as populações africanas, nas quais é impossível dividir compreensões em diferentes categorias, pois tudo faz parte da relação religiosa, sobrepondo-se conhecimentos e crenças, seja sobre meio ambiente, seja sobre questões sociais ou políticas.

De forma semelhante, Keith Thomas (1988) indica conceitos semelhantes para compreender a natureza. Segundo o autor, esta era vista de forma utilitária, ou seja: animais, vegetais e, inclusive, minerais eram considerados como destinados a servir toda e qualquer empreitada humana. Nesta visão, até mesmo os animais selvagens, que não poderiam servir aos homens de forma prática ou direta, eram explicados através da crença como ensinamentos ou ira divina.

De modo similar, o forte antropocentrismo europeu também se refletiu no processo de desumanização das populações não-europeias, animalizando-as e reduzindo-as a elementos exploráveis e utilitários, advindos de uma "dádiva divina" e, com isso, resolvendo eventuais conflitos de consciência. Thomas (1988) afirma que, além das populações não europeias, bebês, as mulheres, pobres e doentes mentais passavam por esse processo de "bestialização", justificando-se, desta forma maus-tratos e a exploração compulsiva para com estes grupos.

Gilberto Mazzoneli (1992) afirma que no início dos contatos, há uma separação entre dois tipos de percepção do outro, facilmente detectada nos registros de Colombo. Uma modalidade concebia populações que necessitavam de tudo, como se esperasse os Europeus para salvá-la e encaminhá-la; e, uma outra modalidade na qual as populações

⁴¹ A importância da visão para compreensão da realidade é até a contemporaneidade percebida nos jargões de saber popular como "ver para crer" ou "só acredito vendo". Sem ter a visão comprovando um determinado fator, desacredita-se daquilo que é dito, inclusive dentro do sistema judiciário testemunhas oculares tem muito crédito nos seus relatos.

estavam submetidas a costumes aberrantes e pervertidos, opondo-se ferozmente à cultura e à “salvação” europeia-cristã. Neste contato inicial os africanos (negros) são comumente percebidos como incapazes e a única forma de “salvá-los” seria inseri-los na cultura europeia com papel de subordinados (escravização). A salvação também está grandemente relacionada com a própria religião católica, como é o exemplo trazido por Lemos Coelho ao falar sobre a região do rio de Cacheu e característica dos cazangas: “O gentio todos são bárbaros, sem religião nenhuma, capazes para receberem a fé catholica. (COELHO, 1990, p. 154).

No pensamento europeu, conforme Glacken (1967), o interesse pela natureza e a paisagem é um denominador comum, maravilhar-se com as paisagens campestres trazia à tona um sentimento de pertencimento à natureza, ideia comum e desenvolvida pelos filósofos gregos e romanos, que de certa forma perdurou durante o período da Idade média e foi retomado no séc. XVIII. Tal apreciação da natureza teriam duas origens, a primeira no passado mediterrâneo e a segunda no período a expansão marinha, mas de qualquer forma, a aceitação dessas ideias foi gradual, iniciando com escritores e pensadores mais sensíveis a este aspecto. Do ponto de vista ocidental, ser “civilização” significava a conquista da natureza, crença também derivada dos pensadores gregos e reforçada e combinada nas doutrinas judaico-cristãs pelos escolásticos medievais. Além disso, de acordo com Glacken (1967), em determinadas situações, os humanos eram considerados como pertencentes à natureza pois, conjugado com a ideia de superioridade, também havia a observação e a admiração da beleza e complexidade do entorno da “criação divina”.

A concepção do ambiente à disposição e a capacidade humana em transformá-lo, conforme Glacken (1967), foi reforçada com o acesso as novas terras no período de expansão ultramarina: nesses locais essas mudanças em curto espaço de tempo eram percebidas de forma ainda mais visível. A utilização de queimadas e corte de árvores e também drenagem de lagos ou pântanos nessas terras “virgens” e intactas desde o tempo da “criação divina”, fortaleciam as ideias de poder e superioridade do homem frente a natureza e seu ambiente. Além disso, essas novas terras eram exemplares perfeitos para recriar ambientes e fazer experimentações das teorias em pauta.

Fernanda Carrilho (2013) afirma que o contato dos Europeus com os outros povos acabou por causar o crescimento da consciência da diversidade cultural e o desejo, e normalmente necessidade, de mimetizar a realidade alheia e descrever o “outro” como um ser diferente, mesmo que social e semelhante. Assim, conforme Von Mentz (2012), na cosmovisão ocidental do período dos séculos XIV ao XVIII, essa consciência gerou o

costume de incorporar aspectos culturais de outras origens. Esta incorporação se dá a partir dos valores próprios ocidentais, gerando uma pretensa “superioridade” europeia. Em geral, do ponto de vista ocidental, há um contraste entre uma vida “civilizada” (baseada na agricultura, nas classes sociais, na divisão do trabalho, instituições estatais, evolução urbana, formas de vestimenta, etc.) com aos demais povos “não civilizados”, que não possuíam as mesmas características e eram frequentemente denominados como selvagens, bárbaros, ou simplesmente “os outros”.

Glacken (1967) sugere que, se certo indivíduo (ou grupo) nada sabe sobre o ambiente em que está, não conhece suas doenças (e suas curas) ou os ciclos climáticos e as formas de agricultura, não seria o mais óbvio aprender com as populações que já habitavam essa localidade? Este processo foi uma realidade necessária para os intentos portugueses em África. Assim, de forma geral, portugueses e europeus reproduziam sistemas agrícolas tradicionais das regiões longínquas, não excluindo simplesmente as formas de plantio e cultivo endógenas, as quais foram desenvolvidas a partir da observação das condições do local. Este processo evidencia as apropriações e compartilhamento de conhecimentos e práticas das populações endógenas. Apesar disto, Ponting (1995) afirma que os Europeus marcaram fortemente os ecossistemas com os quais tiveram contato. Ao introduzir novas espécies acabaram indiretamente exterminando e/ou reduzindo significativamente espécies locais, sejam elas animais ou vegetais.

Neste sentido, dentro da mentalidade europeia, cultivar alimentos e lidar com os climas locais africanos, só será possível depois de certo tempo de observação e experimentação no local, processo que depende em grande parte do auxílio de seus moradores originários. Experimentações, muitas vezes malsucedidas encaminham as formas de lidar com o entorno, além de definir quais investimentos comerciais serão prioridade.

Conforme Joachim Radkau (2008), por mais que nos primeiros anos de contato e intentos coloniais os europeus não tenha gerado impactos ambientais tão grandes, a longo prazo enfraqueceram as tradições culturais locais com a natureza, deixando as repercussões no ambiente cada vez mais evidentes e enfraquecendo as possibilidades de cultivo e sobrevivência. Na África, o colonialismo teve efeitos bastante rápidos e consequências humanas desastrosas no que diz respeito ao desequilíbrio do ambiente e a dispersão de doenças. Um exemplo é a mosca tsé-tsé, que com as mudanças de relação com a natureza aceleraram o crescimento populacional as espécies e aumentaram sua distribuição espacial, ocupando novas e maiores áreas.

3.2 Processos de “crioulização” singular

A partir da discussão acima fica claro que, não apenas no aspecto econômico, o entorno encaminha também aspectos culturais, alimentares, religiosos, políticos e sociais. Como já vimos anteriormente, a região de Guiné do Cabo Verde é marcada pela grande diversidade de populações e suas inter-relações fluidas. Enquanto percebemos os seres humanos como componente participantes, agentes e sujeitos, dessa natureza e podemos afirmar que também fazem parte do entorno natural. Assim, a forma com que as populações africanas se inter-relacionam, e posteriormente irão se relacionar com os europeus, faz parte de suas relações com o próprio entorno natural.

Para pensar a complexidade das relações sociais ocorridas nas regiões da costa de Guiné do Cabo Verde cabe trazer o conceito de crioulização discutido por Wilson Trajano Filho (2003). O termo, inicialmente associado com a linguística, indica a criação de novas formas de pensar e agir no mundo através da mistura intensa de características das línguas e culturas de diferentes populações. O “processo de crioulização”, conforme o autor seria resultado da emergência de uma língua crioula, originária de um pidgin⁴². É originalmente um fenômeno sociolinguístico, associado à região de Guiné de Cabo Verde⁴³ principalmente pelos contatos comerciais entre as populações africanas e, posteriormente, europeia. Esse contato gera compromissos entre os grupos, os quais possuíam não apenas a fala, mas também características econômicas, sociais e políticas diferentes.

De acordo com Couto (2003), as línguas seriam produtos históricos das relações estabelecidas entre indivíduos pertencentes de uma mesma comunidade ou população. Assim, as mudanças linguísticas estão associadas invariavelmente a processos de mudanças culturais, as quais são geradas por:

⁴² Pidgin, conforme Trajano Filho (2003) é definido como uma língua auxiliar, utilizada em momento de contato de pessoas que falam línguas diferentes e ininteligíveis. Há vários exemplos de pidgins na história da expansão marítima europeia nos mais diversos pontos do mundo. O pidgin tem estrutura gramatical simples, muita variabilidade, pouca redundância e não é língua nativa de nenhum dos usuários. Era essencial para a comunicação em situações que não haviam língua em comum entre os indivíduos e se origina a partir da mistura de elemento das línguas nativas naqueles espaços.

⁴³ É necessário ressaltar que, de acordo com Couto (2003), o crioulo desenvolvido na costa oeste africana não é o mesmo que se desenvolveu nas Ilhas do arquipélago de Cabo Verde, entretanto, possivelmente, os dois tiveram um desenvolvimento paralelo, com algumas trocas e influências muito semelhantes no seu processo de formação. Mark (2002) afirma que, no final do século XVI, a Ilha de Santiago, na qual a população era majoritariamente de origem africana, constituía uma Sociedade Crioula.

(...) um intrincado fluxo de valores, práticas, saberes, crenças e símbolos que dá a luz a uma entidade social terceira: uma unidade internamente heterogênea que emerge do compromisso social e linguístico alcançado pelas sociedades que participaram do encontro original. (TRAJANO FILHO, 2003, p. 3)

Nesses contextos os grupos sociais apropriam e remodelam diversos elementos culturais que transitam nesses espaços de troca, criando, através da transmutação de elementos, novas e inéditas formas culturais e sociais. Conforme Peter Mark (2002) a identidade de um grupo é produto do processo cultural de interação e assimilação, que pode ser percebido através do conceito de mestiçagem cultural, no qual duas ou mais culturas interagem de forma contínua e dinâmica criando uma nova constelação de elementos culturais muito distintos de suas matrizes originárias.

Para Trajano Filho (2003) o caso da região de Guiné do Cabo Verde ultrapassa seu estatuto de ser sociedade híbrida com fronteiras porosas e/ou mestiça entre africanos e portugueses, pois a região incorporou gentes, valores e práticas de múltiplas vertentes africanas, portuguesas e europeias. A região, desde o século XI, conforme o autor, passará por um processo inicial de criouliização, misturando populações africanas de diferentes origens e características sociais, gerado pelos deslocamentos populacionais, que incluem a emergência e o colapso de grandes estruturas estatais do Sudão Ocidental, o qual reorganizou as redes comerciais de longa distância que conectavam as zonas do litoral, das florestas e da área de savanas. Também tiveram efeito de mudanças o processo de expansão do império do Mali e, inclusive, a queda da dinastia dos ferreiros Dya'ogo e a ascensão da dinastia islamizada na região mediana de Senegal. Além disso, há diversos processos relacionados com a cultura política da região, que tinha padrões bastante generalizados entre as populações da região, os quais constantemente se deslocavam buscando novos territórios inexplorados e desocupados para fundar novas comunidades.

As condições e as modificações climáticas também terão papel ativo nos deslocamentos populacionais. Trajano Filho (2003) afirma que região antes do século XII, tinha condições climáticas grandemente diferentes do período posterior (séculos XII – XVI) com grande abundância de chuvas e amplas áreas adequadas para a agricultura, empurrando o limite do Sahel para o Norte, ambiente em que os povos pastoris viviam. Com a diminuição das chuvas, os pastoralistas do Sahel irão se deslocar cada vez mais ao sul, enquanto as populações agrícolas se aproximam mais da área da costa atlântica, buscando terrenos mais férteis e aumentando o processo de desflorestamento. Além disso, as populações mande, produtoras de ferro, se deslocaram para as áreas de savana densa do

Futa-Jalon, trazendo consigo os parceiros comerciais que necessitavam do ferro para suas armaduras e armas e que normalmente tratava-se de populações que utilizavam cavalos. Essas mudanças afetam não só os locais de produção de alimentos e outros produtos, como também as redes de comércio que dependiam das áreas produtivas.

As diversas unidades políticas que interagiam na Região de Guiné do Cano Verde, compartilhavam semelhanças profundas nos seus aspectos culturais e sociais, pois estavam em constante contato, necessitavam se adaptar aos mesmos processos climáticos, sofreriam ainda as mesmas pressões sociais do contato com os guerreiros cavaleiros que vinham do Sudão, além de ter provável convivência no Kaabu e Bajar, anterior à conquista mandinga no século XIII. Assim, muitas das características compartilhadas pelas populações africanas que conviviam na região estavam relacionadas ao fato de que “as relações de parentesco fornecem o idioma e os parâmetros para se conceber as relações sociais tanto no plano das interações interpessoais quanto no das relações entre grupos e sociedades” (TRAJANO FILHO, 2003, p. 13).

Como resultado desses processos, criou-se um modo institucional para manejar as dificuldades e as ameaças resultantes dos contatos de diferentes grupos populacionais, o qual era regido por um padrão de reciprocidade. Trajano Filho (2003) indica que essa noção de reciprocidade permitia um relacionamento pacífico e regular entre membros de diferentes origens culturais e políticas. Era dada através da aceitação e colocação de indivíduos estrangeiros dentro do seio da sociedade local, considerando-o um hóspede: normalmente estes indivíduos demonstravam interesse em trocas comerciais. Ao mesmo tempo em que os dignitários locais assumiam a responsabilidade de proteger os estrangeiros que passavam ou viviam em seus domínios, estes estrangeiros tinham obrigações, normas e deviam respeito aos governantes locais. Essas relações diversas, tanto criadas pelas trocas comerciais e culturais com os estrangeiros, quanto pelos processos históricos semelhantes e de contato entre as populações da Região de Guiné do Cabo Verde geraram padrões políticos e culturais semelhantes.

O grande amálgama cultural das populações africanas da região tinham alguns traços comuns, como alguns exemplos de Trajano Filho (2003): o sacrifício de servos e mulheres nos funerais de governantes; as formas de sucessão rotativa (que impediam o acúmulo de poder em um único grupo de parentesco); os elaborados conjuntos cerimoniais que regulavam o comportamento dos governantes e as formas de aproximação das pessoas à eles, além de sua natureza sagrada; o uso de determinadas ferramentas de ferro e alguns instrumentos musicais; entre outros. Além disso, os contatos comerciais e relacionados às

migrações acabaram por tornar os matrimônios e adoção de crianças de outros grupos, além de outros procedimentos simbólicos, práticas comuns na obtenção de alianças, fossem no aspecto comercial ou político.

Devido à grande circulação de indivíduos pelas amplas redes comerciais, as unidades políticas tradicionais da região comumente conviviam com mercadores islamizados, que além de sua ação comercial também podiam instruir e doutrinar sua religião. Apesar da presença crescente do islamismo, Trajano Filho (2003) afirma que a grande maioria dessas populações ainda se centravam nos seus cultos a ancestrais e às forças da natureza. Essas trocas demonstram que as relações de reciprocidade permitiam não apenas trocas comerciais, como uma variedade bastante grande, e de forma não-excludente, de características culturais e religiosas dos indivíduos que circulavam pela região.

Assim, a região denominada Guiné do Cabo Verde foi palco de processos combinados de pequenas levadas migratórias pacíficas, com grandes movimentos de conquista, gerando comunidades políticas diversas, através de empréstimos e trocas de características através de suas fronteiras permeáveis. Ao chegar à região, os portugueses encontraram essa grande diversidade cultural. Sua introdução no ambiente iniciará, conforme Trajano Filho (2003), um segundo processo de criouliização. Indivíduos como os lançados e tangomaos, normalmente com origem cultural portuguesa ou cabo-verdiana, passaram a conviver com as populações africanas, motivados pelo comércio, da mesma forma com que agentes comerciais africanos. Mark (2002) defende que a partir do momento que portugueses e descendentes de portugueses e cabo-verdianos se instalaram nas diversas regiões costeiras de Guiné do Cabo Verde, ajudaram a desenvolver uma cultura que será em si mesma uma síntese de elementos africanos e europeus. O duplo processo de criouliização na região proporcionou o desenvolvimento de uma nova língua e cultura singular e própria de Guiné do Cabo Verde, resultado das múltiplas inter-relações africanas e portuguesas

Independentemente de sua origem portuguesa ou africana, os estrangeiros recebiam alimentação, abrigo e alguns direitos e preferências comerciais. Caso permanecesse por períodos longos na região, essas alianças de hospitalidade tornavam-se mais complexas, no qual os estrangeiros recebiam o privilégio de se casar com uma mulher local, normalmente de origem do próprio grupo de parentesco do dignitário local. Assim, as relações entre os estrangeiros e a sociedade em que estavam hospedados, ganhavam um teor mais profundo do que meramente comercial, pois estavam ligados aos chefes locais por laços de afinidade

e parentesco. Através dessas mulheres, aprendiam aspectos culturais, políticos e sociais, além do aprofundamento da língua nativa.

Além disso, a comum prática de casamentos entre luso-africanos, cabo-verdianos e portugueses com mulheres africanas, de acordo com Mark (2002), irá desenvolver percepções sobre a realidade nem sempre de forma dual: não se separava as identidades apenas entre o “nós” e os “outros”, pois o “nós” possui diferentes graus de mestiçagem cultural e biológica, enquanto os “outros” eram muitos e com muitas características não universais. Essa grande diversidade e também a fluidez das identidades só foram possíveis pelas características culturais africanas de incorporação dos estrangeiros vistas como favoráveis para o desenvolvimento comercial e prosperidade locais. Essas formas de relacionamento, conforme Trajano Filho (2003) são a base fundadora da grande maioria das unidades políticas existente em Guiné do Cabo Verde entre os séculos XV e XVII, e que possibilitaram o processo de criouliização e as facilidades comerciais com as quais os portugueses se adequaram.

Entretanto, com a introdução dos portugueses nesse processo no final do século XV, modificam-se, muitas vezes de forma ambígua ou violenta, as relações de reciprocidade. Como as características portuguesas possuíam uma vertente civilizatória bastante diferente aos dos povos africanos, há o surgimento de uma nova sociedade crioula bastante diferente da antecedente exclusivamente africana:

A sociedade crioula nasceu então do encontro histórico entre membros das sociedades tradicionais da costa africana com os lançados e tangomaos de origem portuguesa e cabo-verdiana. O espaço social em que surgiu e se reproduziu foi o das fortificações, feitorias, e praças construídas nas margens dos rios da Guiné. (TRAJANO FILHO, 2003, p. 17)

Essa sociedade crioula nasceu e se desenvolveu a partir de seu papel de intermediários comerciais, sem se envolver diretamente com atividades produtivas. Entre os séculos XVII e XIX, conforme Trajano Filho (2003), possuíam poucos membros, em sua maioria comerciantes europeus, indivíduos da guarnição militar e administração da Coroa Portuguesa, além de alguns indivíduos como os grumetes, mestiços educados e mais ou menos cristianizados, que viviam nas praças e aglomerados africanos e serviam de auxiliares aos comerciantes europeus. O compromisso social e cultural entre as vertentes europeias e africanas formou a sociedade crioula: seus membros falam crioulo e suas características culturais e sociais tornar-se uma mistura das características religiosas,

valores e relações familiares que oscilam entre o mundo europeus e o africano. Até meados do Século XIX, a região não esteve no centro do interesse da Coroa Portuguesa, portanto não teve grandes investimentos reais nos seus desejos coloniais. O surgimento da sociedade crioula só foi possível pelo relativo equilíbrio das vertentes portuguesas e africanas, as quais não eram excludentes enquanto as trocas comerciais eram favoráveis dentro da própria sistemática africana.

O processo de criouliização, seja no âmbito linguístico ou cultural, ainda estava nos seus primórdios no período em que Almada, Donelha e inclusive Lemos Coelho circulavam na região. Além disso, nenhum dos autores estava inserido completamente nestes ambientes, pois tinha origem cabo-verdiana e/ou ibérica. Mesmo que os autores dos relatos talvez não tenham participado do processo de criouliização da região de Guiné do Cabo Verde, seus contatos comerciais, lançados ou tangomaos, certamente sim. As identidades fluidas desses contatos, pertencentes ao processo de criouliização, apropriavam-se e transpassavam diversos conhecimentos africanos, os quais eram transmitidos aos autores dos Tratados. Podemos perceber essas transferências pelo uso de termos africanos diversos, como por exemplo: “Os que vão a Cantor tomam aqui dous negros por lingoa e intérprete, que lá chama chalona, por prêmio aos quais chamamos pilotos. Estes tratam toda a verdade pelo que lhes vai e emporta, porque, acontecendo algum desastre, os outros mandingas os podem cativar. (...)” (DONELHA, 1977, p. 138). De acordo com Hair (1977), o termo *chalona* pode ter origem felupe, balanta ou bijagó e tem substantivo semelhante nos crioulos contemporâneos.

Conforme Hair (1977), o crioulo, por fim, será uma língua baseada tanto no português quanto em diversas línguas africanas tradicionais da costa da Guiné do Cabo Verde. Entretanto não é possível saber o nível do desenvolvimento da língua crioula, nem seu vocabulário, na época de Donelha e Almada. Entretanto, muitos dos termos usados na descrição da flora feita por Donelha, são conhecidos hoje em dia nas variedades do crioulo da Guiné⁴⁴. Será com Lemos Coelho que teremos, de acordo com Couto (2003), o primeiro registro da palavra “crioulo” quando designa a língua usada na região, ao falar sobre o

⁴⁴ Hair (1977) buscou termos equivalente em diversas fontes históricas, incluindo Almada e Coelho, e também nos registros do crioulo conhecido e nas línguas modernas de Serra Leoa, especialmente de origem Temné. O autor afirma que não é possível saber a origem exata das palavras, fossem temné ou crioulas, pois o crioulo primitivo, que era comum na época de Donelha e Almada é pouco conhecido, assim como pouquíssimo se sabe das línguas africanas do qual o crioulo se utilizou extensamente.

suposto único elemento religioso dos negros, denominado *chinas*⁴⁵, palavra que Lemos Coelho avisa ter origem do crioulo de Cacheo.

Portanto, as identidades luso-africanas ou crioulas que se desenvolveram na região no decorrer dos séculos XV e XVI tem como modelo a flexibilidade e maleabilidade originalmente africana da região e serão baseadas em fatores socioeconômicos e culturais envoltos de sua funcionalidade comercial e as suas relações com o entorno natural.

3.3 As plantas nos aspectos culturais africanos

As diversas inter-relações entre as populações africanas, luso-africanas e europeias geravam, o compartilhamento de diversas características culturais. Grande parte das características culturais perpassam e são construídas a partir da disponibilidade dos recursos naturais, das condições geográficas e climáticas do entorno. Dentre os recursos naturais, encontram-se as plantas, que estão presentes em diversas características, desde alimentares até religiosas, as quais perpassam as fronteiras fluidas entre os autores dos tratados e seus contatos africanos ou crioulos.

Como já vimos, é comum o estranhamento dos portugueses e dos autores frente a algumas práticas. Este estranhamento está associado, principalmente, as diferenças exorbitantes entre as condições naturais do ambiente europeu e do ambiente de Guiné do Cabo Verde. Alencastro (2000) afirma que grande parte das narrativas relacionada ao continente negro, tendia a estranhar e desgostar da fauna, da flora e do clima rigoroso da região, ampliando “o caráter desantropomórfico e desnaturante das perversões atribuídas às sociedades” africanas (ALENCASTRO, 2000, p. 53).

De acordo com Barreto (2008) não apenas a língua, mas também as ideias e os ideais, a religiosidade e a alimentação, as formas de se vestir e de sociabilidade aproximam e distanciam os estranhamentos e as identificações entre portugueses e africanos. Mas a longo prazo estas características tornar-se-ão fluidas, sendo apropriadas, associadas e mescladas às práticas de indivíduos de diferentes origens identitárias. Os processos de criouliização e as relações contínuas e duradouras entre africanos e portuguesas diminuiram

⁴⁵De acordo com António Carreira (1961) *chinas*, ou *irãs*, são entidades sobrenaturais de indivíduos, famílias ou populações inteiras. As entidades coletivas podiam ser árvores, estacas de madeira, desenhos geométricos, pedras ou qualquer representação material, podendo ter diversas formas. Em sua grande maioria, representam antepassados míticos, portanto sua principal função é de proteção. Utilizados em diversas cerimoniais religiosas, políticas, sociais e, inclusive, judiciárias.

o impacto do “exótico” e do “incrível”, entretanto, ao descrever os ambientes para leitores externos, essas características reassumem sua função de curiosidade.

Trataremos de alguns dos aspectos culturais em que as plantas assumem papel de importância, como a alimentação, a vestimenta, as guerras (suas estratégias e armas), rituais judiciais e religiosos. Muitas vezes, as plantas são utilizadas em elementos que causam mais um estranhamento aos europeus frente às culturas africanas, do que elementos que poderiam essencialmente diferenciar uma população africana da outra.

Conforme Horta (2013) as formas de vestimenta e o uso de determinadas armas para a guerra (além de questões de religiosidade e justiça) são referências fortes, nos autores dos tratados, para a discriminação entre as diferentes origens das populações africanas. Estas características eram relevantes pois evocavam uma aparência exterior do corpo, que sobrepõe a importância da cor da pele ou de outros traços fenotípicos. Principalmente aspectos do vestuário são sempre aparentes nas descrições de Almada, Donelha e Coelho, entretanto há mais indícios de semelhanças do que dissemelhanças ao comparar diferentes populações, seus “trajos” e sua “guerra”.

As diferenciações entre as populações africanas da região se dão principalmente, conforme Horta (2013), por duas categorias religiosas, uma que está associada ao islamismo (mouros, seguidores da lei ou seita de “mafoma” ou “mafometanos”) e a segunda com práticas religiosas tradicionais (“gentios” ou “idólatras”). Entretanto, quando os autores descrevem diferenças entre as populações ou “nações” islamizadas (ou entre os gentios) as caracterizações do uso de armas e vestimentas e inclusive alimentares, era pouco definida, tornando-as semelhantes. Assim, o que mais importava na descrição dos Tratados eram as diferenças entre estas populações e os portugueses e as diferentes formas com que estas se relacionavam com os portugueses, enfocando, prioritariamente, acordos comerciais.

3.3.1 As plantas no uso cotidiano

De acordo com Ponting (1995) os Europeus marcaram fortemente os ecossistemas com os quais tiveram contato. Ao introduzir novas espécies acabaram indiretamente exterminando e/ou reduzindo significativamente espécies locais, sejam elas animais ou vegetais. Entretanto, os europeus herdaram e adaptaram sistemas agrícolas tradicionais dessas regiões longínquas. Assim, não excluíram essas formas de plantio, desenvolvidas

por muito tempo de acordo com as condições do local, abraçando e se apropriando desses conhecimentos endógenos das produções de alimentos e produtos naturais.

Na logística de Portugal, ao menos nos primeiros tempos de intuito colonizador, a logística alimentar se dava muito por saque nas beiras dos rios. Mas também, havia os alimentos trazidos junto nas embarcações, em que predominavam leguminosas e cereais (principalmente trigo e centeio), complementadas por vinhos azeites e a pesca a bordo, que, conforme N. P. S. Ferreira (2008), se assemelhavam muito às práticas alimentares de Portugal. Assim, mesclavam-se práticas alimentares tanto africanas quanto portuguesas nas embarcações, mas também no arquipélago de Cabo Verde e nos ambientes de ampla troca comercial do continente africano.

De acordo com Hair (1977) as descrições da flora e da fauna realizadas por Donelha teriam sido baseadas na sua experiência pessoal. De forma semelhante, podemos afirmar que Almada e Coelho também falam a partir de suas experiências ao descrever plantas, pois tentam exemplificar não apenas o formato, produção e seus usos, mas também seus sabores e sensorialidade. Muitas destas plantas estão associadas, como vimos anteriormente, com as redes de comércio, mas elas ultrapassam seu significado puramente econômico.

De acordo com Elin Souza D'Avila de Oliveira (2012), o continente africano tornara-se, a partir do século XV, fornecedor de grande variedade de espécies para outras regiões do planeta, juntamente com o tráfico de escravos, houve o intercâmbio de animais, plantas e também doenças. Além disso, também receberá espécies, principalmente de origem americana que, conforme Carney e Marín (2003), foram amplamente difundidas no continente africano:

Amendoim, favas, milhos e raízes como a mandioca medraram em solo africano, constituindo base econômica e alimentar em muitas regiões africanas. Algumas plantas americanas substituíram, inclusive, similares nativas, o que não teve impacto apenas na agricultura e na cultura alimentar, mas também na paisagem e no ambiente hospedeiro. (CORREA, 2012, p. 209)

As diferentes práticas alimentares de origem africana chamavam muita atenção dos autores dos relatos. Um desses exemplos é na descrição dos Jalofos, que além de alta qualidade como guerreiros e cavaleiros possuíam a estranha “mania” de nunca beber água pura, sempre a misturando com leite azedo e farinhas:

São grandes homens de cavalo, bons cavalgadores, boa gente de guerra; e são os que usam a milícia bem disciplinada, nela costumados a sofrerem trabalhos; com muito pouco mantimento se sustentam; bebem muita pouca água, porque há muitos negros deste sertão que em muitos dias a não bebem; e quando a bebem não há de ser água pura, senão por muita necessidade; bebem-a misturada com leite azedo de vacas, amassado o leite de maneira que fique ralo como a mesma água; e desta maneira a bebem, ou deitando nela farinha de um milho, a que chamam maçaroca, mantimento de mais substância que quantos há em Guiné. É tão bom quase como o trigo. (ALMADA, 1967, p. 12)

Neste trecho, percebemos também o quanto o ambiente determina alguns aspectos culturais das populações, o exemplo da água é claramente associado com a vida destes Jalofos nas áreas de Savana baixa e do Sahel, no qual há pouca disponibilidade de água e a grande maioria se utiliza de animais de pastoreio e os produtos deles gerados, como o caso do leite. Muitas vezes, os hábitos alimentares locais eram vistos de forma bastante preconceituosa, como é o caso da descrição que Almada faz da alimentação dos Jalofos:

Comem a carne mal assada, de maneira que esteja correndo o sangue (...) E os que não tem comércio conosco comem sujamente, porque muitas vezes cozem aves chamuscadas, com as tripas e pés, sem depenarem, e os miúdos das rezes com a bosta (...). (ALMADA, 1967, p. 26)

Alguns Reis há que tem escravas boas cozinheiras, que cozinham e fazem muito bem de comer; mas pela maior parte comem os negros sujamente, e folgam de comer o pescado o mais dele depois de podre e a carne com bichos. E assim a cozem e comem com os mesmos bichos. (ALMADA, 1967, p. 27)

Além deste preconceito, muitos dos alimentos que eram consumidos na Guiné do Cabo Verde também o eram nas embarcações portuguesas e no arquipélago. Muitas plantas utilizadas como alimentos e “mantimentos” são citadas nos tratados, e é mais comum serem mencionadas como produtos de qualidade, entre eles o arroz, cola, milho maçaroca, o milho branco, gergelim, frutos silvestres, cana fistula, tambarindo, vinhos de palmeiras e de milho, cuscuz, inhames, mantebilhas, malagueta, azeite de palma, legumes e outros. A variedade de plantas é considerada uma riqueza para Guiné do Cabo Verde:

Esta terra dos Beafares, da outra banda do Rio [Grande], da banda do Sul e Leste, pelo sertão dela, parte com os Naluns; há frutas que os negros comem e se mantêm delas, que são mompatazes e ameixas, que se querem parecer com as nossas, mas diferentes no sabor; há muita farroba, e cabaças que dão as farinhas brancas e um fruto a que chama manípulos, que são amarelos, e do tamanho de ameixas e maiores; cheiram bem, (...);

há uvas bravas, e têm os bagos quase como as nossas; (...) (ALMADA, 1967, p. 108 e 109)

Donelha ao descrever Serra Leoa também glorifica a quantidade e qualidade dos mantimentos e frutos que lá tem e dão:

Há muita cana d'açucar da natureza, muitas laranjeiras, cidreiras, limoeiros, limeiras, todas muito milhores e faz muita ventagem à esta Ilha, com serem tão boas como as d'Espanha. Há uvas pretas e brancas, folhas e bacelos da mesma maneira das nossas, mas as uvas travam pelas não colherem bem maduras por causa dos bugios, tudo criado da natureza. (DONELHA, 1977, p.86)

Nos tratados percebemos ampla valorização de frutos, sejam cítricos e já conhecidos pelos europeus, sejam frutos da própria região. Hair (1977) aponta que os citrinos são citados em diversas fontes do período, tendo sua primeira referência em Serra Leoa no ano de 1582 por viajantes ingleses. Conforme o autor, provavelmente estes frutos teriam sido trazidos pelos portugueses para a região, entretanto não há como comprovar tal teoria. Donelha e Almada também fazem referência a uvas, que conforme Hair, tratava-se provavelmente de *Leea guineenses* G. Don, de *Cissus* e spp. e *Ampelocissu* spp. “Há fruta chamada malila, é como uva branca e doce, é boa fruta e gostosa” (DONELHA, 1977, p. 86)

Os três autores comentam de uma fruta chamada *chaveo*: (...) há nestas Ilhas [dos Bijagós] (...) uns coquinhos pequenos, que dão as palmeiras, que se chamam naquelas partes chávêus, que têm dentro mantimento do tamanho de uma avelã. (ALMADA, 1964, p. 90).

Tem esta fruta, que será como amexas, um caroço por dentro como avelã, mas mui duro; quebrado, tem dentro um meolo, como d'avelã, mas mais duro, que se chama chabeo, o gosto de coco avelado bem maduro. É mantimento de muita dura, que aos negros faz muita conta. Fazem deste meolo, os que querem, azeite, que é branco, pera mezinhas, e nele deitam, na fervura, ervas cheirosas pera se ungirem. (DONELHA, 1977, p. 80)

Tem esta ilha de Ponta [arquipélago dos Bijagós] muito bom porto e aprazível, e a terra he muito alegre, e da outra banda da ilha do Ago há muitas palmeiras que não tolhem os negros cortar ao branco o chabeo, que he fruta de que se faz azeite vermelho, e assim he mais gostoso, e ali se prove quem ali vai para muitos dias. (COELHO, 1990, p. 181)

De acordo com Hair (1977) os *chaveos* seriam o fruto da palmeira *Elaeis guineensis* Jacq. era utilizado para a produção de óleos, como alimento em alguns locais e também utilizado para untar cabelos, corpos e usado como medicamento. Deste mesmo fruto eram produzidos vinhos e, provavelmente a grande maioria em que Almada, Donelha e Coelho se referem aos vinhos locais, especificando ser de palma ou não, eram feitos deste fruto. As palmas, inclusive de outras espécies, eram empregadas de diferentes formas entre os africanos. Troncos e folhas eram utilizadas tanto na construção de moradias e embarcações, como também de vestimentas e recipientes, e seus frutos geravam ainda vinho, óleos e alimentos, como é o caso dos *sibes*, referenciados apenas por Donelha. Segundo o autor, o fruto, parecido com coco, daria em cachos e seu consumo foi detalhamento descrito:

Há umas árvores que também podemos chamar de palmeiras, que se chamam sibes. (...) O fruto dá me cachos, como cocos, mas cada cacho tem mais quantidade; há cacho de cento e de muito mais. O fruto, tamanho de coco case, é verde na árvore, depois de maduro se faz um pouco amarelo; tem cheiro. Colhe-se, e postos awssim com a casca no fogo, depois de assados se come a mesma casca, que é tão bom case como a casca de coco, em Guiné, que nesta ilha são piquenos. O que se come dessa casca é um modo d'azeite, mas depois da casca bem mastigada a deitam fora, e não se engole senão o azeite que deita; mas se se espreme a casca para que deite azeite, não deita nenhum, ficam as mãos untadas. Depois que comem esta casca, se descobre dous e três caroços mui rijos, como o casco de coco, mas não tamanhos, podem ser como o punho cerrado. E se sameia em leiras grandes, e nagem, e tanto que são de mais de palmo se colhem e se cozem e assam. É bom mantimento, de muita sostância pera os negros, e os chamamos palmitos. Cousa é pera notar que depois desta fruite sibe ser assada pera se comer a casca, se sameia o caroço e se tira de dentro do miolo muito alvo, como o meolo de coco, mas não tão grosso, pode ser da grossura da casca de laranja. Este meolo se deita em agua fria e se como pola sesta por regalo; é muito doce, parece que tem ponta de açúcar; é comer de molheres e meninos. A altura destas árvores é a mesma das palmeiras e coqueiros, mas mais direitas e lisas. A madeira é mui rija, serve pera esteios e pilares das casa; duram muito debaixo da terra sem apodrecer, mais que nenhua outra madeira. (DONELHA, 1977, p. 86 e 88)

Os óleos de palma são amplamente referidos nos tratados, participando tanto do consumo local quanto para mantimento comercial, mas, de acordo com Hair (1977), há poucas referências sobre estes serem levados para a Europa antes do século XVIII. Entretanto, há registros de portugueses adquirindo pequenas quantidades do óleo no decorrer do século XVI, provavelmente para consumo próprio ou para os escravos adquiridos na costa. Além disso, não é improvável que pudessem participar como

intermediários no comércio do óleo de palma pela região de Guiné do Cabo verde, como ocorria com a cola, o arroz e os tecidos.

Almada nos fornece citação de diversos outros frutos, como o caso do *sãobirão*, utilizado para a fabricação de vinhos. Já as *tambatungas*, são citadas tanto por Almada quanto por Donelha, entretanto suas descrições são diferentes o que pode indicar que não se tratava da mesma planta: “Tambatunga: a árvore não é grande, será de tamanho de loureiro; a fruta parda como pera parda redonda, não tem bom sabor, mas de estremado cheiro, pelo que as metemos nas caixas pera cheirar” (DONELHA, 1977, p. 82). Por outro lado, Almada a descreve:

E há outra fruta danáfrica que é do tamanho de uma camopesa grande, de cor parda chamada tambacumba; tem mui bom cheiro, mas ruim sabor, porque trava; e dos caroços desta lhes servem de amêndoas, porque os quebram e tiram o miolo de dentro, que é bom; há tambarindo e canafistula boa, mas têm os negros por errônia comerem dela, porque dizem que quem comer dela que lhe morrerá sua mãe; usam das raízes das canafistuleiras para as enfermidades da barriga; há farrobas e umas arvores grandes, as quais dão umas cabaças cheias por dentro de uma farinha muito alva, a qual tem em si ponta de azedo; e os caroços destas cabaças são pretos. (ALMADA, 1964, p. 39 e 40)

Além de indicar as características físicas e o sabor deste frutos e plantas, nos Tratados estes são referenciados grandemente relacionadas as diversas práticas sociais e seus usos medicinais, como é o caso da cana-fistula⁴⁶. Muitas destas plantas, além de seus frutos, são utilizadas de diversas maneiras, como, por exemplo, os Mompatazes, que de acordo com Hair (1977) tratava-se do fruto da espécie *Parinari excelsa* Sab.:

Mompatazes: a árvore é grande, fazem dela bom Taboado pera os navios; a fruta é parda, de tamanho de limão ou de pêsego; a casca de pera ou maça, tem caroço, o sabor de datiles que vêm da Berbéria; fazem desta fruta vinho doce. (DONELHA, 1977, p. 82)

Há poucas frutas, há aprincipal e melhor he huma fruta redondado tamanho de hu limão, chamada mopatás, da cor de hua pera parda, e muito dosse e boa; tem dentro hum carosso grande; faze os negros também desta mesma fruta vinho; há muita farroba e cabasas das q dao aquella farinha branca, das que já tratamos; a bananas que é muito boa fruta. (ALMADA, 1964, p. 84)

E, como mesmo Donelha afirma, há muita diversidade de frutos:

⁴⁶ Não há indicações mais detalhadas sobre a Cana-fistula e nem se conhece sua espécie.

Há tanta diversidades de frutitos, que não têm conto. Os foles parecem como laranjas, mas a casca mais delgada e mai dura, a cor amarela, o âmego azedo doce e bical, as pevides mais grossas que as de laranjas estopentas; come-se de sorvo, como ovos moles. (DONELHA, 1977, p. 82)

O termo foles, de acordo com Hair (1977) identificam duas plantas, *Landolphia heudelotti* A. DC. e *Landolphia owariensis* P. Beauv., que são trepadeiras com frutos ácidos. Também identifica os manganaxos, da *Icacina senegalensis* A. Juss., cujas sementes são comestíveis, e que, conforme Coelho, o mel feito a partir destas árvores são muito saborosos:

Porque he de huma flôr de huma fruta que chamao Manganaxa que cheira muito bem, e assim se faz o dito mél muy saboroso (COELHO, 1990, p. 55)

Manganás são uas arvoreszinhas pequenas como murta, dá os frutitos polas ramas em muita quantidade, tamanha como nozes e maiores algum tanto; tem um caroço como amêndoas, tem meolo de dentro, de que os negros fazem farinha pera comer; é mantimento que dura muito sem se danar. (DONELHA, 1977, p. 84)

Os manganaxos são associados também com aspectos culturais em Almada, no qual o fruto só poderia ser colhido em conjunto:

As terras são de alguns fidalgos, a quem pagam alguns direitos dos mantimentos que hão, como entre nós o dízimo; mas quanto à gente comum, não tem terras nem herdades; é comum a todos; cada um faz suas searas segundo a posse, e no tempo das novidades dos frutos agrestes que dão as árvores, não os podem apanhar senão todos juntos, por mandado do senhor da terra, principalmente um fruto chamado manganaxo, apanhando-o alguma pessoa antes do mandado geral, por tal caso fica escravo e se vende. (ALMADA, 1964, p. 104)

Também são citadas ameixas bravas, que de acordo com Hair (1977), trata-se de *Spondias* spp., podendo ser *Spondias mombin* L, *Spondias dulcis* Sonn. (syn. *Spondias cytherea*) (Cajazeiros) ou *S. purpúrea* L. (seringuela), pois todas são altas árvores que produzem frutos muito semelhante às ameixas. Donelha indica também que os troncos destas plantas eram usados para fazer o “taboado” dos navios.

Para além dos frutos, cabe retomar o arroz, já tratado anteriormente, pois tem importância elementar para a cultura africana, essa importância transparece inclusive com a descrição feita por Almada das formas de seu plantio. Além da importância alimentar e

comercial, plantas como o milho e o arroz eram destacadas por sua inserção em aspectos religiosos, utilizados em rituais e cerimônias. Atualmente, de acordo com Linares (2002) o cultivo do arroz africano sobrevive quase que exclusivamente com suas relações às religiões africanas e determinados ritos em que o arroz é usado. Almada diversa vezes, ao descrever determinados ritos africanos cita o uso da farinha do arroz nos rituais africanos:

Estes Gentios Barbacins não deixam de terem muitos ritos; fazem referência à Lua quando é nova; têm umas arvores grandes, que eles têm por templos, e os caiam com farinha de arroz e sangue dos animais que matam e sacrificam a estas árvores, ou a alguns paus que eles fincam no chão, alevantandos para cima para esse efeito. (ALMADA, 1964, p. 30 e 31)

Outro trecho, ao descrever o Reino de Casamança, associa inclusive o ritual que usa a farinha de arroz para proteger as plantações:

E o seu ídolo, a que eles chamam China, e reverenciam, oferecendo-lhes vinhos da sua surra, que é o da palma, e o de milho, que é como cerveja, mas não tão dura. E embarram a estes paus com papas de farinha de arroz e de milho, e com sangue das vacas e cabras e de outros animais; quando fazem as suas searas põem ao longo delas alguns paus destes fincados no chão, para as guardas, parecendo a estes pobres que tem o pau o poder para isso (ALMADA, 1964, p. 68 e 69)

Além disso, há o uso da farinha de arroz nas cerimônias para a determinação dos dignitários locais, como o exemplo que Almada cita sobre os *solategis*, nome que designa os dignitários dos sapes:

Os solategis, que são fidalgos, quando o Rei os põe nesse título e dignidade que cada um mercê, é nesta forma. Vão ao funcho, que é a sala real donde se julga, na qual os assentam em um assento de pau lavrado, que serve de cadeira. E ali trazem umas fressuras de cabra, com que dá o mesmo Rei pelas queixadas aos solategis, ficando os rostos e pés untados daquele sangue. E deitam em cima dele farinha de arroz, e lhe põe o Rei um barrete vermelho na cabeça. E feitas estas cerimónias fica sendo solategi, que é dignidade como do Conselho del Rei e fidalgo (...) (ALMADA, 1964, p. 122 e 123)

Assim, o arroz é um alimento de extrema importância para as populações de Guiné do Cabo Verde, fazendo parte tanto de suas características alimentares como também de seus ritos religiosos e políticos.

Por mais que os Tratados cite amplamente “milho”, possivelmente não se tratava ainda do milho americano, mas sim planta semelhante que fora denominada com o mesmo termo. Mais especificamente, são descritos como milho maçaroca e milho branco, e a falta de descrição pormenorizada impossibilita afirmar se era realmente o milho americano ou se tratava de outra espécie de milhos penicilares. Estes “milhos” são elogiados pelos autores e certamente indicam a experiência pessoal do seu consumo. Além disso, a partir de Coelho, comprovamos o consumo do milho maçaroca nas “aldeias” de portugueses e descendentes:

Em estes trez porto [localizados no Rio de Cacheo], em meu tempo, havia ainda aldeas de brancos, e aqui era que os moradores de Cacheo mandavão fazer o mantimento, que he o milho maçaroca, e se fasiao em cada aldeã destas mais de quinhentos moyos de milho. (COELHO, 1990, p. 153)

O consumo de plantas africanas por portugueses e luso-africanos, principalmente o milho e o arroz, também são indicados por Almada:

Dos mantimentos da terra [dos Beafares], que são milho e arroz, fazem os nossos uns bolos chamados batânquas, que é o pão que comem; e do milho-massaroca tem tanta substância como o pão. E cozem este pão numas tigelas largas como uma rodela grande; e fazem a estes bolos da grossura de uma pataca, e amassam duas vezes ao dia, pela manhã e à tarde, porque se há-de comer quente. (ALMADA, 1967, p. 105)

Por fim, referente ao quesito alimentar, cabe trazer o exemplo das diversas especiarias utilizadas e comercializadas em Guiné do Cabo Verde, principalmente as pimentas, que possuíam mais de uma variedade. Entre elas a pimenta preta, que Hair (1977) identifica como da espécie *Xylopia aethiopicum* (Dunal), utilizada pelas suas propriedades medicinais, principalmente como laxativa. A também a mantubilha, citada pelos três autores.

Nesta terra dos Banhus há hua pimenta q trepa polas arvores como era e dão e cachinhos como a flor da uva, quando está abrindo pera tomar o cacho e chamasse esta pimenta naquelas partes mantubilha, queima como pimenta e tenge como asafrão; há outra que chamaõ malagueta que daõ e huãs arvores grandes em cachor e ella em si he comprida e tem hus carosos dentro redondos muito pequenos, estimada os negros e pera suas medisinas, pera a dor da barriga e frialdade; frita esta malagueta com azeite de palma, e no nosso, é muito mais medisinal pera couza de frio. (ALMADA, 1964, p. 84)

Aqui há a mantubilha, que dá em caxos a cor amarela, e he mayor que grãos de pimenta; he tempero muito saboroso, e dá cor e gosto donde se deitão, escuzando asafrão e pimenta. Levão dela também os estrangeiros grande quantidade. (COELHO, 1990, p. 216)

Ao falar sobre os rios de Tanglecu, de Butibum e do Rio das Alianças, Almada também cita diversos mantimentos, incluindo as pimentas. Coelho também descreve a Malagueta

“(...) malagueta, a qual se dá em umas arvores pequenas como bananeiras, em capulhos; ao pé da árvore há mantubilha, que é outra maneira da malagueta, a qual queima, e tinge como açafão. (ALMADA, 1964, p. 126)

Esta terra [Serra Leoa] he a que produz a malagueta, a que chamão cação, a qual se dá huas arvorezinhas piquenas em huns capulhos tão grandes como hua nós, com huas casquinhas por fora muito leves, e por dentro tudo grãos, como de cuentro secco; mas pica mais do que pimenta. (COELHO, 1990, p. 216)

Já a citação de Donelha é bastante confusa pois não se trata da mesma planta da Pimenta da Mina (*Piper guineenses* Schumach) nem das que os Espanhóis chamavam de Granos paradisi (*Aframomum* spp.): “Há muitas árvores que dá mantebilha, que é a pimenta da Mina, que os Italianos chama de granos paradiso” (DONELHA, 1977, p. 82).

Assim, há a malagueta e a Caciam, possivelmente ambas pertencentes a espécies do gênero *Aframomum*, comumente utilizadas com o consumo da Cola, como vimos anteriormente. Mas Donelha e Coelho parecem descrever a planta realmente conhecida por malagueta, aproximam suas descrições com a próprias Caciam. São citadas no sentido de suas propriedades medicinais.

Não somente no quesito alimentar, as plantas são utilizadas inclusive em rituais e cerimônias que buscam apurar a verdade, “juízos” ou julgamentos. De acordo com Denise Saive (2005), a justiça africana em Guiné do Cabo Verde seria baseada em ordálios, tais quais são descritos por Almada, em que as provas judiciárias têm participação de elementos da natureza ou divinos, usadas para determinar culpa e inocência dos acusados. Estas práticas de forma geral funcionavam através da invocação de entidades sobre-humanas. Assim essas práticas causam grande espanto entre os portugueses.

Almada comenta sobre duas formas de juramentos realizados no Reino de Borçalo: “Quando o caso é duvidoso, e não há testemunhas, usam dois juramentos horrendos, e

tomam o autor e réu; a um chamado o do ferro e o outro o da água” (ALMADA, 1964, p. 34). O primeiro é realizado com um ferro em brasa, no qual o acusado que conseguir pegá-lo na mão e lambê-lo três vezes ficam livre, caso não o faça, fica condenado. O segundo trata-se de uma panela com água fervendo, com uma pedra ou agulha dentro e o acusado terá de pegá-la por três vezes. Realizando isso sem se queimar, será considerado livre. Caso for condenado, comumente fica o culpado e toda sua geração escrava. Conforme Horta (2013) o uso da palavra “juramentos” é termo específico de uso de Almada.

Além destes dois, há o juramento da água vermelha, que chama atenção pelo seu diferencial “venenoso” e é descrito de forma bastante detalhada:

Os juízos desta terra dos Casangas fazem-se na Costa de que já tratamos, diante do Rei ou Senhor da terra, com alguns velhos que servem como desembargadores, e logo verbalmente dão as sentenças; as partes alegam suas razões e dão testemunhas sem dilação nenhuma; E quando há dúvida e a prova não é bastante, dá-se juramento, mas diferente do modo que se dá na Costa. Chama-se este juramento o da água vermelha, que eles temem muito; a qual trazem, quando se dá, em uma panela, e a água é em si vermelha, pisada de cortiça de algumas árvores desfeita em água, ou que tenha sumo que baste para este mister. E esta água dão às partes. E aquele que primeiro vomita fica livre; (...) (ALMADA, 1967, p. 65 e 66)

Conforme Havik (2008), o juramento com água vermelha para identificar feiticeiros, era realizado utilizando aa casca de mancône (*Erithropleum guineense* G. Dom.). Esta prática já é referida em relatos de viagens do século XVI, como no caso do Almada. Entretanto, o nome popular de mancône, segundo Neuwinger (1996), é usado também para a espécie *Erithropleum suaveolens* (Guill. & Perr.), com propriedades igualmente tóxicas e de uso comum entre as populações africanas.

Entretanto Almada não dá credibilidade à essa prática e seus resultados, como percebemos na continuação do trecho:

(...) muitos morrem tomando esta agua, e são aquelas pessoas que quer o Rei que morram, se são ricas. E tem este ardil: dá o aviso a quem dá os juramentos que não escapem de morrer tal pessoa ou tal; traz este que dá a água, no dedo polegar uma peçonha muito fina que despacha em poucas horas. E vai dando esta água primeiro àquelas pessoas que não querem que morram, por não terem que tomar e herdar delas, por serem pobres. E indo dando tanto que chega às pessoas que lhe tem dito o Rei que não escapem, as quais sempre ficam depois dos outros tomarem, e querendo dar-lhes a água, mete o dedo da peçonha dentro dela, e em metendo diz ao outro que a tome. E fica a água tão peçonhenta que morrem em poucas horas, e ficam homicídios e condenados em perdimento dos bens. E há

casos onde as gerações ficam cativas do Rei e se vendem. Parece que é esta água em si asquerosa. Causa vômitos. (ALMADA, 1967, p. 66)

Conforme Saive (2005) é difícil explicar porque algumas pessoas morreriam e outras não ao beber a água vermelha e é provável que o ‘feiticeiro’ responsável pelo juramento poderia determinar a quantidade de toxina. O uso da peçonha, para Almada era facilmente modificado para que o resultado saísse de acordo com o que os dignitários locais desejavam, excluindo a possibilidade de ser um julgamento com resultados reais. Entretanto, o olhar preconceituoso de Almada não se sustenta, no sentido de que “Em princípio, esta maneira de fazer justiça não se diferencia muito da maneira europeia quando pensamos nas práticas da Inquisição” (SAIVE, 2005, p. 48). Além disso, estes julgamentos por ordálios estão entre as formas mais comuns, ao menos durante os séculos XIV ao XVI, de adquirir escravos em Guiné do Cabo Verde. Muitas vezes estes condenados e seus familiares eram vendidos nas grandes rotas comerciais e, posteriormente, aos portugueses e europeus.

Além da alimentação, as formas de vestimenta também são apontadas como indicadores de identidade pelos autores. Percebemos, assim como na alimentação, duas diferenciações básicas entre as populações islamizadas e as populações com religiões tradicionais africanas. O uso do algodão, como vimos no capítulo anterior, é utilizado grandemente na fabricação de fios, tecidos e roupas, além de seus padrões de tecelagem e de tinturas serem definidos e produzido pelos próprios africanos. Algodão e panos eram umas das principais mercadorias para trocar pelas colas, mas também eram utilizados para a troca por ouro e escravos. Thornton (2004), afirma que as indústrias de tecidos na África possuíam grande variedade de estilos, tanto no padrão de vestimenta, como no de cores e detalhes e eram muito ativas antes dos contatos com os Europeus. Essa riqueza em estilo, além das formas com que estes tecidos eram tingidos, impressionava os portugueses.

Entre as populações islamizadas é comum o uso conforme o trecho que descreve as vestimentas dos Jalofos:

Estes negros andam vestidos com umas roupetas, a que chamam camisas, de panos de algodão preto e branco, de maneira que querem. E as roupetas são degoladas dos mantéus, e as mangas chegam até os cotovelos e as camisas compridas, que ficam dando um palmo por cima dos joelhos; e uma maneira de calças muito atufadas, diguo calções muito avelutados, estreitos e justos por baixo das pernas, os quais ficam dando por debaixo dos joelhos como os nossos; trazem pernas nuas, e nos pés uns alpercatos de couro cru; e na cabeça umas carapuças do mesmo pano

de algodão, ao modo de diademas; os cabelos da cabeça trançados; (ALMADA, 1964, p. 11 e 12)

Temos, entretanto, uma descrição completamente diferente para os falupos, que “Andam nus com umas peles de cabra ou de folhas de palma tecidas (ALMADA, 1964, p. 61). E o mesmo para os papéis: “os seus vestidos é andarem nus, como fica dito, trazendo umas peles de cabras, feitos das folhas das palmeiras, que escassamente lhes cobrem as vergonhas; há alguns Reis estes que tem vestidos ricos e bons (...)” (ALMADA, 1964, p. 74).

Percebe-se que, para a fabricação das vestimentas, as plantas como o algodão descrito anteriormente no segundo capítulo, e as folhas de palmeira, são relatos do uso e transformação destes recursos pelas populações locais. No relato de Almada, a discriminação entre diferentes grupos, claramente fica apontada em relação ao tipo de vestimenta utilizada.

As técnicas de guerra e caça também aparecem como curiosidade exótica, mas principalmente informativo de sobrevivência nos casos de conflitos. O algodão era também utilizado para a confecção de vestimentas de guerra, como descreve Almada ao falar sobre os jalofos: “(...) têm uns panos de algodão compridos, os quais torcem de maneira que fiquem bem torcidos, e este panos cingem, começando das virilhas aos peitos, muito juntos, e desta maneira armados lhes não passam as flechas nem azaguaias” (ALMADA, 1964, p. 14).

Em relação a guerra e caça, é frequente a utilização de plantas tóxicas, principalmente nas flechas ou ferros “hervados”. Conforme Carney e Marín (2003), plantas africanas tóxicas teriam sido levadas também para as Américas e continuaram sendo usadas pelos cativos escravizados. Dentre estas, as autoras citam *Strychnos* spp., considerada um grupo utilizado como fonte de veneno em toda a costa do atlântico africano. O primeiro caso descrito por Almada é sobre os Jalofos, que usam “frecheiros a cavalo” que além de alta destreza, podem eventualmente lançar flechas duplas:

E esta é a pior arma e a mais má que há em Guiné, por que são mui peçonhentas, por serem hervadas e escapam muito poucos dos que são feridos com elas, salvo se os curar o mesmo imigo que o feriu; porque assim como fazem a peçonha para as suas armas, buscam o contrário a ela para se curarem. E os que não são curados dos mesmos correm grande risco. (ALMADA, 1967, p. 15)

Além de amplo conhecimento local que havia para identificar e produzir veneno através de plantas, Almada deixa claro que também eram conhecidas maneiras de criar antídotos para este veneno, demonstrando a ampla complexidade que esta prática fornecia. Almada ainda, no seguir deste trecho, associa práticas culturais associadas com o envenenamento e a cura das feridas caudas pelas flechas “hervadas”, os quais ultrapassam o teor puramente físico e químico, lançando-se também ao ambiente de crenças e rituais específicos:

(...) e muitos morrem logo, e alguns escapam porque os curam chupando=lhes as feridas com a boca, e destes poucos. E as pessoas que servem de curar aos feridos com a boca não hão-de ter cópulas com mulheres em mentes curarem o ferido, porque dizem que tendo cópula, que logo arruinam as feridas pondo a boca nelas; outros se curam da mesma maneira tendo aos feridos metidos em fontes de água, ou em charcos e vaza, por amor do grande fogo que causa a peçonha. (ALMADA, 1967, p. 15)

Apesar de ser a mais perigosa arma de Guiné, Almada se enaltece ao contar que foi capaz de curar homens “frechados”:

Na era de setenta e seis me achei no reino de Borçalo, de que trataremos. E foi o Rei deste Reino das um assalto na terra de outro Rei seu vizinho Jalofo, para me fazer pagamentos do que me devia, e fez boa presa; mas frecharam-lhe muitos cavalos; e eu os mandei curar com toucinho, e não morreu nenhum, e foram sãos em muito poucos dias, de que foi o Rei admirado e os seus. Verdade é que também açoutavam as mesmas feridas com um cabo de seda de unicórnio⁴⁷ molhado na água. (ALMADA, 1967, p. 15)

Entre os Mandingas, também eram usadas “frechas” ervadas:

E a sua herva é a mais peçonhenta que todas as outras, porque vimos no porto de Cação terem com os nossos uma briga, seria às dez do dia, na qual houve mortos de uam parte e da outra; depois de recolhidos, a hora de véspera, querendo os nossos dar sepultura aos mortos, os que estavam feridos de frechas hervadas não puderam ser levados a elas, porque era tão fina a herva da peçonha que estavam já os corpos corruptos, de maneira que pegando por um braço, se despedia do corpo, e de uma perna, a mesma maneira; não houve remédio senão fazerem as sepulturas aí donde estavam os mortos, e botá-los dentro delas; tal é a herva destes negros. (ALMADA, 1967, p. 45)

⁴⁷ Unicórnios, conforme Hair (1977) seria o nome dado aos rinocerontes na época. Entretanto, contemporaneamente não há rinocerontes na África Ocidental a oeste da Nigéria.

Entre os Sapes e Manes: (...) com muitas frechas; a sua erva é peçonhenta, mas não na cozem de outras ervas como nas outras partes. É do leite de uma árvore, que é tão fina peçonha em si, que só o leite basta; (ALMADA, 1967, p. 133). Além disso, Donelha relata o fato curioso de “quebrar os dentes dianteiros”:

Os Manes não usam de cavalos, porque os não há nas suas terras. As frechas são ervadas; em tocando, logo matam. Mas usam de muitas mezinhas contra peçonha, que comem em os ferindo; e trazem rabos de unicórnio, que molham em ágoa e açoitam as feridas. E com isso escapam muitos. E porque a peçonha que faz o ferido fechar a boca e os dentes, trazem todos os dous dentes dianteiros menos, pera poder deitar as mezinhas na boca. (DONELHA, 1977, p. 114)

Almada relata o uso de veneno nas armas para caça de elefantes entre os Casangas, através de uma lança com “ferro hervado”, que depois de algumas horas o elefante fica fraco e morre ao tentar fugir, o local entorno de onde o ferro entrou em contato na carne é jogada fora, enquanto o restante da carne do animal seria distribuído primeiramente aos dignitários locais e depois entre os envolvidos na caça.

Por ter tocado muitas vezes nos Sozos, quero dizer quem são. São mui belicosos guerreiros. Sal terra é rica em ouro, marfim, panos, ferro, gado vacum, carneiros. São grande frecheiros; as suas frechas são de ferro de farpão, ervadas. A erva é a mais fina de todas, de maravilha escapa o ferido. (DONELHA, 1977, p. 118)

Assim, as plantas são utilizadas em diversos aspectos do cotidiano africano, a alimentação rica em fontes vegetais, com frutos, legumes e cereais, misturava-se nos usos das palmeiras, que além de alimentos gerava vestimentas e materiais de construção. As vestimentas em sua maioria de algodão, utilizada de formas especiais para as guerras, protegiam das temidas “flechas hervadas”. A utilização de plantas venenosas e sua capacidade intrínseca de adquirir antídotos demonstra o quanto as relações entre o ferir e o curar são próximas. Os conhecimentos relacionados à produção de venenos e dos antídotos possivelmente não eram facilmente compartilhados com estrangeiros.

Assim como no ambiente africano, as plantas estavam inseridas em diversos empregos práticos nos ambientes europeus, como na confecção de telhados, lamparinas, junco, construções de navios e muito mais. Assim, os usos diversos das plantas pelos africanos não necessariamente seriam tão espantosos do ponto de vista português,

facilitando a compreensão dos seus usos e compartilhando para ambos os lados práticas e conhecimentos relacionados as plantas e seus usos.

3.3.2 Práticas religiosas e práticas curativas

O espaço geográfico e cultural africano em que esses indivíduos portugueses circulavam, era muito diferente da Europa. Alimentação, vestimentas, construções, tudo diferia em técnicas e materiais. Mas as doenças podiam atingir tanto africanos quanto europeus. Não havia médicos, nem boticários disponíveis no arquipélago de Cabo verde, muito menos nas regiões da costa africana. Não tendo opções, ao adoecer, os portugueses acabavam tendo que recorrer a outros indivíduos com conhecimentos de curas. Estas curas locais estão diretamente ligadas com o uso de plantas medicinais e, apesar de provável receio português, com rituais e imaginários muito diferenciados.

Thomas (1988) afirma que para conhecimento europeu, o uso das plantas para tratamentos medicinais era generalizado na prática popular. O mundo vegetal, segundo Martínez (2012), foi a maior fonte ancestral de recursos medicinais e terapêuticos de qualquer cultura do planeta. Para compreender as relações africanas e luso-africanas com a natureza e a cura, é preciso estar atento a inseparável relação entre as práticas religiosas e as práticas de cura. Estas práticas de cura comumente são chamadas de práticas medicinais ou de medicina tradicional. Define-se a medicina tradicional como:

A combinação total de conhecimentos e práticas, sejam elas aplicáveis ou não, usadas no diagnóstico, na prevenção e eliminação das doenças físicas, mentais e sociais, que podem assentar-se em experiências passadas, e na observação transmitida por geração em geração, de forma oral ou escrita. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2000, p. 1)

De acordo com Adelaide Bela Agostinho e Harrysson Luiz da Silva (2012), a partir do século XVIII, o conhecimento africano medicinal foi tratado, de forma proposital, como um “não-saber”, pois estava envolto de superstições, folclore e “obscurantismo”, assim, seus praticantes eram vistos como feiticeiros e suas práticas definidas como atos de feitiçaria. O período retratado pelos autores dos Tratados, antecedente, permite, de certa forma, explicar essa visão menos valorativa sobre o outro que temos nos Tratados. Mas de qualquer forma, conforme Agostinho e Silva (2012), fosse antes ou no decorrer do período colonial, tanto pela falta de opção, quanto pela experiência positiva dos tratamentos, indivíduos portugueses e descendentes frequentemente consultavam estes médicos

tradicionais. Essa procura estava relacionada tanto para resolver problemas de saúde, como também problemas de ordem espiritual e social, pois tudo estava relacionado com a vida cotidiana. De certa forma, percebemos que nem sempre os autores dos tratados indicam que as práticas medicinais eram relacionadas com a feitiçaria, como podemos ver no consumo da cola para tratar dores de cabeça. O mesmo ocorre para o uso de “mesinhas” de outras espécies, com origem de plantas ou animais que, pelo menos Almada, parece não os colocar de forma puramente negativa.

Wissenbach (2009) afirma que estando em ambientes com carência de produtos metropolitanos, os portugueses e descendentes em determinadas circunstâncias precisavam buscar quaisquer meios disponíveis que pudessem garantir sua sobrevivência. Nos seus estudos de fontes inglesas, francesas e holandesas, a autora reconhece a grande utilização destes viajantes de obras portuguesas anteriores sobre a região da África. O conhecimento gerado pelos portugueses, tanto em fontes escritas quanto pela comunicação dos agentes de origem portuguesa na costa africana, tinha conteúdo capaz de instruir a sobrevivência do “homem branco” no clima tropical. As condições climática e geográfica eram percebidas como inviáveis para a sobrevivência europeia, a área de Guiné do Cabo Verde ficou conhecida nos séculos XVI e XVII como “tumba do homem branco”, a mortalidade europeia na região se aproximava de 60% logo no primeiro ano de estadia. Os postulados hipocráticos-galênicos fundamentavam a ideia de ares corruptos dos trópicos e suas ações sobre os humores hostis:

Crença difundida entre os europeus que se aventuravam nas viagens ultramarinas, acreditava-se que um clima malsão, vapores corrompidos, excesso de umidade, zonas ribeirinhas e pantanosas infestadas de insetos, pestilentas e mortíferas, produzia uma série de doenças e febres letais, além de propensões à luxúria, à ingestão de bebidas e a hábitos pouco salútares. Nessa somatória, provocavam, em última instância, altos índices de mortalidade entre a população branca, inviabilizando os estabelecimentos europeus na África. (WISSENBACH, 2009, p. 386)

Portanto, quando Almada, Donelha e Coelho referenciam algumas plantas com propriedades medicinais, estão informando aos leitores como é possível sobreviver nestes territórios africanos. Como vimos anteriormente, diversas plantas são citadas com algumas propriedades medicinais⁴⁸, como a cola. Paul E. Lovejoy (1980) afirma que a *C. nitida* é a

⁴⁸Carney e Marín (2003) referenciam exemplos de plantas com propriedades medicinais encaminhadas da África para às américas junto com o tráfico de escravos, entre elas a *Momordica charntia* (conhecida no Brasil como Melão-amargo ou Melão-de-são-caetano), *Hibiscus sabdariffa*, *Cannabis sativa*, *Ricinus communis* (Mamoná), *Kalanchoe integrum*, *Cola acuminata* e *C. nitida*.

mais consumida, principalmente por suas qualidades estimulantes. Seus efeitos são similares ao café, ao chá (*Camellia sinensis* L.) e ao cacau. Possui quatro componentes estimulantes: a cafeína, que afeta o sistema nervoso central; a teobromina, que ativa os músculos esqueléticos; o kolatin, que age no coração; e a glicose, que provê energia ao corpo como um todo. Pode ser usada para diminuir e aliviar fome, sede e fadiga, além de usada medicinalmente para problemas digestivos. As outras variedades de cola, com menor distribuição e prestígio social, têm efeitos e propriedades similares.

Almada refere-se às colas com bastante ênfase de suas propriedades medicinais e as formas com que os africanos as utilizavam:

(...) porque com a cola, que é como uma castanha, caminha um negro todo o dia, comendo nela e bebendo da água, e tem-na por medicinal para o fígado e o urinar; usamos dela para o mesmo efeito, mas os negros fazem muito mais conta dela do que nós fazemos, e tendo dor de cabeça a mastigam e untam as fontes com o seu bagaço (...) (ALMADA, 1964, p. 56)

Lovejoy (1980) sugere que o consumo da cola é bastante difundido e consumido nas práticas diárias, entre as populações africanas islamizadas devido às suas propriedades estimulantes, pois o consumo de álcool é, frequentemente, proibido aos muçulmanos. Nas áreas com menos influência islâmica, principalmente nas zonas de floresta, é mais comum associar o consumo da cola exclusivamente com rituais e cerimônias.

Donelha é o único, entre os três relatos, a referenciar a planta *rosa* associada com o consumo da Cola, que seria a casca de uma árvore. Em notas, Hair (1977), associa citações de outras fontes historiográficas, que menciona o mesmo tipo de consumo e com denominação semelhante, *raça* e *rasa*. Além disso, Donelha associa uma pimenta chamada *casiam* que seria muito utilizada na região da Serra Leoa também juntamente com o consumo da cola. Conforme Hair (1977) a descrição dada para esta pimenta por Donelha, se assemelha muito às descrições da malagueta e indicam ser a mesma planta⁴⁹. De forma semelhante, Lemos Coelho Também descreve *casiam*, entre suas descrições da Serra Leoa:

(...) ella [Serra leoa] a que da a malagueta que chamaõ Caciam que nasce em humas arvorezinhas pequenas em huns capulhos como nozes, com humas casquinhas muito leves por fora, e por dentro tudo graõs como de pimenta meuda, disto levaõ os estrangeiros payois, e payois. (COELHO, 1990, p.65)

⁴⁹ No contexto específico da Guiné do Cabo Verde, Hair (1977) assume a possibilidade de se tratar da espécie *Aframomum species*, ou a próxima *Zingiber officinale* (Conhecida no Brasil como Gengibre).

Outro caso interessante que Donelha cita são as colas não comestíveis, uma delas, denominada por *colas margosas*⁵⁰ utilizada para fazer azeite e sabão de lavar roupas, a outra, denominada *mamboi*⁵¹, com propriedades medicinais:

Há outras árvores que também dá a fruta como colas, que também amarga e se não come; chama-se mamboi. Às pessoas que têm dor de cabeça as mandam mastigar, e borrifada a cabeça incontinente tira a dor. (DONELHA, 1977, p. 86)

As propriedades medicinais são apontadas entres variedades de pimenta, como a malagueta: “estima na os negros pera suas medisinas, pera a dor da barriga e frialdade; frita esta malagueta em azeite de palma, e no nosso, é muito mais medisinal pera couza de frio. (ALMADA, 1967, p. 84). Também aparecem o caso da Cana-fístula, utilizada para “enfermidades da barriga”. Entre os frutos, também há propriedade medicinais como o caso dos Maní pulos:

(...) e um fruto a que chama maní pulos, que são amarelos, e do tamanho de ameixas e maiores; cheiram bem, são medicinais, aplacam o sangue; dá-se açúcar desfeito em água com este maní pulos em lugar de enxaropes; as árvores que dão este fruto são grandes, mas o pau em si é muito mole e tem cortiço grosso e dura; as folhas destas árvores são medicinais; cozidas em água servem de dar banhos aos enfermos; (ALMADA, 1964, p. 109)

Mas não somente as plantas eram consideradas como medicinais, Donelha descreve o caso do uso de partes animais: “Nos rios há grã bestas marinha que chamamos cavalos marinhos. (...) os dentes e unhas é medecina pera os almorremas, bebido em jejum em vinho branco e trazidos nos dedos feitos em anel” (DONELHA, 1977, p. 94). Segundo Hair (1977) os cavalos marinhos são hipopótamos⁵² e causaram grande espanto aos portugueses, as propriedades medicinais dos hipopótamos também são referidas por Almada:

E têm [os hipopótamos, cavalos-marinhos] as unhas fendidas, repartidas em duas partes como as dos bois; e a cabeça curta, os dentes grandes de palmo a mais, e menos, tortos; os quais dizem que prestam para a

⁵⁰ Hair (1977) indica ser da espécie *Carapa procera*, e seu óleo era utilizado normalmente para iluminação.

⁵¹ Conforme Hair (1977), provavelmente da espécie *Dialium guineense*, e seria uma mesma árvore citada por Donelha, a qual chama veludo, mas a identificação é incerta.

⁵²De acordo com Hair (1977) desde o final do século XVIII é muito raro hipopótamos serem vistos no estuário de Serra Leoa.

enfermidade das almorreimas; dizem muitos que as unhas destes animais são mais proveitosas que os dentes para a mesma enfermidade, e que há de ser a esquerda. (ALMADA, 1964, p. 55)

Nos Tratados percebemos, mesmo que de forma sutil, referências a usos de plantas para os tratamentos de doenças. Entretanto, conforme Von Mentz, (2012), é muito complicado separar as práticas medicinais/higiênicas das práticas religiosas e cerimoniais, pois, principalmente no ambiente africano, estavam intrincadas umas nas outras. De forma semelhante, Appiah (1997) afirma que a religião é um marco da vida tradicional pois “é a extensão em que as crenças, atividades, hábitos mentais e comportamentos em geral são perpassados pelo que os europeus e norte-americanos chamariam de “religião” (APPIAH, 1997, p. 156). Entretanto, o próprio termo “religião” pode ser complicado de utilizar para a compreensão da diferença do que significa religião aos europeus e às populações africanas. Mas de qualquer forma, conforme o autor, as crenças e práticas religiosas tradicionais carregam em si os mesmos objetivos de diversas crenças denominadas “ciências”, pois ambas buscam a explicação, a precisão e o controle de fatores naturais, seus elementos e implicações no corpo e na sociedade humana.

Ao pensarmos a religião e suas práticas, devemos levar em conta, conforme Alfred Reginald Radcliffe-Brown (1973) que as religiões influenciam o funcionamento do maquinismo social, como as leis e as moralidades, permitindo com que os seres humanos vivam de forma organizada em conjunto. Assim, a religião não dependeria da veracidade ou falsidade de suas afirmações, mas sim depende da sua capacidade de organizar os comportamentos de um grupo de pessoas. Deste modo, podemos afirmar que, assim como explica Basil Davidson (1981), a religião ultrapassa sua função útil e de “conforto” nas estruturas tradicionais, principalmente, como no caso africano, em que são regidas pelas disposições de ancestrais. As crenças não são apenas mandatárias, reguladoras da moralidade social, mas também explicativas, pois baseiam-se no pensamento racional para explicar fenômenos e ordens materiais.

Encarada deste modo, a “religião” representa, neste contexto, uma apreensão da realidade através de todos os sectores da vida. Foi esta apreensão explicativa que deu origem à sua força mandatária. Dela emergiu, de uma forma ou de outra, aquilo que razoavelmente se pode chamar de ciência do controle social” (DAVIDSON, 1981, p. 117)

Dentro deste contexto, cabe reforçar a ideia de Davidson (1981), na qual afirma que na sociedade contemporânea ocidental, faz-se uma dicotomia entre ciência-sobrenatural e

realidade-religião. Mas, para o pensamento tradicional não existe essa dicotomia pois a apreensão é total: “Diz respeito não ao que era, mas também ao que deveria ser e ao porque devia ser. Era tanto mandatária, quanto explicativa” (DAVIDSON, 1981, p. 120). Essa dualidade mandatária-explicativa está de acordo com Thornton (2004), o qual afirma que as religiões africanas, além de se tornarem responsáveis pelas organizações políticas, assumiam aspectos sociais, encaminhando sociedades muito devotas à religiosidade que, inclusive, ultrapassam os limites de parentesco. Algumas das diversas sociedades de Serra Leoa e Guiné Bissau, conforme o autor, tinham sua inteira organização voltada aos seus propósitos religiosos. A religiosidade acaba por ditar diversos aspectos da vida dos seus seguidores, inclusive a forma com que se relacionavam com o meio ambiente. Assim, fica impossível dividir compreensões em diferentes categorias, pois tudo faz parte da relação religiosa, sobrepondo-se conhecimentos e crenças, seja sobre meio ambiente, seja sobre questões sociais ou políticas.

Para Almada, Donelha e Coelho, a compreensão de religiosidade era regrada pelo catolicismo. A posição da Igreja Católica Romana na Europa já era forte em 1550, e foi ainda mais reforçada pelos movimentos de Contra Reforma, o qual a Coroa Portuguesa assumirá incondicionalmente. Desta forma, os padres estavam numa posição de altos privilégios relacionados à Coroa Portuguesa, pois tinham imunidade em relação à jurisdição civil, além disso, “as ordens religiosas possuíam cerca de um terço das terras disponíveis em Portugal e muitas das terras mais produtivas da Índia portuguesa” (BOXER, 2002, p. 89). Essa forte característica da importância do Catolicismo foi carregada junto com os comerciantes e colonizadores portugueses e foi repassada para seus descendentes. A religiosidade cristã, portanto, determinava as regras de conduta de seus seguidores, sendo também ao mesmo tempo mandatária e explicativa, assim como nas religiões africanas.

É com as lentes da religiosidade católica que os autores dos Tratados trazem seus escritos. Quando falam sobre a religiosidade africana, essa característica se torna ainda mais evidente. Conforme Mazzoleni (1992) para a cristandade, há uma distinção entre uma alteridade positiva, que é associada com o divino e celestial, e uma alteridade negativa, de certa forma subterrânea que encaminha para uma imagem do “não mais” humanidade ou não mais divindade, perverso e, portanto, relacionado com o diabólico. De certa forma, houve um afastamento contínuo da religião cristã com a segunda alteridade, buscando anular a ação diabólica. Ao lidar com populações não cristãs, tornou-se comum associá-los com ações inspiradas pelo diabo, e suas características naturais, de aproximação com a

natureza e o não-humano, impossibilitava que os cristãos conseguissem perceber estas outras pessoas no mesmo patamar de humanidade e civilidade. Todo o estranhamento cultural é logo explicado pela alteridade negativa cristã.

Certeau (1982) reforça que conforme há um crescimento da visão cristã entre o que é ortodoxo e o que é “extraviado”, principalmente a partir do século XVII, o fato de pertencer ao corpo da Igreja tende a fundamentar as certezas das verdades do indivíduo. Essas certezas causam um aumento das disputas entre as verdades das demais religiões, provocando reações mais extremas frente às religiões africanas, principalmente quando estavam associadas ao islamismo. Assim, conforme Santos (2013), na mentalidade cristã havia a necessidade de separar o divino do demoníaco, mas essa necessidade não tinha paralelos nas culturas africanas. A forma com que missionários e cristão percebiam para enfrentar a problemática do islã ou da “falta” de religião e da barbárie dos nativos, conforme Santos (2013), era inseri-los no corpo da cristandade. Assim, inclusive a escravidão era justificada, pois estaria “salvando” pessoas de suas crenças diabólicas e às tornando, mesmo que forçosamente, cristãs.

Santos (2013) afirma que, inclusive, em momentos em que se descreve certas populações africanas como desprovidas de fé e religião, independente de conhecer e presenciar diversos rituais, demonstra o quando na mentalidade portuguesa era impossível que estes outros tivessem capacidade de organizar sua fé tal qual eram organizadas no universo católico, a “única” e “verdadeira” religião. Como é o caso de Donelha, ao descrever as populações Manes, que apesar de inicialmente afirmar não terem seita ou fé, segue descrevendo aspectos que indicam diretamente um grau sofisticado de rituais religiosos baseados em crenças religiosas:

Não tem seita nem fé. Adoram panelas, metidas nelas alguma penas, e sobre elas matam galinhas, e as untam de sangue e no sangue apegadas penas, e fica a panela empenada por dentro e por fora. Também fazem ídolos de pão, de feitura de homens, bugios e outros animais, que chama corfís, e os põe polos caminhos, uns perto das povoações, outro longe. Dizem que são guardadores das povoações dauqela parte. Fazem ídolo da guerra, chuiva, do Sol, da fome, e do que querem empreender, e se não sucedem como querem, os derrubam e açoitam, e fazem outros novos, ou os próprios alevantam e peitam, afagando-es, pondo-lhes carne assada e cozida e arroz, vinho e frutos, pera os contentar, e rogam lhes sejam propícios no que querem empreender. (DONELHA, 1977, p. 112).

Na costa africana de Guiné do Cabo Verde, de acordo com Vanicléia Silva Santos (2012), os intentos coloniais estavam sempre acompanhados dos projetos missionários.

Entretanto, diferente das demais regiões que possuíam casas, colégios, seminários e missionários, como Cabo Verde, Brasil, Índia, Luanda e São Tomé:

Na costa da Guiné, os padres nunca se instalaram para dar assistência regular aos convertidos; atuavam apenas nas missões intermitentes e construíam pequenas capelas nas encostas do mar e dos rios principais, que contavam com escassas alfaias. Em Serra Leoa, por exemplo, depois da morte dos Padres Baltazar Barreira e Manoel Álvares, passaram-se mais de trinta anos sem que nenhum padre lá fosse. (SANTOS, 2012, p. 202)

Ao buscar compreender as práticas religiosas dos povos de Guiné do Cabo Verde, o objetivo cristão dos padres e missionários seriam, conforme Santos (2012), sobrepor as práticas locais considerando-as apenas idolatrias. Entretanto, assim como ocorria na Europa, muitos clérigos eram procurados na região pela população local para curar doenças, administrar remédios (normalmente contra os demônios) e inclusive para intermediar as relações comerciais. Essas práticas se aproximavam muito das práticas dos religiosos locais africanas. Para conquistar um público maior, os padres cristãos acabavam simulando e imitando as atividades de cura e as formas de conversão utilizadas por esses agentes, praticando, portanto, os mesmos ritos idólatras que combatiam. De qualquer forma, de acordo com Santo (2012) a ação dos padres se restringia à região costeira e, mesmo assim, eram pouquíssimos e mal davam conta de lidar com as populações luso-africanas.

Nos três autores percebemos o descontentamento e preconceito com os indivíduos praticantes da religião islâmica, muito comuns na região de Guiné do Cabo Verde. Estes indivíduos são identificados como bixirins e cacizes. Estes indivíduos circulavam por toda a região de Guiné do Cabo Verde: “E tornando a este Rio [de Gambia], há nele mais religiosos Bixirins do que há em todo outro Guiné, porque nele há em todo ele muitas casas desta religião e muitos perigrinantes que andam de Reino em Reino” (ALMADA, 1964, p 47).

A religião islâmica estava amplamente difundida na área, conforme podemos ver a partir do próprio Almada, que descrever três “casas” relacionadas ao islamismo e sua propagação, Almada reforça sua importância e força na região do rio de Gambia:

E há da banda do Norte três casa principais grandes, como entre nós conventos, de grande religião e devoção entre eles, nas quais residem estes religiosos e os que aprendem para esse efeito; (...) O maior destes religiosos, como entre nós uma dignidade de Guardião ou de Provincial,

chamam eles Ale-mame, e trazem anel como Bispo. E todas estas três casas principais estão da banda do Norte do Rio. (ALMADA, 1964, p. 47)

Donelha identifica os bixirins, como sacerdotes:

Estando um dia o Sandeguil ou duque com muitos Bixiriís, que são sacerdotes, e muita gente sobre esta calçada, a orar e fazer sala ao seu maldito Mafoma, o que eles não consentem chama, senão Maomede, passei a par deles, sem falar ao duque nem fazer modo disso. [Na aldeia de Casão] (DONELHA, 1977, p. 150)

Há de se saber que os maiores mercadores que há na Guiné são os Mandingas, em especial os Bixiriís, que são sacerdotes. Estes, assim pelo proveito que tiram, como por semear a maldita seita de Mafoma entre a gente Barbara, correm todo o sertão de Guiné e todos os portos do mar, e assim se não achará nenhum porto, desde'os Jalofos, São Domingos, rio Grande até Serra Lioa, que neles se não achem Mandingas Bixiriís. E o que levam pera vender são feitiços em cornos de carneiros e nóminas e papeis escritos, que vendem por relíquias, e com vender tudo isso semeiam a seita de Mafamede por muitas partes, e vão em romaria à casa de Meca e correm todo o sertão d' Etiópia. (DONELHA, 1977, p. 160)

De acordo com Santos (2012) o termo caciz é derivado da palavra árabe *qasis*, termo que identifica sacerdotes. Já bixirim teria sua origem em *mabacharim*, que indica não apenas sacerdote, mas também predicadores do islã. O termo bixirim, conforme Hair (1977) é referido no começo do século XVI, normalmente são indivíduos associados com os Jalofos e os Mandingas, e seriam propagandistas do islamismo. O autor também chama atenção para as relações que estes indivíduos fazem com suas atividades mercantis e seu proselitismo religioso. Santos (2012) indica que os dignitários africanos locais se aproximavam destes indivíduos predicadores do Islã principalmente por seu duplo papel, religioso e comercial, a aproximação feita com os portugueses, de maneira geral, tinha os mesmos propósitos.

De acordo com Santos (2012), era comum jesuítas reclamarem destes cacizes e seus privilégios comerciais nas áreas em que os portugueses não o conseguiam. Muitos destes indivíduos já estavam inseridos nas estruturas políticas e econômicas locais e seu caráter de chefes religiosos lhes dava permissão e segurança para circular em quase todas as regiões de Guiné do Cabo Verde, inclusive e principalmente nas áreas distantes da costa e dos rios.

A correlação entre a cura e a religiosidade é exemplificada por Almada ao descrever a lenda de como a herança entre os governantes Jalofos passou a ser executada de forma matrilinear⁵³:

Estando o rei [dos Jalofos] retraído pela causa desta enfermidade, soube que de aí a poucas jornadas estava um Caciz Jalof, chamado naquelas partes Bixirim, vindo ter de pouco tempo, tido e havido por homem de boa vida, e que fazia mui ricas curas com ervas e outras cousas. (ALMADA, 1964, p. 8)

Donelha em sua obra também descreve, de forma menos detalhada, esta mesma lenda, entretanto denomina os curandeiros que Almada identificou como bixirins e cacizes, de jabacouces. Entretanto não deixa de identificar a religião islã entre os Mandingas:

Em cima deste monte [Monte Vermelho, no rio de Gambia] têm os Mandingas um ídolo de Madamede, onde vão em romaria fazer salas ao maldito Mafoma, porque não hã nação de negros que tenha tomado com mais fervor a çei de Mafamede como os Mandingas. (DONELHA, 1977, p. 146)

Entretanto, esta relação dos Cacizes e Bixirins com o Islamismo, logo trazem em Almada o reforço de seus preconceitos com a religião islâmica, caracterizando-os como mentirosos e associando as características dos rituais lhe contados como obra do diabo/demónio, inimigo dos humanos:

Sabendo o Rei isto, o mandou chamar, o qual vindo diante dele, e como estes bixirins falam sempre pela boca do imigo do género humano, os quais querem que sempre lhes sacrifiquem, e façam sacrifícios derramando sangue humano, vendo ao Rei da maneira que estava, lhe disse, que não podia ser são sem primeiro ser banhado no sangue de dois moços, filhos do mesmo Rei. E que depois de ser feito isto o curaria e seria são. (ALMADA, 1964, p. 8)

E da mesma forma, por mais que ressalte suas capacidades de escrita e leitura, sempre a vê como obra diabólica:

⁵³ Esta anedota resultará então que nenhuma das esposas do rei permitiu que lhe matassem os filhos, mas uma de suas irmãs sim. Através desta lenda, tornar-se-ia a matrilinearidade prática comum entre Jalofos, Barbacins e Mandingas, determinada por lei que “(...) mandavam que daí por diante não herdassem os Reinos naquelas partes os filhos dos Reis, senão seus sobrinhos, filhos de suas irmãs da parte de mãe, (...)” (ALMADA, 1967, p. 10).

Escrevem em livros encadernados, que ele fazem, como já fica dito, nos quais dizem muitas mentiras; e dá o demónio ouvidos aos outros, para os ouvirem e crerem; andam estes Cacizes magros e debilitados das suas abstinências e jejuns e manjares, não comendo cousa mnorta por mão de pessoa que não seja religiosa; trazem os vestidos compridos e por cima deles capas e farragoilos, de baetas ou bedens, e chapéus grandes, pretos e brancos, que lhes levam os nossos; fazem suas salas para o oriente postos os rostos, e antes de as fazerem lavam primeiro o trazeiro e depois o rosto . Rezam juntos com uma vozaria alta, como muitos clérigos em coro; e no cabo acabam com Ala-arabi, e Ala-mimi; têm suas mulheres, que trazem consigo, assim os que estão nas casas como os que estão fora delas. (ALMADA, 1964, p. 47 e 48)

Almada também reforça o fato deles não comerem carne de porco e beberem vinho, alimentos proibidos na religião islâmica:

(...) alguns não bebem do nosso vinho, principalmente os Cacizes, que são os Bixirins, dos quais há em muita abundância nestas partes. E metem em cabeça aos outros muitas cousas, e dizem muitas mentiras; há alguns Bixirins destes, que contam os meses como nós contamos, nos quais tem o povo grande devoção e dão muito crédito ao que eles dizem. E fazem muitas nóminas, que dão aos do povo, nas quais têm muita confiança e esperança; (ALMADA, 1964, p. 21)

De acordo com Santos (2012) o demônio, na mentalidade cristã e medieval europeia, teria se tornado o grande inimigo a combater nos territórios ultramarinos portugueses, pois este demônio estava em todas as partes. A partir de suas pesquisas em documentações da Coroa Portuguesa e de Projetos Missionários cristãos, Santos (2012) indica que os sacerdotes locais eram descritos como feiticeiros enganadores dos nativos da Guiné. Além dos cacizes e bixirins, associados ao islamismo, são amplamente citados os Jabacouces:

Há outros negros entre eles que servem de adivinhadores, a que chamam Jabacouces; estes, quando adoecer algum, o vêm a visitar como médico, mas não tomam o pulso aos enfermos, nem lhes aplicam mezinhas nenhunas; somente dizem que as feiticeiras e feiticeiros fizeram mal aquele enfermo, não lhes parecendo que as pessoas morrem quando a hora é chegada e Deus servido, senão que os feiticeiros as comem; e fazem sobre isto muita deligência. (ALMADA, 1964, p.21)

Os filtros culturais da religião cristã são facilmente percebidos nos trechos em que são descritos jabacouces, cacizes e bixirins. Assim percebemos como as categorias e práticas de cura possuem fronteiras fluidas entre os planos físico e os planos espirituais/sobrenaturais, no qual Almada enfatiza seu julgamento negativo: a morte, que

deveria ser vista como vontade divina cristã, é interpretada através das lentes religiosas africanas.

Santos (2012) afirma que o termo jabacouces é palavra crioula comumente utilizada por toda a extensão de Guiné do Cabo Verde e designava sacerdotes tradicionais. A principal função destes jabacouces seria identificar feiticeiros e comedores de alma que infligiam doença e morte sobre os indivíduos.

Jambacouses eram homens que tinham a responsabilidade de julgar os casos de feitiçarias ocorridos na comunidade, curar os enfermos, fazer as cerimônias e as adivinhações e cuidar dos irãs. Incomodavam aos missionários portugueses porque convenciam nativos batizados no cristianismo a retornarem aos seus costumes e detinham poderes políticos, pois eram os responsáveis pelas práticas tradicionais locais, não muçulmanas. Os padres, inclusive, tentaram, em vão, converter os jambacouses ao cristianismo para frear a ação deles na comunidade em torno das crenças tradicionais. (SANTOS, 2012, p. 191)

Jabacouces são citados entre os Barbacins: “Desta nação não há Bixirins; há outros adivinhadores a que eles chamam Jabacoses” (ALMADA, 1964, p. 30). E também entre os Casangas:

E há outros negros, a que chamam Jabacoses, que falam com o morto e lhe fazem perguntas que diga quem o matou. E andando estes que o trazem às costas com aquela fúria duma parte para a outra, se dão em alguma pessoa e estão quedos, dizem que essa o matou, que é outro ardil inventado pelos Reis e os do seu Conselho, como o da água. E se não dão em alguma pessoa, diz o que faz as perguntas ao morto, que morreu da sua enfermidade. E quando dão em algum este fica homicida, e prendem-no por feiticeiro, e o vendem e a geração toda, sem ficar nenhum. (ALMADA, 1964, p. 66 e 67)

Por fim, temos o caso citado por Almada, em que denomina os “negros ervorários”, os quais utilizariam ervas para realizar curas incríveis, inclusive a leprosos e outras graves enfermidades, mas são citados apenas uma vez, sem maiores explicações ou exemplos, na descrição dos costumes dos Jalofos.

Por fim, percebemos o quanto as relações religiosas estão associadas com as práticas de cura. A grande variedade de indivíduos que atuam em ambos os aspectos, religioso e medicinal e suas diferentes origens religiosas e culturais atestam a noção de fronteiras fluidas, no qual, antes mesmo da chegada dos portugueses, haveria um grande processo de criouliização na região da Guiné do Cabo Verde. Neste processo trocava-se e assimilava-se características tanto de origem islâmica, como características endógenas das

religiões africanas autóctones, sem a exclusão e a desvalorização destas. Com a introdução dos portugueses, a religião católica e seus aspectos culturais também começaram a fazer parte deste processo de crioulização modificando significativamente as formas de relacionamento, mas não foi capaz de atingir o objetivo de excluir e sobrepor as demais religiões, mas sim será mesclada e reorganizada a partir das próprias percepções africanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada, fica evidente o quanto os processos históricos das sociedades humanas estão necessariamente intrincados com o entorno natural, seus processos físicos, químicos e biológicos. O meio ambiente é determinante na configuração e desenvolvimentos das características das populações humanas, pois estas fazem parte dos ecossistemas terrestres. A partir das condições e possibilidades que o entorno fornece que se desenvolvem e são refletidas as características alimentares e de vestimenta, nas línguas, nas relações econômicas e produtivas de cada população, gerando, conforme Von Mentz (2012), expressões tangíveis nas culturais materiais e também nas religiões, cultos, mitologias e rituais. Além disso, o ser humano não apenas por seu pensamento, mas também pelo seu sentir, faz parte do mundo natural.

Compreendemos a importância das condições ecológicas e climáticas sobre as formas do desenvolvimento cultural e econômico das populações que vivem em determinadas áreas. E, diretamente, fica estabelecidas a importância da flora africana nas relações comerciais de Guiné do Cabo Verde, tanto nas redes de comércio associada à costa atlântica e o comércio marítimo europeus, mas também nas redes comerciais de longa distância (anteriores ao contato com europeus), que percorriam o sertão africano e tinham parceira comercial com o Magreb. As redes comerciais africanas eram marcadas pelos espaços de trocas, como as feiras, que muitas vezes coincidiam com as zonas produtivas, mas os seus produtos percorriam milhares de quilômetros.

Para as populações africanas, o comércio atlântico, no período dos séculos XV e XVI, não chegou a causar grandes mudanças nas formas de seu consumo e produtos adquiridos. Os artigos africanos possuíam qualidades e complexidade suficientes para suprir suas próprias necessidades e concorriam no mesmo nível de qualidade dos produtos de origem europeia. A maioria dos produtos procurados de origem europeia estavam associados com bens de consumo de prestígio social, mas também de consumo cotidiano, como alimentos e vestimentas. Basicamente todos os gêneros alimentícios participavam, de uma forma ou de outra, das redes comerciais africanas e muitas vezes eram encaminhados para o comércio ultramarino. A produção de algodão e a manufatura de panos e tecidos foi logo apropriada pelos cabo-verdianos e tornaram-se tanto fornecedores quanto intermediários no comércio de vestimentas. Também plantas estimulantes, como a cola e outras especiarias tornar-se-ão de suma importância nas relações comerciais entre africanos e portugueses.

A estrutura englobante das sociedades africanas de Guiné do Cabo Verde foi essencial para o estabelecimento dos contatos comerciais e a estrutura das redes comerciais. As relações de parentesco e de casamentos, além da aceitação e introdução dos estrangeiros no seio social e político de cada população, sejam estrangeiros africanos ou europeus, favoreceu os processos de criouliização. As relações entre europeus e africanos não eram regradas apenas pelo suposto “domínio” português, mas sim eram relações com relativa igualdade no âmbito comercial. Entretanto, mesmo que a Coroa Portuguesa e os cabo-verdianos não estabeleceram monopólio comercial, conseguiram, por suas relações fluidas com os africanos, tangomaos e lançados, garantir certa segurança, permitindo o fluxo contínuo de mercadorias e diminuindo os riscos comerciais.

A introdução dos europeus no comércio de Guiné do Cabo Verde gerará a expansão do alcance dos produtos africanos nas redes comerciais, introduzindo-as no comércio ultramarino. A longo prazo, a influência europeia nas redes comerciais na Guiné do Cabo Verde irá redefinir as rotas comerciais locais, diminuindo o fluxo de mercadoria no sertão e aumentando na área costeira. Essas mudanças serão refletidas nas estruturas políticas locais e também produtivas.

O ser humano, como agente ativo frente ao entorno, mas também participante da natureza, produziram conhecimentos que refletem nas suas práticas e saberes cotidianos, incluindo as línguas, alimentação, estrutura política e econômica, usos dos recursos naturais, etc. Os contextos climáticos e geográfico produzem as formas de desenvolvimentos das características específicas das populações humanas, que no seu conjunto geram expressões tangíveis nas culturas materiais e também nas religiões, cultos, mitologias e rituais.

A partir desta pesquisa podemos concluir que as plantas são utilizadas em diversos aspectos do cotidiano africano, desde costumes alimentares ricos em vegetais (frutos, legumes, cereais, óleos e vinhos) até uso de árvores nas construções de casas e embarcações. Além das vestimentas em sua maioria de algodão (tingido ou não), utilizavam-se e fabricavam-se venenos e antídotos. E por fim, chamamos a atenção para algumas plantas utilizadas pelas práticas africanas que não podem ser separadas de seu caráter de medicina tradicional e seu caráter religioso, pois indivíduos como cacizes, bixirins e jabacouces perpassavam seu caráter religioso e tinham ações também sobre as práticas medicinais físicas e sobre-humanas, judiciárias, ritualísticas e comerciais.

Ao perceber o quanto as plantas, seus usos e conhecimentos relacionados circulam entre os indivíduos de diversas origens africanas, luso-africanas e portuguesas, fica claro

quando as trocas de conhecimento têm fluidez multilateral, na qual, muitas vezes, portugueses e cabo-verdianos se apropriam e utilizam as plantas das mesmas maneiras que os africanos e, inclusive, aprendendo e reproduzindo tais conhecimentos. O estudo historiográfico sobre as plantas e seus usos permitem enriquecer o conhecimento sobre os processos históricos e as múltiplas relações culturais que se desenvolveram entre os séculos XV ao XVII na Guiné do Cano Verde, indicando as tendências similares em outras áreas de comércio e influência portuguesa na expansão marítima.

Cabe reforçar que a pesquisa aqui realizada não esgota as possibilidades de compreender as relações históricas entre seres humanos e o entorno natural na região de “Guiné do Cabo Verde” para o período dos séculos XV ao XVII. Muitas outras plantas além das que aqui apresentamos foram utilizadas pelas populações africanas e europeias durante este período, circulando plantas nativas e exóticas junto com o conhecimentos e práticas de seus usos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias

- COELHO, Francisco de Lemos. **Duas descrições seiscentistas da Guiné: (1669, 1684)** Lisboa: MCMXC, 1990. 283 p. (Academia Portuguesa da História). Manuscritos Inéditos Publicados com Introdução e Anotações Históricas pelo Académico de Números Damião Peres.
- D'ALMADA, André Alvares. **Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde: Dês do Rio de Sanagá até os baixos de Santa Ana de todas as nações de negros que há na dita costa e de seus costumes, armas, trajos, juramentos, guerras. Ano 1594.** Lisboa: Editorial L.I.A.M., 1964. 154 p. Leitura, Introdução e Notas de António Brásio.
- D'ALMADA, André Alvares. **Rios de Guiné do Cabo-Verde: Desde o rio de Sanagá até aos baixos de Sant'Anna (1594).** Porto: Typographia Commercial Portuense, 1841. 113 p. Publicado por Diogo Köpke. Disponível em: <<https://archive.org/details/tratadobredos00kpgooq>>. Acesso em: 30 mar. 2017.
- DONELHA, André. **Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde: (1625).** Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1977. 471 p. (Centro de Estudos de Cartografia Antiga). Edição do texto português, Introdução, Notas e Apêndices por Avelino Teixeira da Mota; Notas por P. E. H. Hair.

Bibliografia

- AGOSTINHO, Adelaide Bela; SILVA, Harryson Luiz da. Desafios da Medicina Tradicional Africana no Século XXI. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SABER TROPICAL EM MOÇAMBIQUE: HISTÓRIA, MEMÓRIA E CIÊNCIA, 1., 2012, Lisboa. **Atas do Congresso Internacional Saber Tropical em Moçambique.** Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2013. p. 1 - 9. Disponível em: <<https://2012congressomz.files.wordpress.com/2013/08/t09c01.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2017.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico sul.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- AMSELLE, Jean-loup. Etnias e espaços: para uma antropologia topológica. In: AMSELLE, Jean-loup; M'BOKOLO, Elikia (Org.). **Pelos Meandros da Etnia: Etnias, tribalismo e Estado em África.** Luanda: Edições Mulemba, 2014. p.
- APPIAH, Kwame Anthony. Velhos deuses, novos mundos. In: APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa do meu pai: A África na filosofia da cultura.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. Cap. 6. p. 155-192. Tradução de Vera Ribeiro.
- BARBOSA, Muryatan Santana. A Construção da perspectiva africana: uma história do projeto História Geral da África (UNSECO). **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v. 32, n. 64, p.211-230, jun. 2012.
- BARRETO, Luís Felipe. A Aculturação portuguesa na Expansão e o Luso-tropicalismo. In: MATOS, Artur Teodoro de; LAGES, Mario Ferreira (Coord.). **Portugal: Percursos de interculturalidade - Raízes e estrutura.** Lisboa: ACIDI, 2008. Cap. 9. p. 478-503. (Primeiro Volume). Disponível em: <<http://www.om.acm.gov.pt/publicacoes-om/colecao-portugal-intercultural>>. Acesso em: 30 mar. 2017.
- BOXER, Charles. **O Império Marítimo Português: 1415-1825.** São Paulo: Companhias da Letras, 2002. 442 p. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto.

- BRÁSIO, António. Introdução. In: D'ALMADA, André Álvares. **Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde: Dês do Rio de Sanagá até os baixos de Santa Ana de todas as nações de negros que há na dita costa e de seus costumes, armas, trajos, juramentos, guerras. Ano 1594.** Lisboa: Editorial L.I.A.M., 1964. p. IX-XVI. Leitura, Introdução e Notas de António Brásio.
- CARDIM, Pedro; MIRANDA, Susana Münch. A expansão da Cora portuguesa e o estatuto dos territórios. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **Coleção O Brasil Colonial: 1580-1720.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. Cap. 1. p.
- CARNEY, Judith; MARÍN, Rosa Acevedo. Plantas de la Diáspora Africana en la botánica americana de la fase Colonial. **Memória e Sociedade: Diásporas Africanas**, Bogotá, v. 7, n. 15, p.9-23, nov. 2003. Disponível em: <<http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/memoysociedad/article/view/7778>>. Acesso em: 28 maio 2017.
- CARREIRA, António. Símbolos, ritualistas e ritualismos ânimo-fetichistas na Guiné portuguesa. **Boletim Cultural da Guiné Portuguesa**, Portugal, v. 16, n. 63, p.190-202, jan. 1961. UCDCT. Disponível em: <<http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=BCGP/BCGP-N063&p=1>>. Acesso em: 25 maio 2017.
- CARRILHO, Fernanda. Imagens da Guiné no século XVII. In: CARVALHO, Alberto (Org.). **Textos e Contextos: Linguagem sobre África.** Lisboa: Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013. p. 53-81. Disponível em: <www.lusosofia.net/textos/20130916-alberto_carvalho_textos_e_contextos.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2017.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. Tradução de Maria de Lourdes Menezes.
- CHARTIER, Roger. **A história Cultural: Entre práticas e representações.** Lisboa: DIFEL Difusão Editorial, 1990. 244 p. (Memória e Sociedade). Tradução de Maria Manuela Galhardo.
- CHARTIER, Roger. **El mundo como representación: Estudios sobre historia cultural.** Barcelona: Gedisa Editorial, 1996. 276 p. Tercera reimpressão. Traducción de Claudia Ferrari.
- CONSENTINO, Francisco Carlos. Mundo português e mundo ibérico. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O Brasil Colonial: 1580-1720.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. Cap. 2.
- CORREA, Sílvio Marcus de Souza (Org.). **Bioses Africanas no Brasil: Notas de História Ambiental.** Itajaí: Casa Aberta Editora, 2012. 213 p. (Coleção África Brasil).
- COUTO, Hildo Honório do. Comunidade e linguagem na costa da Guiné nos séculos XV, XVI e XVII. **Polifonia**, Cuiaba, v. 07, n. 07, p.87-101, ago. 2003. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/1139>>. Acesso em: 26 abr. 2017.
- CROSBY, Alfred W. **Imperialismo Ecológico: A expansão biológica da Europa 900-1900.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- CURTIN, Philip D. Senegambia: the regional perspective. In: CURTIN, Philip D. **Economic Change in precolonial Africa: Senegambia in the Era os the Slave Trade.** Madison: The University Of Wisconsin Press, 1975. Cap. 1. p. 3-29.
- DAVISON, Basil. **Os Africanos: Uma introdução à Sua História Cultural.** Lisboa: Edições 70, 1981. p. 360. Tradução de Fernanda Maria Tomé da Silva.
- DELGADO, José Pina. Os escrúpulos de um ilustre santiaguense nos 'tractos' da Guiné dos séculos XVI-XVII: O capitão André Álvares d'Almada e a questão da incerteza sobre a

- presença dos títulos jurídicos da escravatura. In: SILVA, Mario Ramos Pereira da et al (Org.). **Estudos em Comemoração do Quinto Aniversário do ISCJS**. Praia: Iscjs, 2012. p. Disponível em: <http://www.academia.edu/6030585/Os_escrúpulos_de_um_Ilustre_Santiaguense_nos_Tractos_da_Guiné_dos_Séculos_XVI-XVII_o_Capitão_André_Álvares_d_Almada_e_a_Questão_da_Incerteza_sobre_a_Presença_dos_Títulos_Jurídicos_da_Escravatura>. Acesso em: 05 jan. 2017.
- DIAGNE, P.. As estruturas políticas, econômicas e sociais africanas durante o período considerado. In: OGOT, Bethwell Allan (Ed.). **História Geral da África, V: África do século XVI ao XVIII**. Brasília: Unesco, 2010. Cap. 2. p. 27-53.
- DOENÇA do sono: **Tripanossomíase Humana Africana**. Tripanossomíase Humana Africana. 2013. Elaborada pela organização humanitária internacional Médicos Sem Fronteiras (MSF). Disponível em: <<http://www.msf.org.br/o-que-fazemos/atividades-medicas/doenca-do-sono>>. Acesso em: 17 maio 2017.
- DURAND, Dah-nouvlessounon et al. Indigenous knowledge and socioeconomic values of three kola species (*Cola nitida*, *Cola acuminata* and *Garcinia kola*) used in southern Benin. **European Scientific Journal**, Portugal, v. 11, n. 36, p.206-227, dez. 2015. Disponível em: <<http://ejournal.org/index.php/esj/article/viewFile/6762/6488>>. Acesso em: 18 maio 2017.
- DUTTA PROMEET. The Editors Of Encyclopædia Britannica (Ed.). **Piperaceae**: plant family. 2008. Disponível em: <<https://www.britannica.com/plant/Piperaceae>>. Acesso em: 20 maio 2017.
- FERREIRA, N. P. S. A alimentação portuguesa na Idade Mediecal. **Revista SPCNA: Alimentação Humana**, S. I, v. 14, n. 3, p. 104-114, ago. 2008. Disponível em: <<http://www.spcna.pt/publicacoes/?imc=7n&publicacao=21&edicao=68&fmo=pa>>. Acesso em: 27 maio 2017.
- GALLOWAY, J. H.. The Mediterranean Sugar Industry. **Geographical Review**, New York, v. 67, n. 2, p.177-194, abr. 1977. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/214019>>. Acesso em: 22 maio 2017.
- GESTEIRA, Heloisa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHA, Pedro. Apresentação. In: GESTEIRA, Heloisa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel; **Formas do Império: Ciência, tecnologia e política em Portugal. Séculos XVI ao XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. Cap. 1. p. 17-43.
- GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: Modernidade de dupla consciência**. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2001. 432 p.
- GLACKEN, Clarence J. **Traces on the Rhodian Shore: Nature and culture in Western Thought from Ancient Time to the end of the eighteenth century**. Berkeley, Los Angeles, London: University Os California Press, 1967.
- HAIR, P. E. H. Notas aos capítulos 1 a 6. In: DONELHA, André. **Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde: (1625)**. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1977. p. 181-267.
- HORTA, José da Silva. **A "Guiné do Cabo-Verde": produção textual e representações (1578-1684)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010. 558 p.
- HORTA, José da Silva. "Nações", marcadores identitários e complexidades da representação étnica nas escritas portuguesas de viagem: Guiné do Cabo Verde (séculos XVI e XVII). **Varia História**, Belo Horizonte, v. 29, n. 51, p.649-675, set. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752013000300002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 18 abr. 2017.
- HORTA, José da Silva. Trânsito de africanos: circulação de pessoas, de saberes e experiências religiosas entre os rios de Guiné e o arquipélago de Cabo Verde (Séculos

- XV-XVII). **Anos 90: Dossiê História das sociedades africanas: temas, questões e perspectiva de estudo**, Porto Alegre, v. 21, n. 40, p.1-29, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/47140>>. Acesso em: 06 abr. 2017.
- KÖPKE, Diogo. Introdução. In: D'ALMADA, André Alvares. **Rios de Guiné do Cabo-Verde: Desde o rio de Sanagá até aos baixos de Sant'Anna (1594)**. Porto: Typographia Commercial Portuense, 1841. p. I-XVI. Publicado por Diogo Köpke. Disponível em: <<https://archive.org/details/tratadobredos00kpgoog>>. Acesso em: 30 mar. 2017.
- KÖPKE, Diogo. Notas. In: D'ALMADA, André Alvares. **Rios de Guiné do Cabo-Verde: Desde o rio de Sanagá até aos baixos de Sant'Anna (1594)**. Porto: Typographia Commercial Portuense, 1841. P. 97-108. Publicado por Diogo Köpke. Disponível em: <<https://archive.org/details/tratadobredos00kpgoog>>. Acesso em: 30 mar. 2017.
- LE BRETON, David. **El sabor del mundo: Una antropológia de los sentidos**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2009. 367 p. Traducido por Herbe Cardoso.
- LINARES, Olga F.. African rice (*Oryza glaberrima*): History and future potential. **PNAS**, Balboa-ancon, Panama, v. 99, n. 25, p.16360-16365, 10 dez. 2002. Disponível em: <<http://www.pnas.org/content/99/25/16360.full>>. Acesso em: 17 mai. 2017.
- LOVEJOY, Paul E.. Kola in the History of West Africa. **Cahiers D'études Africaines**, Paris, v. 20, n. 77-78, p.97-134, ago. 1980. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/cea_0008-0055_1980_num_20_77_2353>. Acesso em: 18 maio 2017.
- M'BOKOLO, Elikia. A emergência das Civilizações africanas. In: M'BOKOLO, Elikia. **África Negra História e Civilizações: Tomo I (até o século XVIII)**. Salvador: EDUFBA, 2009. Cap. 3. p. 64-99. Tradução de Alfredo Margarido.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero. O açúcar nas ilhas portuguesas do Atlântico séculos XV e XVI. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 25, n. 41, p.151-175, jan. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752009000100008&script=sci_arttext>. Acesso em: 22 maio 2017.
- MALOWIST, Marian. A luta pelo comércio internacional e suas implicações para à África. In: OGOT, Bethwell Allan (Ed.). **História Geral da África, V: África do século XVI ao XVIII**. Brasília: Unesco, 2010. Cap. 1. p. 1-26.
- MARINHA, Pedro (Org.). **Formas do Império: Ciência, tecnologia e política em Portugal. Séculos XVI ao XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. 574 p.
- MARK, Peter. "Portuguese" style and Luso-african identity: precolonial Senegambia, Sixteenth-Nineteenth Centuries. Bloomington: Indiana University Press, 2002. 208 p.
- MARTÍNEZ, Paul Hersch. La Relación hombre-naturaleza em la construcción de la realidade terapêutica: algunas pautas a propósito del tomillo (thymus vulgaris). In: VON MENTZ, Brígida. **La relación hombre-naturaleza: Reflexiones desde distintas perspectivas disciplinares**. México: Siglo Xxi Editores: CIESA, 2012. p. 27-51.
- MARTINS, Jeocasta Oliveira. A tentativa de catequese dos povos da Guiné nos relatos de viagem. **Revista Escrita da História: Artigos livre**, [s.l.], v. 2, n. 3, p.94-113, abr. 2015. Disponível em: <www.escritadahistoria.com/revista/index.php/escritadahistoria/article/view/14>. Acesso em: 26 maio 2017.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. Pensar um império. In: GESTEIRA, Heloisa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHA, Pedro (Org.). **Formas do Império: Ciência, tecnologia e política em Portugal. Séculos XVI ao XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. Cap. 1. p. 17-43.

- MAZZOLENI, Gilberto. **O Planeta Cultural: Para uma antropologia histórica.** São Paulo: EDUSP, 1992. 231 p. Tradução Liana Trindade.
- MENDES, Livonildo Francisco. **Democracia na Guiné-Bissau: Por uma mudança de mentalidades.** 2010. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010. Disponível em: <[https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/14471/1/Democracia na Guiné-Bissau.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/14471/1/Democracia%20na%20Guin%C3%A9-Bissau.pdf)>. Acesso em: 18 maio 2017.
- MORETTO, Samira Peruchi. Made in Africa: a domesticação e aclimação da mamona (*ricinus communis* l.) no Brasil. In: VON MENTZ, Brígida. **La relación hombre-naturaleza: Reflexiones desde distintas perspectivas disciplinares.** México: Siglo XXI Editores: CIESA, 2012. P. 125-149.
- MOTA, Avelino Teixeira da. Introdução. In: DONELHA, André. **Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde: (1625).** Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1977. p. 2-67.
- MOTA, Avelino Teixeira da. Notas aos capítulos 7 a 14. In: DONELHA, André. **Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde: (1625).** Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1977. p. 267-329.
- OLIVEIRA, Eveli Souza D'avila de. *Anopheles gambiae* e *Aedes argypti*: a "invasão" do Brasil e o irromper de epidemias. In: CORREA, Sílvio Marcus de Souza (Org.). **Bioses Africanas no Brasil: Notas de História Ambiental.** Itajaí: Neab; Casa Aberta Editora, 2012. p. 173-193. Coleção África Brasil.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Promoção do Papel da Medicina Tradicional nos Sistemas de Saúde: Estratégia para a região africana.** Ponto 8.3 da ordem do dia provisória. ed. Ouagadougou, SEDE REGIONAL AFRICANA, p. 1-33. Relatório do Director Regional. Disponível em: <http://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=4567:oms-atualiza-estrategia-sobre-medicina-tradicional&Itemid=455>. Acesso em: 30 maio 2017.
- PERES, Damião. Anotações Históricas. In: COELHO, Francisco de Lemos. **Duas descrições seiscentistas da Guiné.** Lisboa: MCMXC, 1990. P. 251-266. (Academia Portuguesa da História). Manuscritos Inéditos Publicados com Introdução e Anotações Históricas pelo Académico de Números Damião Peres.
- PERES, Damião. Introdução. In: COELHO, Francisco de Lemos. **Duas descrições seiscentistas da Guiné.** Lisboa: MCMXC, 1990. p. XV-XXXI. (Academia Portuguesa da História). Manuscritos Inéditos Publicados com Introdução e Anotações Históricas pelo Académico de Números Damião Peres.
- PIMENTEL, Maria do Rosário. **A noz de cola, um fruto simbólico.** 2014. Disponível em: <<http://www.buala.org/pt/a-ler/a-noz-de-cola-um-fruto-simbolico>>. Acesso em: 20 mai. 2017.
- PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação.** Bauru: EDUSC, 1999. 394 p.
- PROJECTO GBS/97/G31/1G/9: **Estratégia e Plano de Acção Nacional para a Biodiversidade.** Estratégia e Plano de Acção Nacional para a Biodiversidade. 2000. República da Guiné-Bissau. Ministério de Desenvolvimento Rural e Agricultura, Recursos Naturais e Ambiente Programa de Nações Unidas para Desenvolvimento. Disponível em: <www.cbd.int/doc/world/gw/gw-nr-01-pt.pdf>. Acesso em: 22 maio 2017.
- PONTING, Clive. **Uma História Verde do Mundo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. 648 p. Tradução de Ana Zelma Campos.

- RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. Religião e Sociedade. In: RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. **Estrutura e função na sociedade primitiva**. Petrópolis: Vozes, 1973. Cap. 8. p. 191-219. Tradução de Nathanael C. Caixeiro.
- RADKAU, Joachim. **Nature and Power: A global History os the enviornment**. Washington, D.C: Cambridge University Press, 2008. 430 p. Translate by Thomas Dunlap.
- REIS, Maria de Fátima. A Ribeira de Lisboa, porto do Império Marítimo Português : circulação de pessoas e de mercadorias. *E-spania*, [s.l.], v. 1, n. 22, p.1-10, 31 out. 2015. Disponível em: <<https://e-spania.revues.org/25062#quotation>>. Acesso em: 27 maio 2017.
- RIBEIRO, Francisco Aimara Carvalho. A Senegâmbia e a construção do discurso colonial no "Tratado Breve dos Rios da Guiné", de André Alvares Almada, 1594. In: XXVII SIMPOSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 17. 2013, Natal. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal: Anpuh, 2013. p. 1 - 16. Disponível em: <http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364744298_ARQUIVO_FranciscoAimaraANPUH2013Natal.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2017.
- SAIVE, Denise. **A 'verdadeira notícia'**: Descrição e ficção, prefigurações do discurso colonial na representação do negro em Tratado breve dos rios de Guiné do Cabo-Verde de André Álvares d'Almada & Beschry vingheende historis chever hael van het Gout Koninckrijck van Gunea de Pieter de Marees. 2005. 101 f. Tese (Doutorado) –Curso of Humanities Theses, Departamento de Português, Universiteit Utrecht, Utreque, 2006. Disponível em: <<http://dspace.library.uu.nl/handle/1874/8379>>. Acesso em: 22 mai. 2017
- SANTOS, Beatriz Carvalho dos. **Entre Mouros e Cristão: Os Mandingas da "Guiné de Cabo Verde" (Séc. XVI e XVII)**. 2013. 105 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: <www.historia.uff.br/stricto/td/1688.pdf>. Acesso em: 22 maio 2017.
- SANTOS, Beatriz Carvalho dos. Os escritos do Ultramar: O aporte do olhar luso-africano nos relatos sobre a "Guiné do Cabo-Verde" (Séc. XVI e XVII). **Cultura Histórica & Patrimônio**, Alfenas, v. 1, n. 2, p.152-174, set. 2013. Disponível em: <https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/cultura_historica_patrimonio/article/view/08_art_v1n2>. Acesso em: 30 mar. 2017.
- SANTO, J. Espírito. Subsídio para o conhecimento da flora económica da Guiné: Algumas plantas tinturiais. **Boletim Cultural da Guiné Portuguesa**, Portugal, v. 2, n. 5, p.190-202, jan. 1947. UCDCT. Disponível em: <<http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N005&p=1>>. Acesso em: 22 maio 2017.
- SANTOS, Vanicléia Silva. Bexerins e jesuítas: religião e comércio na costa da Guiné (século XVII). **Metis**, Caxias do Sul, v. 10, n. 09, p.187-214, ago. 2012. Disponível em: <www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/download/1745/1105>. Acesso em: 27 maio 2017.
- SCHAUB, Jean-fredéric. A Europa da Expansão medieval: Séculos XIII a XV. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O Brasil Colonial: 1443-1580**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. Cap. 2. p. 107-126. Primeiro Volume.
- SHARPE, Peter. Sugar Cane: Past and Present. **Ethnobotanical Leaflets**, Illinois, n. 3, p.1-7, out. 1998. Southern Illinois University Carbondale. Disponível em: <<http://opensiuc.lib.siu.edu/eb/vol1998/iss3/6/>>. Acesso em: 22 maio 2017.

- SILVA, Alberto da Costa e. Os lançados. In: SILVA, Alberto Costa e. **A Manilha e o Libambo: A África e a escravidão, de 1500 a 1700**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2011. Cap. 7. p. 229-279.
- SILVA, António Correia e. Cabo Verde e a Geopolítica do Atlântico. In: SANTOS, Maria Emília Madeira (Org.). **História Geral de Cabo Verde: Volume II**. 2. ed. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2001. p.
- SILVEIRA, Luís. Contribuição Portuguesa para o conhecimento da Guiné: Os testemunhos de André Alvares de Almada e de André Faro. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DOS AFRICANISTAS OCIDENTAIS, 1947, Bissau. **Conferência**. Lisboa: Junta de Investigações Coloniais - Ministério das Colônias, 1952. v. 4, p. 405 - 412.
- THIAW, Ibrahima. História, cultura material e construções identitárias na Senegâmbia. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 45, p.9-24, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0002-05912012000100001>. Acesso em: 18 abr. 2017.
- THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 454 p.
- THORNTON, John Kelly. **A África e os Africanos na formação do Mundo Atlântico 1400-1800**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 436 p. Tradução de Marisa Rocha Mota.
- TORRÃO, Maria Manuel Ferraz. Rotas comerciais, agentes económicos meios de pagamento. In: SANTOS, Maria Emilia Madeira (Org.). **História Geral de Cabo Verde**. Lisboa; Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical; Direcção Geral do Património de Cabo Verde, 1995. Cap. 2. p. 17-124. (Volume II).
- TRAJANO FILHO, Wilson. **Uma experiência singular de criouliização**. Brasília: Unb, 2003. 32 p. Série Antropologia, 343. Disponível em: <<http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie343empdf.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2017.
- VEIGA, Carlos; WLADIMIRO, Victor. **Portugal e o mundo: nos séc. XV e XVI**. Lisboa: Ucs Bice, 1983.
- VON MENTZ, Brígida. La relación hombre-naturaleza vista desde la historia económica y social: Trabajo y diversidad cultural. In: VON MENTZ, Brígida. **La relación hombre-naturaleza: Reflexiones desde distintas perspectivas disciplinarias**. México: Siglo Xxi Editores: CIESA, 2012. p. 68-101.
- VON MENTZ, Brígida. Introducción. In: VON MENTZ, Brígida (Org.). **La relación hombre-naturaleza: Reflexiones desde distintas perspectivas disciplinarias**. México: Siglo Xxi Editores: CIESA, 2012. p. 7-25..
- WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Ares e azares da aventura ultramarina: matéria médica, saberes endógenos e transmissão nos circuitos do Atlântico luso-afro-americano. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIAN, Ana Paula Torres (Org.). **O império por escrito**. São Paulo: Alameda, 2009. p. 375-393.
- WOLF, Eric R.. **A Europa e os Povos sem História**. São Paulo: Edusp, 2005. 608 p. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria Acadêmica
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: proacad@pucrs.br
Site: www.pucrs.br/proacad